INSTITUTO FEDERAL
Ceará

PDI 2024-2028

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 144, DE 20/12/2023

▶ REITOR
José Wally Mendonça Menezes

▶ PRÓ-REITORA DE ENSINO
Cristiane Borges Braga

▶ PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Joélia Marques de Carvalho

▶ PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Ana Cláudia Uchôa Araújo

▶ PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Reuber Saraiva de Santiago

▶ PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Marcel Ribeiro Mendonça

▶ DIRETOR-GERAL DO POLO DE INOVAÇÃO
Tarique da Silveira Cavalcante

▶ ASSESSOR ESPECIAL DO GABINETE
Ivam Holanda de Souza

▶ ASSESSOR ESPECIAL DO GABINETE
Daniel Ferreira de Castro

▶ ASSESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Francisco Gutenberg Albuquerque Filho

▶ DIRETORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
Ana Caroline Cabral Cristino

▶ DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Virgílio Augusto Sales Araripe

▶ DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Danilo Reis de Vasconcelos

UNIDADES ACADÊMICAS | Dirigentes

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ACARAÚ**
João Vicente Mendes Santana

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ACOPIARA**
Kélvio Felipe dos Santos

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ARACATI**
Mario Wedney de Lima Moreira

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS BATURITÉ**
Lourival Soares de Aquino Filho

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS BOA VIAGEM**
João Paulo Arcelino do Rêgo

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMOCIM**
Gilson Soares Cordeiro

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CANINDÉ**
Francisco Antônio Barbosa Vida

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAUCAIA**
Jefferson Queiroz Lima

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CEDRO**
Antony Gleydson Lima Bastos

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CRATEÚS**
Jose Aglodualdo Holanda Cavalcante Junior

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CRATO**
Joaquim Rufino Neto

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS FORTALEZA**
José Eduardo Souza Bastos

▶ **DIRETORA-GERAL DO CAMPUS GUARAMIRANGA**
Francisca Lúcia Sousa de Aguiar

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS HORIZONTE**
Antônio Moisés Filho de Oliveira Mota

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS IGUATU**
Francisco Heber da Silva

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ITAPIPOCA**
Fausto Faustino da Silva

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS JAGUARIBE**
Izamaro de Araújo

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS JAGUARUANA**
Francisco Evandro de Melo

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE**
Alex Jussileno Viana Bezerra

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE**
Francisco Valmir Dias Soares Junior

▶ **DIRETORA-GERAL DO CAMPUS MARACANAÚ**
Rossana Barros Silveira

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MARANGUAPE**
Robson da Silva Siqueira

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MOMBAÇA**
Raimundo Eudes de Souza Bandeira

▶ **DIRETORA-GERAL DO CAMPUS MORADA NOVA**
Maria Beatriz Claudino Brandão

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PARACURU**
Toivi Masih Neto

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PECÉM**
Francisca Lívia Costa Pires

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS QUIXADÁ**
Alexandre César Praxedes Rodrigues

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SOBRAL**
Wilton Bezerra de Fraga

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TABULEIRO DO NORTE**
Francisco Sildemberny Souza dos Santos

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TAUÁ**
José Alves de Oliveira Neto

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TIANGUÁ**
Jackson Nunes e Vasconcelos

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS UBAJARA**
Ulisses Costa de Vasconcelos

▶ **DIRETOR-GERAL DO CAMPUS UMIRIM**
Maria Michele Colaço Pinheiro

COMISSÕES DE TRABALHO | Participantes

COMISSÃO MISTA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

▶ **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS ACOPIARA**
Alzeir Machado Rodrigues
▶ **DIRETORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS**
Ana Caroline Cabral Cristino
▶ **PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO**
Ana Cláudia Uchôa Araújo
▶ **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA DO CAMPUS IGUATU**
Carlos Newdmar Vieira Fernandes
▶ **COORDENADOR DE EXTENSÃO DO CAMPUS CRATEÚS**
Cesar Augustus Diniz Silva
▶ **PRÓ-REITORA DE ENSINO**
Cristiane Borges Braga
▶ **COORDENADOR DE PESQUISA DO CAMPUS UMIRIM**
Enos Feitosa de Araújo
▶ **DIRETORA DE ENSINO DO CAMPUS MARACANAÚ**
Germana Maria Marinho Silva
▶ **DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS CANINDÉ**
João Victor Alves Pinheiro
▶ **PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**
Joélia Marques de Carvalho
▶ **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA DO CAMPUS MARACANAÚ**
Luís José Silveira de Sousa
▶ **DIRETORA DE ENSINO DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE**
Mayara Salgado Silva
▶ **DIRETOR DE PESQUISA DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE**
Pablo Alfredo Saip Baier
▶ **COORDENADOR DE EXTENSÃO DO CAMPUS UBAJARA**
Phylippe Gomes de Lima Santos
▶ **DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS SOBRAL**
Rafael Vitor e Silva
▶ **COORDENADOR DE PESQUISA DO CAMPUS QUIXADÁ**
Reinaldo Fontes Cavalcante
▶ **COORDENADOR DE PESQUISA DO CAMPUS ACARAÚ**
Rubens Galdino Feijó
▶ **DIRETORA DE EXTENSÃO DO CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE**
Viviane Brito Viana

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

▶ **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS FORTALEZA**
Adriano Monteiro da Silva
▶ **DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE**
Alcivânia Carla Campos Nascimento
▶ **ADMINISTRADORA DO CAMPUS GUARAMIRANGA**
Clauthenys Lara Prata Machado
▶ **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS ACARAÚ**
Felipe Gomes Pinheiro
▶ **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS CEDRO**
Francisco Glauber de Moura
▶ **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE**
Marcelo de Sousa Saraiva
▶ **PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
Reuber Saraiva de Santiago
▶ **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS MARACANAÚ**
Rosângela Campos dos Anjos
▶ **COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS JAGUARUANA**
Silmara Nogueira Lima

COMISSÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

▶ **COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE**
Elizete Freitas de Sousa
▶ **COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS ACOPIARA**
Francisca Lionelle de Lavor Alves
▶ **COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS UMIRIM**
Lorena de Menezes Brandão
▶ **COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS TIANGUÁ**
Luiz Carlos Soares Brito
▶ **PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS**
Marcel Ribeiro Mendonça
▶ **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS FORTALEZA**
Márcio Oliveira Albuquerque
▶ **COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS BATURITÉ**
Maria Flavia Azevedo da Penha
▶ **COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CAMPUS TAUÁ**
Stephanie de Oliveira Figueiredo

COMISSÕES DE TRABALHO | Coordenação Geral

COMISSÃO EXECUTIVA

Érica de Lima Gallindo
▶ **DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Érica Gomes Bezerra
▶ **ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**

Francisco de Assis Simões Neto
▶ **DIAGRAMADOR**

Glauter dos Santos Guimarães
▶ **COORDENADOR DE CONTROLE E NORMAS**

Heloísa Helena Medeiros da Fonseca
▶ **PESQUISADORA TECNOLOGISTA EM INFORMAÇÕES**

Jordana Torres Costa
▶ **ASSISTENTE DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Ricardo Castelo Branco Andrade e Silva
▶ **REVISOR DE TEXTOS**

Stenio Wagner Pereira de Queiroz
▶ **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS**

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL
▶ Stenio Wagner Pereira de Queiroz

ELABORAÇÃO TEXTUAL
▶ Érica de Lima Gallindo
▶ Stenio Wagner Pereira de Queiroz

DIAGRAMAÇÃO
▶ Érica de Lima Gallindo

REVISÃO TEXTUAL
▶ Ricardo Castelo Branco Andrade e Silva

ACOMPANHAMENTO DA AUDITORIA
▶ Milena Mendes da Costa

Sumário

1 Introdução 10

2 Análise do PDI anterior 13

2.1 Planejamento estratégico 2019-2023 14

2.2 Resultados dos principais objetivos estratégicos 17

2.2.1 Atender aos percentuais previstos na Lei Nº 11.892/2008. 17

2.2.2 Reduzir o número de estudantes retidos. 19

2.2.3 Reduzir a evasão discente. 20

2.2.4 Preencher as vagas ofertadas 21

2.2.5 Melhorar os indicadores de qualidade do ensino. 22

2.2.6 Expandir e consolidar a inovação. 23

2.2.7 Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional. 25

2.2.8 Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais 27

2.2.9 Fortalecer as ações de acessibilidade e diversidade étnico-racial. ... 29

2.2.10 Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora. 30

2.3 Recomendações gerais 31

2.3.1 Redução dos indicadores de desempenho 31

2.3.2 Reavaliação do papel das unidades estratégicas no PDI 32

2.3.3 Envolvimento das instâncias de governança na avaliação periódica 32

2.3.4 Atualização dos sistemas de gestão 32

2.4 Considerações finais sobre a análise 33

3 Metodologia de elaboração do PDI 2024-2028 36

4 Planejamento Estratégico 42

4.1 Missão, visão e valores 42

4.2 Modelo do planejamento estratégico 43

4.3 Cadeia de valor 46

4.3.1 Temas estratégicos 48

4.3.2 Temas transversais ... 57
4.3.3 Indicadores de desempenho ... 61
4.3.4 Metas ... 63
4.4 Mapa estratégico ... 67
4.4.1 Objetivos estratégicos ... 71
4.4.2 Iniciativas ... 76
4.4.3 Projetos estratégicos ... 85
4.5 Monitoramento e Avaliação ... 85
5 Perfil institucional ... 88
5.1 Breve histórico da instituição ... 88
5.2 Presença no estado do Ceará ... 90
5.3 Organização administrativa e políticas de gestão ... 91
5.3.1 Procedimentos de autoavaliação institucional ... 92
5.3.2 Atendimento aos estudantes ... 93
5.3.3 Ações de transparência e divulgação de informações ... 95
5.3.4 Sustentabilidade financeira ... 96
5.4 Projeto pedagógico institucional ... 98
5.5 Organização didático-pedagógica ... 99
5.5.1 Oferta de cursos e programas de pós-graduação ... 101
5.5.2 Oferta de educação a distância ... 103
5.5.3 Programas de bolsas institucionais ... 105
5.6 Cronograma de abertura de novos cursos ... 109
6 Recursos acadêmicos ... 112
6.1 Ambientes acadêmicos ... 112
6.1.1 Bibliotecas ... 114
6.1.2 Laboratórios ... 116
6.2 Editora acadêmica ... 117
6.3 Corpo técnico-administrativo ... 118

6.4 Corpo docente 119

7 Considerações finais 121

8 Referências 125

9 Anexos 133

9.1 Anexo I – Portaria da comissão temática mista 133

9.2 Anexo II – Portaria da comissão temática de administração 134

9.3 Anexo III – Portaria da comissão temática de gestão de pessoas 135

9.4 Anexo IV – Portaria da comissão executiva 136

9.5 Anexo V – Sistemas estruturadores gerenciais e de suporte 137

9.6 Anexo VI – Objetivos do Programa 5112 do Governo Federal 139

9.7 Anexo VII – Objetivos estratégicos da Rede Federal de EPT 140

9.8 Anexo VIII – Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU 142

9.9 Anexo IX – Iniciativas 143

9.10 Anexo X – Endereços dos polos UAB do IFCE 154

9.11 Anexo XI - Cronograma de abertura de novos cursos 155

1

Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Ceará (IFCE) para o quinquênio 2024-2028, que se trata de um instrumento de gestão, fundamental, pois orienta todas as ações da instituição, sendo utilizado como referência para a elaboração dos planos anuais de trabalho e para a alocação de recursos. O PDI também é um instrumento importante para a avaliação institucional, pois permite que a instituição avalie o cumprimento das metas e dos indicadores definidos.

Esse documento deve ser elaborado por todas as instituições de ensino superior brasileiras que fazem parte do Sistema Federal de Ensino. Essa obrigação é estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei Nº 10.861, de 14/04/2014, sendo requisito necessário a vários processos avaliativos pelos quais passa o IFCE, tais como: recredenciamento da instituição, reconhecimento e renovação de cursos de graduação e recredenciamento para a oferta de educação a distância.

Conforme estabelece o Decreto Nº 9.235, de 15/12/2017, um PDI deve conter informações sobre a estrutura da instituição, suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, suas políticas de gestão e de recursos humanos, ações de responsabilidade social, entre outras exigidas pelo normativo. O PDI também deve apresentar um plano de metas e indicadores para o período de vigência do documento, que conforme a Resolução CNE/CES Nº 10, de 10/03/2002, é de 5 anos.

Além dos normativos supracitados, o PDI 2024-2028 foi elaborado seguindo as orientações da Instrução Normativa n.º 24, de 18/03/2020, que trata da avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional da administração pública, alinhando-se assim, às políticas e diretrizes do governo federal.

O PDI 2024-2028 não apenas delineia as características essenciais de nossa instituição, mas também se destaca por ser construído de forma colaborativa, envolvendo ativamente a comunidade acadêmica e a alta gestão do IFCE. Essa abordagem coletiva reflete os anseios e necessidades da comunidade acadêmica, permitindo ainda um olhar atento e abrangente por parte dos gestores que compõem a instituição.

Essa construção colaborativa não só reforça a representatividade e legitimidade do PDI, mas também cria um planejamento estratégico mais robusto e alinhado com as metas e aspirações de todos os envolvidos, lançando as bases para um futuro planejado com maior probabilidade de sucesso e impacto positivo.

2

Análise do PDI anterior

2 Análise do PDI anterior

Nos últimos cinco anos, o IFCE atuou intensamente para alcançar os objetivos estabelecidos no PDI 2019-2023 e, consequentemente, na promoção de um ambiente de excelência acadêmica e de desenvolvimento humano.

Ao longo desse processo, surgiram diversos obstáculos que demandaram flexibilidade, inovação e resiliência. O enfretamento dessas dificuldades resultou em valiosas lições aprendidas, refletindo um amadurecimento institucional frente a desafios jamais antes vivenciados, a exemplo da pandemia da COVID-19, que impactou profundamente as atividades da instituição e que exigiu uma rápida adaptação ao trabalho remoto e às medidas sanitárias implantadas à época.

Por outro lado, foram implementadas diversas ações estratégicas alinhadas com as metas estabelecidas no PDI, tais como a criação de novos cursos, atualização curricular e melhoria contínua da qualidade educacional. Investiu-se também em pesquisa e inovação, incentivando a produção científica e tecnológica de docentes e discentes, além de fomentar a participação em projetos de extensão que beneficiaram a comunidade local.

Além disso, foram implementadas ações inovadoras na gestão administrativa e de planejamento, que resultaram em maior eficiência e transparência na aplicação dos recursos institucionais. Na área de tecnologia da informação, investiu-se na modernização da infraestrutura e sistemas operacionais, de forma a otimizar a gestão acadêmica e administrativa. Na gestão de pessoas, foram realizadas capacitações dos servidores e implantação de programas de melhoria de qualidade de vida.

O PDI 2019-23 foi resultado de um processo de construção coletiva, no qual diversos atores institucionais, como docentes, técnicos administrativos e discentes participaram ativamente. Esse caráter participativo permitiu uma análise profunda dos desafios e potencialidades da instituição, possibilitando a definição de objetivos estratégicos alinhados com a missão e visão do IFCE.

No plano, foram estabelecidos objetivos que abrangem diferentes áreas de atuação, como ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis, relações internacionais, administração e planejamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação e

comunicação social. Cada objetivo foi desdobrado em metas específicas, quantificáveis e mensuráveis, que serviram como diretrizes para as ações desenvolvidas durante aquele período. Além disso, foram elaborados projetos estratégicos, que representam iniciativas prioritárias para impulsionar o crescimento e a qualidade institucional.

Entretanto, é importante reconhecer que um planejamento estratégico só se torna efetivo se houver um processo de avaliação contínua dos resultados alcançados, pois a avaliação proporciona uma análise crítica das ações realizadas, identificando os pontos fortes e áreas que precisam de ajustes. Ao compreender os resultados, é possível tomar decisões embasadas e redirecionar os esforços para as áreas de maior impacto.

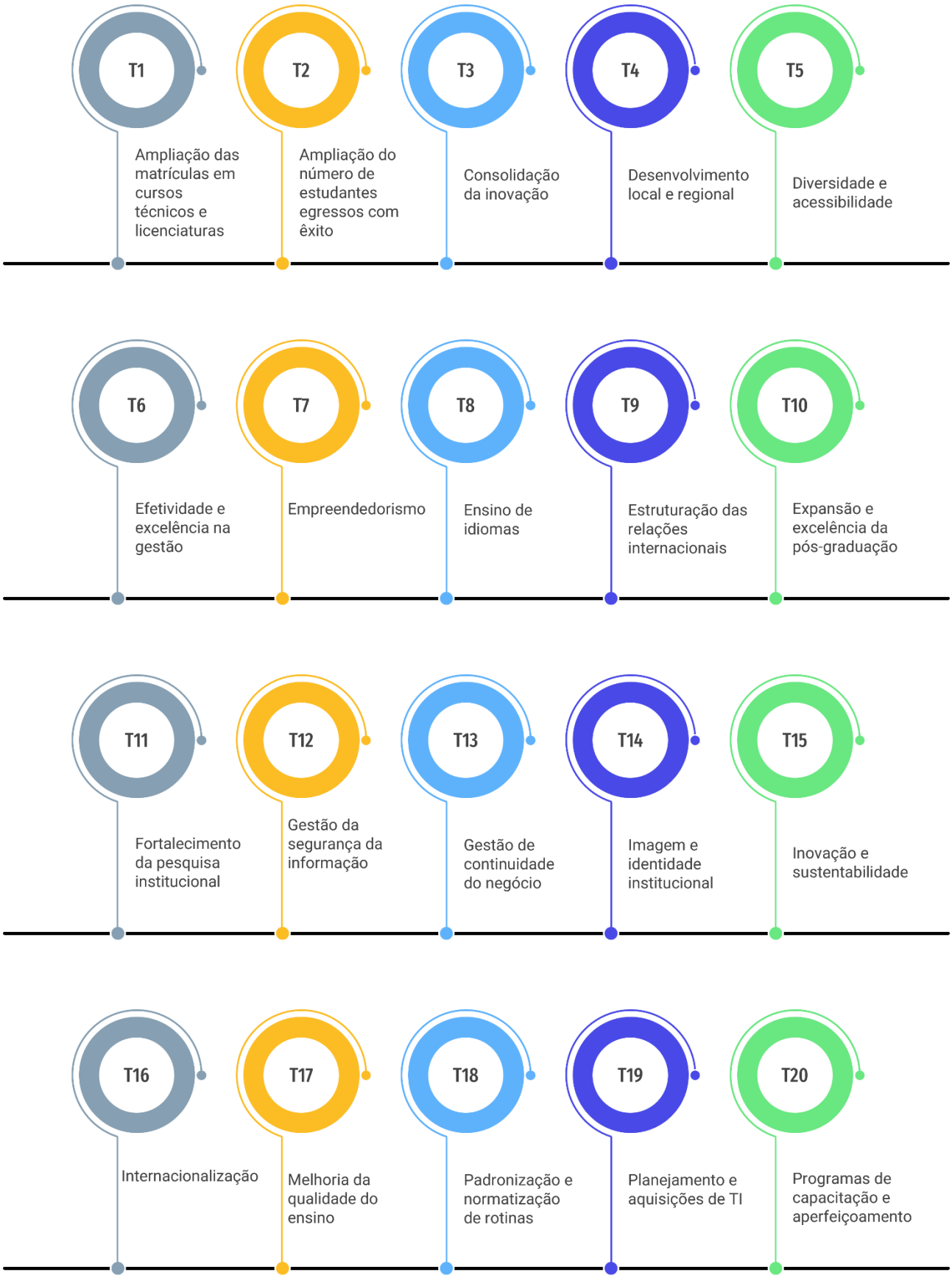
Portanto, a avaliação dos resultados obtidos se configura como um subsídio valioso para a construção do novo planejamento, promovendo a melhoria contínua e a adaptação às demandas em constante transformação.

Nessa perspectiva, esta seção apresenta os principais resultados alcançados, destacando-se os avanços na formação dos alunos, a produção científica, a integração com a comunidade, as parcerias estabelecidas, entre outros aspectos relevantes.

2.1 Planejamento estratégico 2019-2023

O planejamento estratégico do IFCE, para o período 2019-2023, foi estruturado de forma a garantir a eficácia e a coerência das ações desenvolvidas pela instituição. Sua estrutura é composta pelos temas estratégicos, objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos estratégicos.

Os temas estratégicos são áreas de foco que englobam os principais desafios e oportunidades enfrentados pelo IFCE. Eles foram definidos com base em análises internas e externas, levando em consideração o ambiente educacional, as demandas sociais e as tendências tecnológicas. Para o período 2019-2023, os temas estratégicos foram os enumerados na imagem a seguir.


T1
Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
T2
Ampliação do número de estudantes egressos com êxito
T3
Consolidação da inovação
T4
Desenvolvimento local e regional
T5
Diversidade e acessibilidade
T6
Efetividade e excelência na gestão
T7
Empreendedorismo
T8
Ensino de idiomas
T9
Estruturação das relações internacionais
T10
Expansão e excelência da pós-graduação
T11
Fortalecimento da pesquisa institucional
T12
Gestão da segurança da informação
T13
Gestão de continuidade do negócio
T14
Imagem e identidade institucional
T15
Inovação e sustentabilidade
T16
Internacionalização
T17
Melhoria da qualidade do ensino
T18
Padronização e normatização de rotinas
T19
Planejamento e aquisições de TI
T20
Programas de capacitação e aperfeiçoamento

A partir dos temas estratégicos, foram estabelecidos os objetivos estratégicos, que são declarações claras e específicas sobre os resultados que a instituição pretende alcançar em cada temática. Os objetivos estratégicos foram orientadores e direcionaram as ações e projetos da instituição. Para o período 2019-2023 foram definidos 28 objetivos estratégicos.

Para monitorar e avaliar o progresso em relação aos objetivos estratégicos, são definidos indicadores, que são medidas quantitativas ou qualitativas que permitem acompanhar o desempenho e o alcance das metas estabelecidas. Os indicadores podem abranger diversos aspectos, como número de alunos matriculados, taxa de conclusão, evasão, estudantes em projetos de pesquisa e extensão, entre outros. Para o período 2019-2023 foram definidos 70 indicadores de desempenho.

As metas são estabelecidas de forma a definir o nível de desempenho ou resultado esperado para cada indicador. Elas são mensuráveis e temporalmente definidas, fornecendo um referencial concreto para avaliar o progresso e o sucesso na implementação dos objetivos estratégicos.

Por fim, os projetos estratégicos são iniciativas específicas que são implementadas para alcançar os objetivos estratégicos e cumprir as metas estabelecidas. Eles foram desenvolvidos com base nas necessidades identificadas e nas oportunidades existentes, tendo sido planejados, executados e monitorados de acordo com metodologias e práticas de gestão de projetos.

Essa estrutura do planejamento estratégico do IFCE proporcionou uma visão abrangente e integrada das ações da instituição, garantindo que todas as iniciativas estivessem alinhadas aos objetivos estratégicos e contribuindo para o desenvolvimento e o sucesso da instituição.

2.2 Resultados dos principais objetivos estratégicos

Cada objetivo estabelecido no PDI contribuiu de maneira única para a consecução da missão e visão do IFCE, representando peças-chave na estratégia da instituição.

Assim, todos os objetivos delineados no PDI 2019-2023 desempenharam um papel fundamental, seja na melhoria da infraestrutura, no fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, no apoio ao estudante, na promoção da internacionalização e na capacitação e valorização dos servidores. Cada um desses elementos contribuiu para a construção de uma instituição mais sólida e alinhada com as demandas da sociedade e do desenvolvimento regional.

Entretanto, é imperativo reconhecer que os objetivos vinculados às áreas finalísticas do IFCE ganharam uma relevância especial na estratégia institucional, destacando-se pela capacidade singular de gerar valor público. As áreas finalísticas do PDI 2019-2023, que incluíam o ensino, a pesquisa e a extensão, cerne da missão do IFCE, representam o compromisso direto com a formação de profissionais qualificados, a produção de conhecimento e a interação com a comunidade.

Nesse sentido, optou-se nesse relatório enfatizar os resultados alcançados nos objetivos estratégicos relacionados diretamente às atividades realizadas por estas áreas estratégicas.

Os resultados observados foram os seguintes:

2.2.1 Atender aos percentuais previstos na Lei Nº 11.892/2008.

Descrição: *Garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos e o mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura, de acordo com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.*

Indicador	Meta	Avaliação
Matrículas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores	no mínimo 20% das matrículas totais até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido no indicador foi de 21,10%.

Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos	no mínimo 50% das matrículas totais	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido foi de 45,8%.
Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (Cursos de EJA)	no mínimo 10% das matrículas totais	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido foi de apenas 0,4%.

Pelos resultados dos indicadores pode-se considerar que o objetivo foi atingido parcialmente, pois a instituição conseguiu alcançar somente a meta relacionada às matrículas equivalentes em cursos de licenciaturas.

A meta para as matrículas equivalentes em cursos técnicos não foi atingida. Porém, cabe destacar que, ao longo dos cinco anos de PDI, o IFCE melhorou o seu desempenho nesse indicador, passando de 44,5% em 2018, ano que antecedeu o PDI 2019-2023, para 45,8% em 2023. Apesar do avanço, a instituição permanece em desconformidade com o art. 8° da Lei N° 11.892/2008 que estabelece a obrigação de garantir o mínimo 50% das matrículas equivalentes em cursos técnicos.

Em relação às matrículas equivalentes em cursos EJA, o IFCE, além de ficar muito distante de atingir a meta, ainda apresentou uma regressão em comparação ao ano de 2018, pois nesse mesmo ano o resultado do indicador foi de 0,5%, passando a ser de 0,4% em 2023. Portanto, a instituição permanece em desconformidade com o § 1° do art. 2° do Decreto N° 5.840/2006 que estabelece a obrigação de garantir o mínimo 10% das matrículas equivalentes em cursos EJA.

É importante destacar que o cumprimento dos percentuais legais é um dos critérios de distribuição orçamentária e que a situação de desconformidade nesses indicadores impactará negativamente no orçamento anual da instituição e de seus *campi*.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter o acompanhamento dos indicadores no PDI 2024-2028.
2. Monitorar constantemente a evolução dos indicadores e ajustar as estratégias conforme o necessário.

3. Fortalecer e fazer cumprir os regramentos internos que tratam da abertura de novos cursos, visando os ajustes dos percentuais legais.
4. Explorar as oportunidades para ampliar as matrículas em cursos técnicos e cursos EJA, adaptando-se às demandas do mercado e às necessidades dos estudantes.

2.2.2 Reduzir o número de estudantes retidos.

Descrição: *Reduzir a reprovação e a retenção dos estudantes em virtude da não conclusão de estágio ou do trabalho de conclusão de curso.*

Indicador	Meta	Avaliação
Retenção Ciclo	no máximo 7% de retenção até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido foi de 29,9%.

O resultado do indicador mostra que a instituição não conseguiu alcançar o objetivo proposto. Mais preocupante ainda é a constatação de que o índice de retenção do ciclo apresentou uma evidente regressão nos últimos cinco anos, declinando de 2% em 2018 para 29,9% em 2023, conforme dados disponíveis na Plataforma Emnumeros.

Entretanto, é importante considerar que durante esse intervalo houve a pandemia da Covid-19 que impactou significativamente nas atividades acadêmicas da instituição, mas que não pode ser apontado como o único fator responsável pela escalada da retenção.

Ressalta-se que o IFCE possui o Plano de Permanência e Êxito[1](PPE) que contempla uma série de iniciativas voltadas para minimizar a retenção escolar. Porém, o resultado do indicador mostrou que esse planejamento não foi capaz de alterar essa realidade.

Por último, cabe destacar que o desempenho no indicador de retenção ciclo afeta a eficiência acadêmica do IFCE, que por sua vez, é critério de distribuição orçamentária. Portanto, o baixo desempenho na retenção ciclo impactará negativamente no orçamento anual da instituição e de seus *campi*.

[1] O Plano de Permanência e Êxito do IFCE está formalizado por meio da Resolução Consup/IFCE N° 67, de 31/07/2017.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter o acompanhamento do indicador no PDI 2024-2028.
2. Definir uma meta mais realista e exequível para o período 2024-2028.
3. Monitorar constantemente a evolução do indicador e ajustar as estratégias conforme o necessário.
4. Atualizar o Plano de Permanência e Êxito, com a definição de novas ações e projetos que sejam mais eficazes no combate a retenção.

2.2.3 Reduzir a evasão discente.

Descrição: *Reduzir o índice de evasão dos cursos da instituição*.

Indicador	Meta	Avaliação
Evasão Ciclo	no máximo 10% de evasão até 2023	**meta não atingida** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido foi de 47,2%

O resultado do indicador mostra que a instituição não conseguiu alcançar o objetivo proposto. Porém, pode-se constatar um progresso no controle da evasão ciclo nos últimos 5 anos, pois segundo os dados da Plataforma Emnumeros, em 2018 a evasão ciclo foi de 63,1%, passando para 47,2% em 2023. Apesar do progresso, o fato é que o IFCE ficou muito distante de reduzir a evasão ciclo para o patamar planejado de 10%.

Novamente aqui, é importante considerar que a pandemia da Covid-19 influenciou negativamente o desempenho no indicador, mas que também não pode ser apontado como o único fator responsável pelo baixo desempenho no combate à evasão.

Por último, cabe destacar que o desempenho no indicador de evasão ciclo afeta a eficiência acadêmica do IFCE, que por sua vez, é critério de distribuição orçamentária. Portanto, o baixo desempenho na evasão ciclo impactará negativamente no orçamento anual da instituição e de seus *campi*.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter o acompanhamento do indicador no PDI 2024-2028.

2. Definir uma meta mais realista e exequível para o período 2024-2028.
3. Monitorar constantemente a evolução do indicador e ajustar as estratégias conforme o necessário.
4. Atualizar o Plano de Permanência e Êxito, com a definição de novas ações e projetos que sejam mais eficazes no combate à evasão.

2.2.4 Preencher as vagas ofertadas

Descriçao: *Preencher todas as vagas ofertadas nos processos seletivos dos campi da instituição sem a necessidade de processos seletivos complementares, incluindo ofertas em cursos noturnos.*

Indicador	Meta	Avaliação
Ocupação de Vagas	ocupação de 100% das vagas ofertadas até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido foi de 132,20%.

O resultado do indicador mostra que a instituição conseguiu alcançar o objetivo proposto. Porém, é preciso ressaltar que o indicador de ocupação de vagas tem sofrido oscilações nos últimos 5 anos. Assim, apesar do resultado de 2023 está acima da meta esperada é preciso monitorar de perto o indicador nos próximos anos para assegurar que as ações tomadas durante o quinquênio 2019-23 são consistentes ao ponto de manter a plena ocupação das vagas ofertadas.

É importante destacar que, após a contratação de uma fundação de apoio para articular a execução dos processos seletivos dos cursos técnicos, a Plataforma Emnumeros ficou impossibilitada de acompanhar o indicador de ocupação de vagas.

Por último, vale lembrar que a ocupação das vagas ofertadas reflete diretamente no quantitativo de matrículas, que por sua vez é um fator que contribui para um melhor orçamento anual.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter o acompanhamento do indicador no PDI 2024-2028.

2. Continuar monitorando de perto o indicador de ocupação de vagas e ajustar as estratégias conforme necessário.
3. Adotar uma nova estratégia para a coleta de dados relativa ao desempenho do indicador.

2.2.5 Melhorar os indicadores de qualidade do ensino.

Descrição: *Melhorar os indicadores de qualidade de ensino, definidos e publicados pelo INEP, para os cursos de graduação e para a própria instituição.*

Indicador	Meta	Avaliação
Índice Geral de Cursos	alcançar a nota 5 até 2023	**meta não atingida.** Com base na última divulgação do INEP referente ao ano de 2021, o IFCE atingiu o conceito 3 (faixa).
Conceito Preliminar de Cursos	alcançar a nota 5 para todos os cursos de graduação até 2023	**meta não atingida.** Com base na última divulgação do INEP referente ao ano de 2021; 42 cursos foram avaliados e nenhum atingiu conceito 5.
Desempenho Enade	alcançar a nota 5 para todos os cursos avaliados até 2023	**meta não atingida**. Com base na última divulgação do INEP referente ao ENADE 2022, quatro cursos foram avaliados e nenhum atingiu conceito 5
Relação Aluno-Professor	alcançar a relação de 20 alunos por docente até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023) o resultado obtido foi de 25 alunos por professor.
Taxa de conclusão ciclo	no mínimo 83% de conclusão até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (out/2023), o resultado obtido foi de 22,9%.

O resultado do indicador mostra que a instituição não conseguiu alcançar o objetivo proposto. O indicador "Índice Geral de Cursos" permaneceu com a nota 3 (faixa) nos últimos anos, porém apresentou um uma piora no seu resultado quando se considera o conceito contínuo. Segundo o INEP, em 2018 o IGC (contínuo) foi de 2,78291, passando para 2,723 em 2021.

Em relação ao indicador "Conceito Preliminar de Cursos", em 2021 foram avaliados 42 cursos, sendo que 37 desses obtiveram nota 3 e apenas 5 cursos com nota 4. Portanto,

um desempenho bem abaixo da meta esperada que era de nota 5 para todos os cursos avaliados.

No que diz respeito ao indicador “Desempenho ENADE”, considerando o ano de 2022, que foi o último resultado publicado pelo INEP, a instituição teve 4 dos seus cursos avaliados, obtendo nota 2 em dois cursos e nota 4 nos outros dois cursos. Novamente, um desempenho abaixo da meta esperada que era de nota 5 para todos os cursos avaliados.

Por último, a constatação de que o indicador “Taxa de conclusão ciclo” ficou bem distante do alcance da sua meta. Esse resultado, juntamente com os resultados dos indicadores de evasão e retenção, mostrado anteriormente, permite a conclusão de que o nível de eficiência acadêmica do IFCE está em um patamar de desempenho muito baixo, despertando a preocupação acerca da qualidade do ensino que a instituição atualmente oferece à sociedade.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter o acompanhamento dos indicadores no PDI 2024-2028.
2. Continuar monitorando de perto os indicadores e ajustar as estratégias conforme necessário.
3. Definir metas exequíveis para o período 2024-2028.
4. Para o indicador IGC, recomenda-se identificar os critérios de avaliação do INEP que foram mal avaliados pelos avaliadores de cursos e definir projetos estratégicos voltados para superar essas fragilidades.
5. Implementar programas de preparação dos alunos para o ENADE.

2.2.6 Expandir e consolidar a inovação.

Descrição: *Expandir, integrar e consolidar as ações de tecnologia e inovação institucionais.*

Indicador	Meta	Avaliação
Produtos tecnológicos resultantes em ativos de propriedade intelectual	180 depósitos ou ativos até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pelo Sistema Monitor (SETEC) (jun/2023), o resultado acumulado no período 2022-2023 foi de 67 produtos

		tecnológicos resultantes em ativos de propriedade intelectual
Volume de recursos captados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.	Captar R$ 17,5 milhões até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado acumulado no período 2019-23 foi de R$ 17,99 milhões.
Percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual.	mínimo de 1% até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pelo Sistema Monitor (SETEC) (jun/2023), o resultado obtido foi de 5,3%.
Quantidade de acordos e contratos de transferência de tecnologia e/ou *know-how* para a sociedade.	mínimo de 5 até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pelo Sistema Monitor (SETEC) (jun/2023), o resultado acumulado no período 2022-2023 foi de 15 acordos e/ou contratos de transferência de tecnologia e/ou know-how para a sociedade.
Quantidade de ambientes promotores e habitats de inovação	mínimo de 5 até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pelo Sistema Monitor (SETEC) (jun/2023), o resultado acumulado no período 2022-2023 foi de 16 ambientes promotores e habitats de inovação.
Número de empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação	mínimo de 30 até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pelo Sistema Monitor (SETEC) (jun/2023), o resultado acumulado no período 2022-2023 foi de 76 empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação.

Mesmo com a meta do indicador de produtos tecnológicos resultantes em ativos de propriedade intelectual não atingindo o resultado esperado, considera-se que o objetivo proposto teve sucesso, pois as demais metas dos indicadores foram atingidas.

O objetivo de "Expandir e consolidar a inovação" abriga ações e projetos, preponderantemente, de responsabilidade do Polo de Inovação. Nesse sentido, cabe destacar o bom desempenho que essa unidade tem obtido nos últimos anos e que teve o seu reflexo nos resultados apresentados pelos indicadores de desempenho acima mencionados.

É importante registrar ainda que, com exceção do indicador volume de recursos captados em projetos de pesquisa e desenvolvimento, os demais indicadores foram incorporados ao PDI em 2022 em razão da publicação da Portaria Setec/MEC N° 299/2022. Com o advento desse normativo, torna-se imperativo a presença desses indicadores no PDI 2024-2028, uma vez que os mesmos, serão acompanhados semestralmente pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter o acompanhamento dos indicadores no PDI 2024-2028, com exceção do indicador "*volume de recursos captados em projetos de pesquisa e desenvolvimento*";
2. Monitorar constantemente a evolução dos indicadores e ajustar as estratégias conforme o necessário.
3. Inserir no PDI 2024-2028 o indicador "*percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio*", estabelecido na Portaria Setec/MEC N° 299/2022.
4. Rever as metas para o período 2024-2028.

2.2.7 Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.

Descrição: *Potencializar a produção científica e tecnológica institucional (artigos, congressos, livros, capítulos de livros, notas técnicas, produções artísticas e culturais, registros ou depósitos de propriedade intelectual e outras produções afins).*

Indicador	Meta	Avaliação
Taxa de produção científica	Média de 2 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI.	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi uma média de 1,5 produções

		anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI.

O resultado do indicador mostra que a instituição não conseguiu alcançar o objetivo proposto. Destaca-se as dificuldades que envolveram a mensuração do indicador, principalmente, no que tange à fidedignidade dos dados da Plataforma NL em relação à produção científica.

Para o cálculo do indicador, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI), se utiliza de uma solução tecnológica desenvolvida para coletar as produções científicas dos pesquisadores do IFCE na plataforma *lattes*. Porém, em nenhum momento foi possível assegurar que os dados extraídos dessa plataforma estão atualizados, isso porque os próprios pesquisadores precisam atualizar periodicamente os seus currículos na plataforma e não é sempre que isso acontece.

Outra problemática diz respeito aos números de pesquisadores cadastrados na Plataforma NL, pois alguns servidores realizam pesquisas sem o apoio institucional e por esse motivo não faz parte de grupos de pesquisa e, consequentemente, não estão cadastrados na Plataforma NL.

Portanto, constatou-se que essas problemáticas tiveram interferência no resultado apresentado pelo indicador.

De qualquer forma, é importante registrar que a Portaria Setec/MEC N° 299/2022 instituiu o indicador "Produção Bibliográfica" e que poderá ser utilizado em substituição ao atual indicador.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. No PDI 2024-2028, substituir o atual indicador pelo indicador "*Produção Bibliográfica*" da Portaria Setec/MEC N° 299/2022.
2. Monitorar constantemente a evolução do indicador e ajustar as estratégias conforme o necessário.
3. Definir metas exequíveis para o período 2024-2028.

2.2.8 Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais

Descrição: *Promover uma aproximação com entidades governamentais e não governamentais, empresas públicas e privadas e arranjos produtivos locais, visando a constituir um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para atender às demandas da sociedade.*

Indicador	Meta	Avaliação
Total de parcerias firmadas	5 parcerias por campus até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 14 parcerias firmadas no período 2019-2023, em todo o IFCE.
Índice de participação de servidores na extensão	20% de servidores envolvidos até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi de 5% dos servidores participando de alguma ação de extensão
Índice de participação de discentes na extensão	7% de discentes envolvidos até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 0,6% dos alunos participando de alguma ação de extensão.
Taxa de alcance das ações de extensão	Média anual de 30 pessoas atendidas por ação até 2023	**meta atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi uma média de 165 pessoas beneficiadas por ação de extensão.

Pelos resultados dos indicadores pode-se considerar que o objetivo não foi atingido. O indicador de "*parcerias firmadas*" teve como meta 5 parcerias por *campi*. Como a instituição possui 33 *campi*, a meta seria atingida com 165 parcerias firmadas ao longo do período 2019-2023. Esse indicador somente considera para efeito de contagem da meta as parcerias firmadas formalmente.

Nesse ponto, ressalta-se que os campi fazem muitas parcerias para o desenvolvimento de projetos e programas, mas grande parte dessas parcerias são firmadas informalmente, o que prejudica o desempenho do indicador.

Em relação ao indicador "*Índice de participação de servidores na extensão*", o ano em que a instituição esteve mais perto de alcançar a meta foi 2021 quando a Plataforma Emnumeros registrou um resultado de 15,8%. Porém, nos anos posteriores, essa participação foi diminuindo até o nível atual de apenas 5%.

Comportamento semelhante foi observado para o indicador "*Índice de participação de discentes na extensão*", onde em 2020 o resultado registrado foi de 7,6%, mas que a instituição não foi capaz de manter o desempenho nos últimos anos e por isso encerra o ciclo 2019-2023 abaixo da meta esperada.

Por último, o indicador "*Taxa de alcance das ações de extensão*" que foi o único a alcançar a meta planejada e que mostra a efetividade das ações realizadas em atender a comunidade externa.

Cabe destacar que a Portaria Setec/MEC N° 299/2022 estabeleceu novos indicadores de desempenho para a área de extensão e isso implica em substituir alguns dos indicadores atuais pelos que estão estabelecidos no referido normativo, conforme se apresenta nas recomendações a seguir.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Permanecer no PDI 2024-2028 com os indicadores "*Índice de participação de servidores na extensão*", "*Índice de participação de discentes na extensão*" e "*Taxa de alcance das ações de extensão*", mas adequados à Portaria Setec/MEC N° 299/2022.
2. Evitar no PDI 2024-2028 o indicador de "*Total de parcerias firmadas*".
3. Monitorar constantemente a evolução dos indicadores e ajustar as estratégias conforme o necessário.
4. Rever as metas para o período 2024-2028.
5. Sensibilizar os coordenadores de extensão a manterem o sistema SigProext sempre atualizado.

2.2.9 Fortalecer as ações de acessibilidade e diversidade étnico-racial.

Descrição: *Desenvolver estratégias de inclusão visando à autonomia de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, negros, indígenas e quilombolas.*

Indicador	Meta	Avaliação
Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial	no mínimo de 15% das ações de extensão na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 1%.
Taxa de implantação de NAPNEs	Implantar NAPNEs em todos os campi até 2023	**meta atingida.** Segundo a Pró-reitoria de Extensão, todos os *campi* possuem NAPNEs.
Taxa de implantação de NEABIs	Implantar NEABIs em todos os campi até 2023	**meta atingida.** Segundo a Pró-reitoria de Extensão, 94% dos campi possuem NEABIs.

Pelos resultados dos indicadores pode-se considerar que o objetivo foi atingido parcialmente. Para o indicador "*Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial*" o ano em que a instituição esteve mais perto de alcançar a meta foi 2021 quando a Plataforma Emnumeros registrou um resultado de 4,7%. Porém, nos anos posteriores, essa participação foi diminuindo até o nível atual de apenas 1%.

Os indicadores dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) tiveram excelentes resultados, pois foi possível a implantação de Napne em todos os campi, inclusive com função gratificada, e somente os campi de Morada Nova e Mombaça ainda não possuem Neabi.

O presente objetivo estratégico é de grande relevância para a transformação de uma comunidade acadêmica mais justa e inclusiva, assegurando igualdade de oportunidades para que todos os estudantes tenham êxito no seu percurso acadêmico. Devido a isso, considera-se importante o fortalecimento das ações afirmativas e por isso recomenda-se a criação de um tema estratégico voltado para esse assunto no próximo PDI.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Inserir no PDI 2024-2028 um tema específico para as ações afirmativas, de modo a "abrigar" projetos estratégicos para esses fins.
2. Analisar com a PROEXT a possibilidade de substituir o indicador de "*Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial*" pelo indicador "*Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas*" da Portaria Setec/MEC N° 299/2022.
3. Monitorar constantemente a evolução dos indicadores e ajustar as estratégias conforme o necessário.
4. Definir metas exequíveis para o período 2024-2028.
5. Sensibilizar os coordenadores de extensão a manterem o sistema SigProext sempre atualizado.

2.2.10 Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora.

Descrição: *O objetivo propõe desenvolver ações internas para a melhoria da educação empreendedora e para engajamento da comunidade interna (servidores e discentes) nos programas institucionais*.

Indicador	Meta	Avaliação
Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo	no mínimo de 5% das ações de extensão na área de empreendedorismo até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 4%.
Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo	no mínimo de 15% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo até 2023	**meta não atingida.** Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023) não foi registrado nenhum resultado para o indicador

Pelos resultados dos indicadores pode-se considerar que o objetivo não foi atingido. Pela análise do histórico do desempenho dos indicadores na Plataforma Emnumeros, pode-se constatar que os melhores resultados foram alcançados no ano de 2019, quando o indicador "*Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo*" registrou o desempenho de 7,7% e o resultado do indicador "*Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo*" foi de 23,5%, ou seja, ambos bem acima da meta

traçada para o quinquênio 2019-23. Porém, o desempenho não foi mantido ao longo dos anos.

Entretanto, o presente objetivo estratégico é de grande relevância para preparar os nossos estudantes para os desafios do mundo do trabalho, bem como contribui para uma cultura de inovação na instituição. Devido a isso, considera-se importante investir em ações de promoção do empreendedorismo e por isso recomenda-se a manutenção da temática no próximo PDI.

Com base na análise realizada, pontuam-se as seguintes recomendações relacionadas a este objetivo:

1. Manter no PDI 2024-2028 o tema empreendedorismo, de modo a "abrigar" projetos estratégicos para esses fins.
2. Evitar a inclusão dos indicadores no PDI 2024-28.
3. Sensibilizar os coordenadores de extensão a manterem o sistema SigProext sempre atualizado.

2.3 Recomendações gerais

De modo a avaliar a eficácia das práticas atuais relacionadas ao processo de elaboração e, principalmente, a execução do PDI 2019-2023, destacam-se os pontos específicos abaixo visando o aperfeiçoamento do modelo de planejamento para subsidiar o próximo PDI:

2.3.1 Redução dos indicadores de desempenho

Observou-se uma necessidade premente de reduzir os indicadores de desempenho para melhorar a precisão e foco nas áreas finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e inovação). A complexidade excessiva dos indicadores atuais compromete a eficácia da avaliação. Assim, torna-se necessário uma revisão minuciosa dos indicadores, priorizando aqueles que têm impacto direto nos objetivos institucionais e, assim, contribuindo para a simplificação e eficácia do processo de avaliação do planejamento.

Dessa forma, recomenda-se no PDI 2024-2028 limitar-se aos indicadores utilizados pela Secretaria de educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) para avaliar o

desempenho dos institutos federais, isto é, os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e da Portaria Setec/MEC N° 299/2022.

2.3.2 Reavaliação do papel das unidades estratégicas no PDI

É imperativo reavaliar o papel das unidades estratégicas no PDI para assegurar uma correlação mais direta entre as atividades dessas unidades e as metas institucionais.

Dessa forma, sugere-se uma revisão do escopo de atuação de cada unidade estratégica, garantindo uma contribuição efetiva para o alcance das metas e objetivos do PDI. Nesse sentido, recomenda-se que os indicadores e metas sejam os relacionados apenas as áreas finalísticas e que a atuação das áreas meios seja a de suporte através de projetos estratégicos voltados a impulsionar o desempenho dos indicadores das áreas finalísticas.

Acredita-se que isso promoverá uma maior sinergia entre as diferentes áreas da instituição.

2.3.3 Envolvimento das instâncias de governança na avaliação periódica

Recomendamos a implementação de um processo sistemático de envolvimento das instâncias de governança na avaliação periódica dos resultados dos indicadores de desempenho, particularmente, a Auditoria Interna e Comitê de Governança, Risco e Controle.

A participação ativa dessas instâncias garantirá uma visão abrangente e uma compreensão mais profunda dos resultados, facilitando a identificação de oportunidades de melhoria e o alinhamento contínuo com as metas estratégicas.

2.3.4 Atualização dos sistemas de gestão

Os sistemas de gestão atuais (Q-acadêmico, SigProext, SUAP, Sisae, entre outros) necessitam de uma atualização significativa para organizar os dados de maneira mais fidedigna e eficiente, principalmente no tocante à integração orgânica destes sistemas.

Essa é uma das ações urgentes que a instituição precisa adotar, pois dados precisos fornecem uma base sólida para a análise e tomada de decisões, uma vez que, informações imprecisas ou incorretas podem levar a conclusões errôneas e, consequentemente, a decisões inadequadas.

Nesse sentido, a implementação de tecnologias que possibilitem a coleta, análise e apresentação de dados de desempenho de forma integrada e em tempo real, não apenas otimiza os processos de tomada de decisão, mas também aumenta a confiabilidade dos dados utilizados para avaliação institucional.

2.4 Considerações finais sobre a análise

A busca contínua pela excelência institucional requer uma abordagem proativa na identificação e correção de áreas passíveis de aprimoramento. Nessa perspectiva, ao concluir a avaliação do PDI 2019-2023 é imperativo destacar as recomendações da Pró-reitoria de Administração e Planejamento (Proap), unidade organizacional responsável pelo desenvolvimento institucional, que visam fortalecer a capacidade da instituição em alcançar os seus objetivos estratégicos e melhorar a eficácia do processo de avaliação de desempenho.

Um dos desafios significativos encontrados durante a avaliação foi a falta de dados confiáveis para diversos indicadores de desempenho. A carência de informações precisas comprometeu a análise abrangente e detalhada de uma parcela substancial dos objetivos propostos no PDI 2019-23.

Soma-se a isso, a ausência de uma avaliação contínua, por parte da gestão das áreas estratégicas, ao longo do período, deixando evidente que o acompanhamento dos resultados dos indicadores não foi uma prioridade. A falta de monitoramento e da avaliação dos resultados dificultou a identificação precoce de desvios em relação às metas estabelecidas, prejudicando a capacidade de intervenção proativa da gestão.

Um ponto que se considera muito preocupante é o cenário apresentado pelos indicadores da área de ensino. Constata-se que a maioria dos indicadores não atingiu as metas estabelecidas. Isso levanta questionamentos sobre os métodos de implementação e execução das estratégias educacionais ao longo do período em análise.

Nesse sentido, é importante destacar que os resultados adversos observados, especialmente na área de ensino, não podem ser subestimados em relação à sustentabilidade da instituição. A não consecução das metas propostas pode

comprometer não apenas a reputação do IFCE, mas também a qualidade do serviço educacional oferecido, afetando diretamente a sua posição no cenário educacional.

Indubitavelmente, frente aos desafios apontados nesse relatório, é imperativo que a gestão adote medidas corretivas imediatas. A revisão dos processos de coleta e gestão de dados, implementação de mecanismos de avaliação contínua e ajustes nas estratégias de ensino são ações cruciais para reverter os resultados insatisfatórios e assegurar o alcance das metas estabelecidas.

Registra-se que, a superação dos desafios exige um compromisso renovado com a melhoria contínua. Assim, é fundamental que o IFCE aprenda com as lacunas identificadas, promovendo uma cultura de avaliação constante e adaptação ágil às mudanças necessárias.

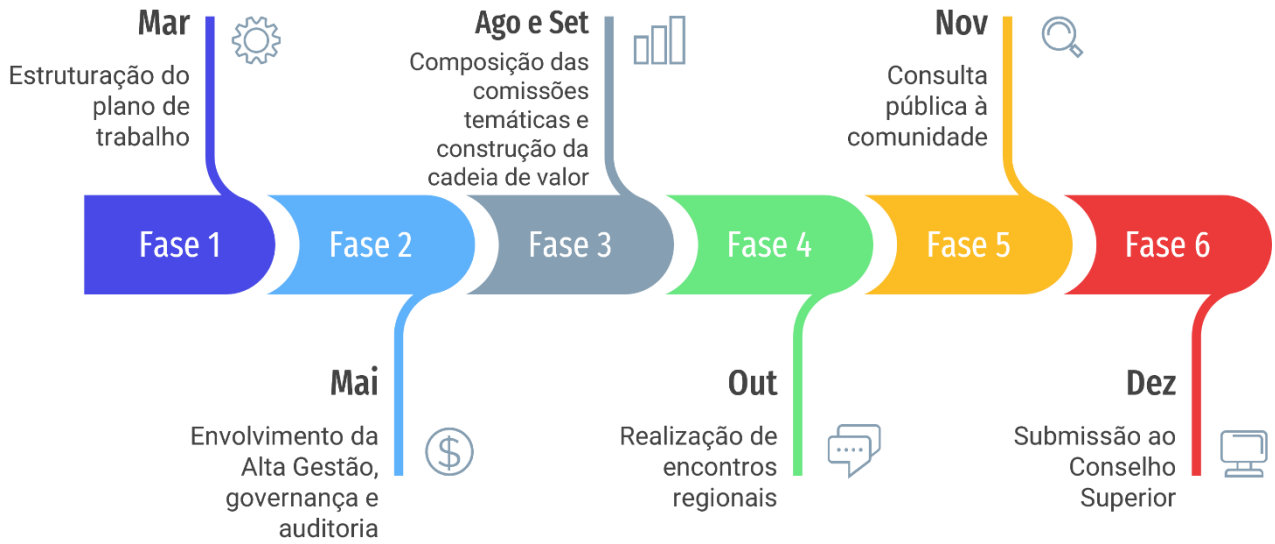
3

Metodologia de elaboração do PDI 2024-2028

3 Metodologia de elaboração do PDI 2024-2028

A elaboração do PDI é uma atividade que deve envolver toda a comunidade acadêmica da instituição, de alunos a gestores, com ampla participação dos envolvidos, de forma a garantir que os objetivos e metas definidos no plano sejam realistas e factíveis. O processo de elaboração do PDI também é uma oportunidade para que a instituição faça uma avaliação interna de suas atividades, identificando pontos fortes e fracos, oportunidades e desafios.

Neste contexto, para esta edição, a elaboração do PDI se estendeu entre os meses de março a dezembro de 2023, contando com um processo que envolveu as várias fases e os prazos limites ilustrados a seguir.



FASE 1

Estruturação do plano de trabalho para a elaboração do PDI 2024-2028

Para agilizar o processo e garantir a participação abrangente da comunidade acadêmica, a metodologia de desenvolvimento começou com a elaboração de um plano de ação para a construção do PDI, estabelecendo regras e atores-chave no processo.

Nessa fase inicial do planejamento para o PDI 2024-2028, foi implementada a estruturação do plano de trabalho, delineando as etapas e estratégias para orientar a efetiva elaboração do plano. Isso incluiu a formação de uma equipe multidisciplinar, a

revisão crítica do processo de elaboração do PDI anterior, a realização de diagnósticos institucionais e a definição de metas para esta fase de construção.

Desde o início, o destaque foi dado à promoção da participação ativa da comunidade acadêmica, envolvendo discussões sobre alternativas para amplificar a voz do grande número de alunos e servidores da instituição. Como resultado foram definidas as estratégias que seriam utilizadas para alcançar este objetivo primordial, culminado em um plano de trabalho submetido à alta gestão e por ela validado.

FASE 2

Envolvimento da alta gestão, governança e auditoria

Durante o processo de elaboração do PDI, foram realizadas diversas reuniões estratégicas com a participação ativa da alta gestão, representantes da governança e profissionais da área de auditoria.

Essas reuniões desempenharam um papel fundamental na apresentação e discussão do plano de elaboração, permitindo uma abordagem abrangente e alinhada às diretrizes organizacionais. O envolvimento da alta gestão garantiu uma liderança comprometida com a visão e metas delineadas, enquanto a presença de representantes da auditoria contribuiu para a avaliação crítica e aprimoramento contínuo do plano, garantindo sua eficácia e coerência com as melhores práticas.

FASE 3

Composição das comissões temáticas e construção da cadeia de valor

Por meio de comunicação feita a todos os diretores gerais de *campi*[2], os servidores docentes e técnico-administrativos foram convidados a participar de audiências virtuais para apresentação do plano de ação do PDI e para a eleição dos servidores que representariam as áreas de conhecimento nas comissões temáticas a serem constituídas para gerenciar o processo de construção do PDI.

2 Convite enviado por meio do Ofício-Circular nº 79/2023/PROAP/REITORIA-IFCE (SEI 5191064).

Entre 21 de agosto e 4 de setembro de 2023, foram realizadas 5 audiências virtuais organizada com os *campi* de cada macrorregião, tendo os encaminhamentos sendo registrados em ata. Como resultado destas audiências virtuais, foram criadas as 3 comissões temáticas, compostas por representantes dos *campi* participantes:

- **comissão temática mista**, composta por representantes do ensino, da pesquisa e da extensão dos *campi* e dos respectivos titulares destas áreas (Anexo I);
- **comissão de administração**, composta por representantes da área de administração nos *campi* e do pró-reitor de administração (Anexo II); e
- **comissão de gestão de pessoas**, composta por representantes da área de gestão de pessoas nos *campi* e do pró-reitor de gestão de pessoas (Anexo III);

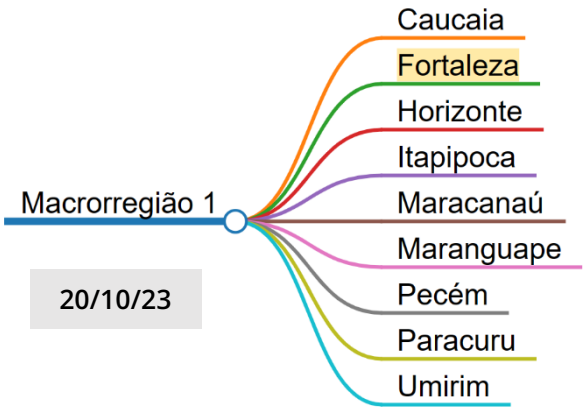
Além das comissões temáticas, foi criada uma comissão executiva para a coordenação geral da elaboração do PDI, composta por servidores da Pró-reitoria de Administração, especialmente aqueles lotados na Diretoria de Desenvolvimento Institucional, setor da instituição responsável pela ação (Anexo IV).

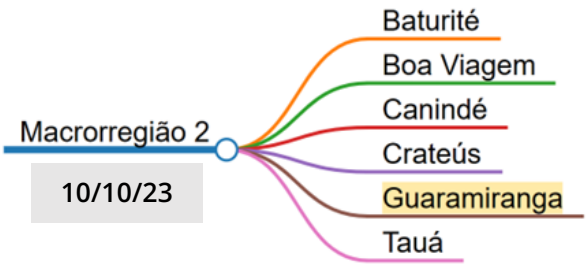
No mês de setembro, os membros das comissões temáticas foram capacitados em um curso sobre cadeia de valor e planejamento estratégico, ministrado por uma convidada externa com vasto conhecimento na definição de cadeia de valor para órgãos públicos. Destes encontros, resultaram a cadeia de valor, os macroprocessos finalísticos e a lista de temas estratégicos a serem usados como referência para a continuidade desta ação.

FASE 4

Realização de encontros regionais

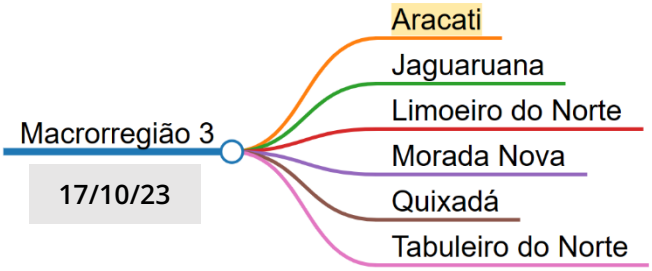
Nessa fase foram realizados cinco encontros presenciais, um em cada macrorregião do IFCE, contando com a participação de servidores e estudantes dos *campi* que formam cada macrorregião.

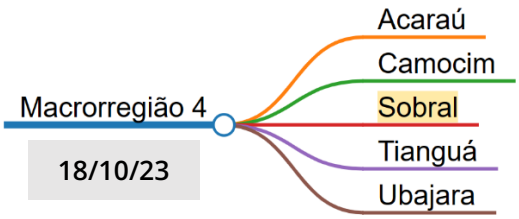




Participaram destes encontros, além da gestão dos *campi* envolvidos, os pró-reitores e representantes da Reitoria, tais como ensino, pesquisa, extensão, administração e gestão de pessoas, além de representantes do gabinete do Reitor.

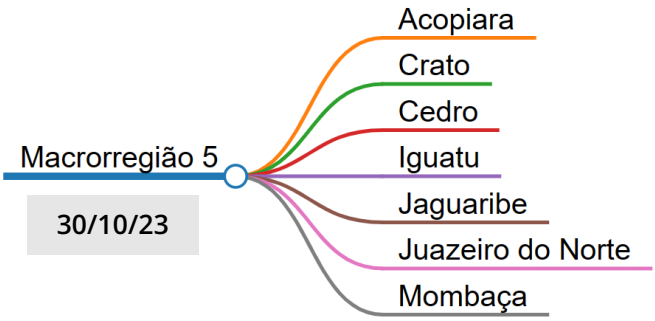
Os encontros foram realizados nos locais destacados em cada uma das imagens dessa seção, e funcionaram como um momento para que os servidores e estudantes presentes pudessem apresentar suas críticas, sugestões de melhoria, ideias e desejos para as ações institucionais.





Os eventos tiveram cerca de 4h de duração. Os participantes podiam ser expressar inscrevendo-se para falar ou compartilhando suas ideias em um sistema disponibilizado para tal, que ficava sendo exibido em tempo real nas telas disponíveis nos auditórios de realização dos eventos. Todas as falas foram capturadas por meio dos relatores das reuniões ou por meio da exportação daqueles registros feitos no sistema computacional utilizado.

Como resultado dos cinco encontros presenciais, consolidou-se uma lista de 410 ideias e anseios apresentadas pelos participantes, que foram agrupadas em iniciativas para a disponibilização no ambiente a ser aberto para consulta pública.



FASE 5

Consulta pública à comunidade acadêmica

Nessa fase, foi aberta uma nova oportunidade de participação da comunidade acadêmica, desta vez no formato *on-line*, onde os participantes tiveram a oportunidade de interagir escolhendo as iniciativas sugeridas nos encontros regionais, bem como enviando novas ideias, se assim o desejassem.

FASE 6

Submissão do documento final ao Consup

Por fim, partiu-se para a elaboração do documento final e submissão ao colegiado superior da instituição para análise e encaminhamento, com vistas ao início da execução do planejamento a partir de 2024.

4

Planejamento estratégico

4 Planejamento Estratégico

O processo de planejamento estratégico do IFCE tem a sua origem na identidade estratégica, que por sua vez, representa a essência da instituição, diferenciando-a das demais instituições que atuam no mesmo ramo. Os principais elementos da identidade estratégica, são:

4.1 Missão, visão e valores

A missão representa a declaração clara e sucinta do principal propósito da instituição, revelando o motivo fundamental de sua existência e a razão pela qual foi estabelecida. Sob esse enfoque, a missão do IFCE é:

> **MISSÃO**
> Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

A visão corresponde a forma como a instituição deseja ser vista pela sociedade, delineando seus objetivos e aspirações para um período específico adiante. Nesse contexto, a visão do IFCE para o ano de 2028 é:

> **VISÃO**
> Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional.

Os valores representam os princípios orientadores que influenciam o comportamento, as atitudes e as escolhas de todos os indivíduos associados à instituição. No IFCE, os valores foram estabelecidos da seguinte forma:

VALORES

Compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

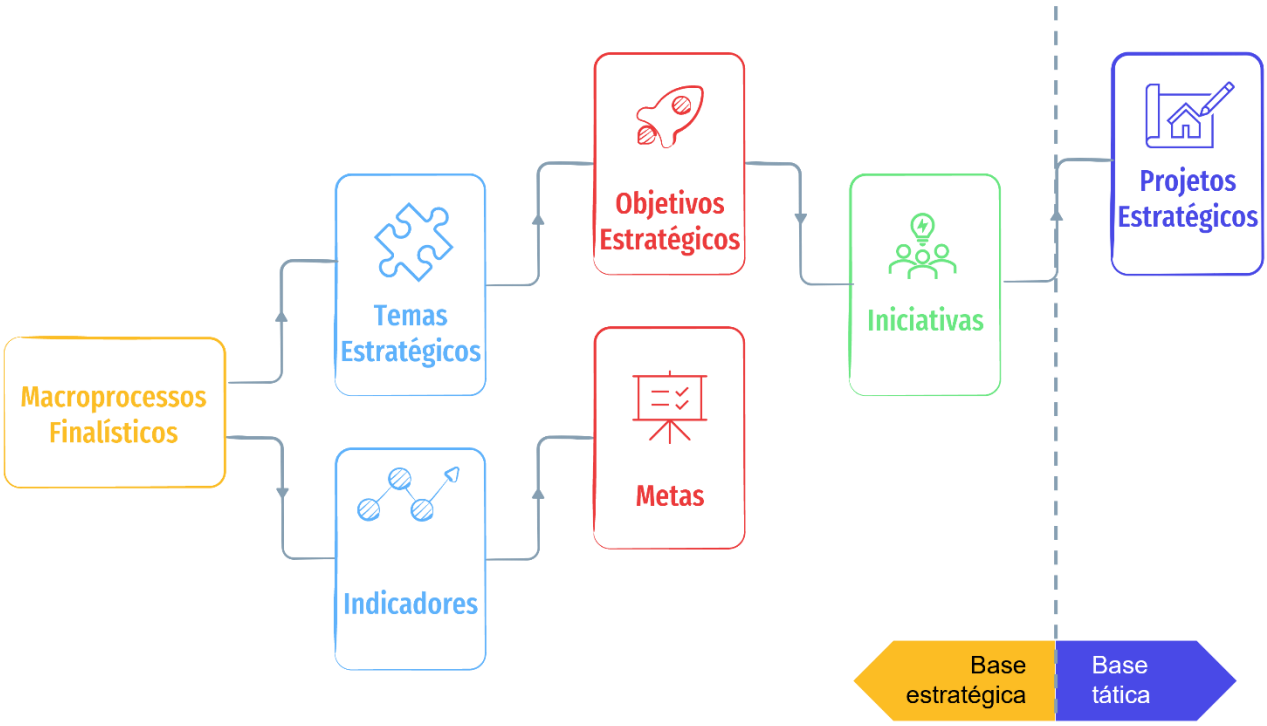
4.2 Modelo do planejamento estratégico

Incialmente, cabe registrar, que o modelo de planejamento estratégico de uma organização depende de vários fatores, tais como: natureza, tamanho, setor de atuação, cultura organizacional, entre outros.

Assim, definir um modelo de planejamento é fundamental para o alinhamento organizacional, pois estabelece a direção a ser seguida pelos gestores e suas equipes. Ademais, a clareza de direção facilita a alocação de recursos nas prioridades estratégicas da instituição, favorecendo a consecução dos objetivos de longo prazo.

O modelo de planejamento do IFCE se sustenta em bases estratégica e tática. A base estratégica está associada às decisões que impactam diretamente na direção futura do IFCE. É nesse nível de planejamento que se define o curso geral que a instituição seguirá para alcançar os seus objetivos de longo prazo. Já a base tática está relacionada à implementação prática das estratégias definidas na base estratégica, envolvendo decisões de curto e médio prazo que visam traduzir as iniciativas em projetos estratégicos.

Nessa perspectiva, o modelo de planejamento estratégico do IFCE para o quinquênio 2024-2028, buscou dar ênfase aos macroprocessos da cadeia de valor da instituição, assegurando que as tomadas de decisões estejam voltadas para a geração de valor para a sociedade, conforme ilustração a seguir.



A estratégia do IFCE inicia-se na definição dos macroprocessos finalísticos que compõem a cadeia de valor da instituição. Esses macroprocessos foram definidos a partir dos objetivos dos institutos federais definidos no art. 7° da Lei Nº 11.892/2008.

De acordo com a célebre frase "*O que não é medido, não pode ser gerenciado*", atribuída a William Edwards Deming, entende-se que para controlar ou melhorar alguma coisa, é necessário medir e quantificar os seus aspectos relevantes. Assim, considera-se fundamental coletar dados e informações sobre um processo, atividade ou desempenho para que seja possível avaliar, entender e, eventualmente, aprimorar.

Com base nisso, os macroprocessos finalísticos são acompanhados por meio de indicadores de desempenho. No PDI 2024-2028, serão utilizados os indicadores de desempenho estabelecidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), por meio da Portaria Setec/MEC Nº 1, de 03/01/2018, que define os indicadores dos macroprocessos relacionados ao ensino, e pela Portaria Setec/MEC Nº 299, de 06/05/2022, que define os indicadores dos macroprocessos relacionados à extensão e à pesquisa e inovação.

Cada indicador é acompanhado por uma meta correspondente. A meta, por sua vez, é o parâmetro que permite avaliar se o indicador atingiu o nível de desempenho considerado aceitável pela instituição. Assim, os indicadores e metas comunicam de forma clara os resultados a serem alcançados nos macroprocessos finalísticos.

Por outro lado, para se alcançar um melhor desempenho nos macroprocessos finalísticos é preciso definir estratégias capazes de influenciar os fatores que causam impacto nos seus pontos críticos. Consideram-se pontos críticos de um macroprocesso os elementos específicos que exercem influência significativa no seu desempenho geral ou resultado.

Para o PDI 2024-2028, os pontos críticos de um macroprocesso finalístico estão representados pelos temas estratégicos. Esses temas representam a área de atuação prioritária da instituição, direcionando seus esforços, alocando recursos e fundamentando suas decisões estratégicas.

Entretanto, para cada tema estratégico existe uma realidade que precisa de intervenção por parte da instituição, seja para potencializar uma oportunidade, solucionar uma fragilidade ou mitigar os riscos de uma ameaça, sendo essas, as finalidades dos objetivos estratégicos. Assim, os objetivos são declarações claras e diretas da realidade que se pretende alterar em cada tema estratégico, alinhadamente com a missão e visão da instituição.

A partir dos objetivos estratégicos, o modelo de planejamento delimita o foco de atuação das equipes de trabalho em iniciativas que são essenciais para a formulação dos projetos estratégicos. Dessa forma, as iniciativas funcionam como o elo entre a base estratégica do modelo e a base tática. São elas as principais responsáveis pelo direcionamento dos esforços para a solução de determinadas problemáticas de abrangência institucional, regional ou local.

O último elemento do modelo refere-se aos projetos estratégicos. É nessa etapa em que acontece o detalhamento das ações, a definição dos cronogramas e a alocação dos recursos. A depender do projeto, o seu escopo poderá envolver todos os *campi*, um grupo de *campi* ou até mesmo um único *campus*.

É importante destacar que a revisão e ajuste contínuo são características fundamentais desse modelo de elaboração do planejamento estratégico do IFCE. À medida que instituição evolui e as condições do ambiente mudam, o planejamento estratégico precisa ser flexível e adaptável para que continue como um instrumento de alta relevância para a gestão da instituição.

4.3 Cadeia de valor

A cadeia de valor de uma organização oferece uma visão geral de suas atividades institucionais, sendo frequentemente representada por uma hierarquia de macroprocessos e processos e pelo valor público gerado aos seus clientes.

O valor público, por sua vez, é definido no Decreto Nº 9.203/2017 como *"produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos".*

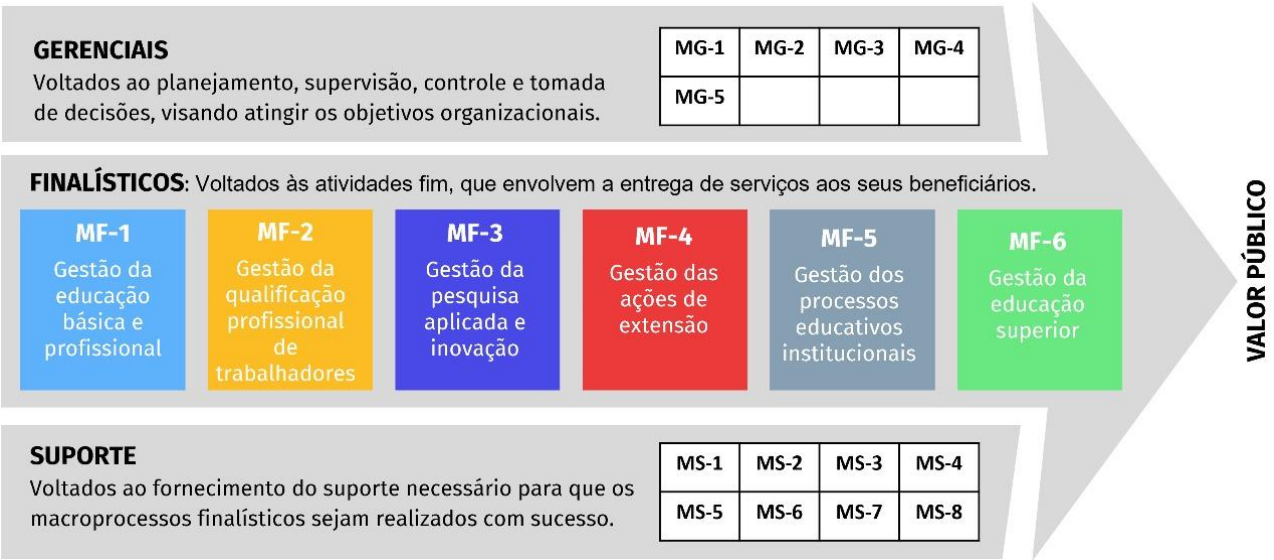
Neste cenário, o valor público do IFCE está fortemente ligado à sua missão e foi definido com base nas finalidades dos institutos federais previstos no art. 6° da Lei Nº 11.892/2008, delineando os principais resultados concretos que devem ser entregues à sociedade, conforme ilustrado a seguir.

A cadeia de valor é ferramenta de gestão que permite entender e otimizar o funcionamento de órgãos do governo, identificando áreas de melhoria e eficiência em suas operações, sem vinculação com a estrutura organizacional da instituição. Numa cadeia de valor, o foco está completamente voltado ao modelo de negócios institucional.

Em uma cadeia de valor estão expressos minimamente os macroprocessos, que são os conjuntos de processos executados pela instituição para entregar serviços e produtos,

de forma a atender aos seus clientes ou beneficiários dos serviços prestados. Esses macroprocessos podem ser de tipos distintos a depender de sua função e finalidade dentro de uma organização. Os principais tipos de macroprocessos incluem os finalísticos, de suporte e de gestão.

Além dos macroprocessos, uma cadeia de valor tipicamente comporta os processos que os compõem, compreendendo as ações específicas que neles ocorrem, como pode ser evidenciado na cadeia de valor do IFCE ilustrada na imagem abaixo.



Assim como o valor público, os macroprocessos finalísticos, enumerados na imagem acima, foram definidos fundamentando-se nos objetivos dos institutos federais, estabelecidos nos incisos I a VI do art. 7º. da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, que articulados, entregam os valores públicos à sociedade.

Os macroprocessos gerenciais e de suporte, por sua vez, foram obtidos a partir dos sistemas estruturadores do governo federal, criando-se um macroprocesso específico para cada sistema estruturador.

Além dos 6 macroprocessos finalísticos, a cadeia de valor do IFCE é formada ainda por outros 13 macroprocessos, sendo 5 gerenciais e 8 de suporte, conforme enumeração a seguir.

GERENCIAIS

- **MG1.** Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação

DE SUPORTE

- **MS1.** Gestão de pessoas
- **MS2**. Gestão de logística pública
- **MS3**. Gestão do patrimônio imobiliário

- **MG2**. Gestão do planejamento e orçamento organizacional
- **MG3**. Gestão da informação corporativa
- **MG4**. Gestão de comunicação institucional
- **MG5**. Gestão de controles e segurança institucionais

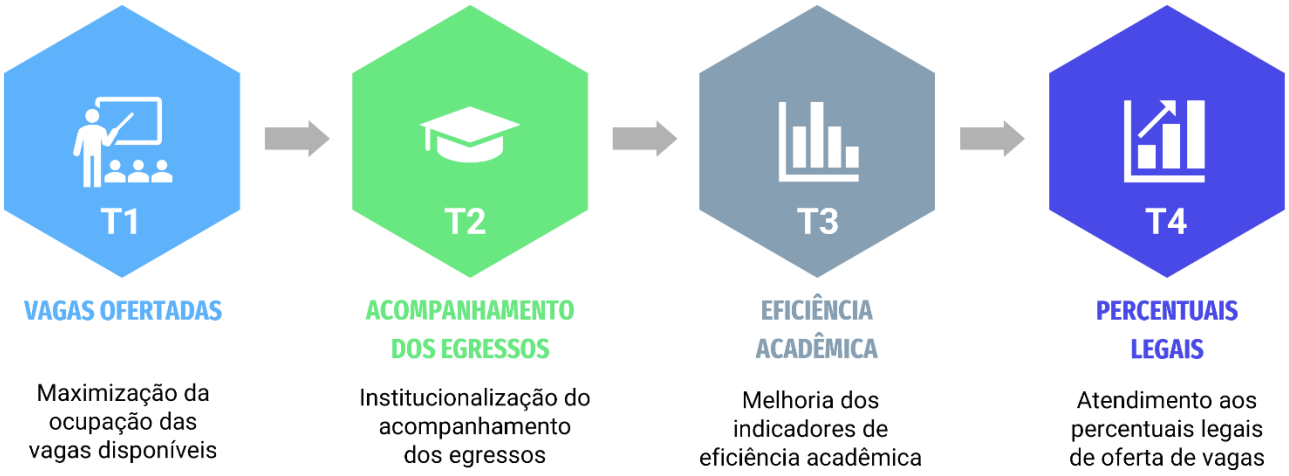
- **MS4**. Gestão das transferências da União
- **MS5**. Gestão financeira
- **MS6**. Gestão de contabilidade
- **MS7**. Gestão de tecnologia da informação
- **MS8**. Gestão jurídica institucional

A lista completa dos sistemas estruturadores do governo federal e a indicação de suas respectivas bases legais encontram-se consolidadas no Anexo V deste documento.

4.3.1 Temas estratégicos

Como já mencionado anteriormente, os temas estratégicos representam os pontos críticos relacionados aos macroprocessos finalísticos. O propósito dos temas é trazer à tona os desafios que reconhecidamente afetam o desempenho das atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

Ao definir e priorizar os temas estratégicos, o IFCE concentra os seus recursos e esforços naquilo que é considerado crítico para o sucesso futuro. Isso facilita a alocação de recursos, o desenvolvimento de iniciativas estratégicas e o monitoramento do progresso em direção aos objetivos estratégicos estabelecidos. Para o PDI 2024-2028 foram definidos 16 temas estratégicos ilustrados e descritos a seguir.



TEMA 1

Maximização da ocupação das vagas disponíveis

- Do ponto de vista da sociedade, o preenchimento total das vagas é uma demonstração da maximização dos recursos arrecadados na forma de tributos.
- Segundo a Plataforma Nilo Peçanha, considerando o período de 2017 a 2022, a média da taxa de ocupação das vagas ofertadas pelo IFCE gira em torno de 91,17%.
- Diante dessa realidade, a finalidade desse tema estratégico é impulsionar ações para atingir 100% das vagas ofertadas pela instituição.

TEMA 2

Institucionalização do acompanhamento dos egressos

- O acompanhamento do egresso resulta em um feedback valioso para a melhoria contínua das nossas atividades.
- A avaliação da empregabilidade dos nossos egressos permite o IFCE adaptar-se às mudanças no mercado, com fins de promover uma educação centrada no estudante.
- Nesse contexto, essa temática visa estimular projetos voltados ao monitoramento das atividades exercidas pelos egressos e como esse grupo está aplicando os seus conhecimentos e habilidades após a sua formação.

TEMA 3

Melhoria dos indicadores de eficiência acadêmica

- A eficiência acadêmica, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, se resume aos indicadores de retenção ciclo, evasão ciclo e conclusão ciclo.

- Os dados constantes na PNP mostram que o IFCE regrediu de 44,1% para 29,6% na sua eficiência acadêmica, durante o período de 2017 a 2022.
- É importante destacar que a eficiência acadêmica é um dos critérios de distribuição orçamentária entre as instituições da Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, o que reforça a relevância dessa temática para a sustentabilidade orçamentária da instituição.
- Portanto, considera-se urgente a adoção de estratégias capazes de mudar o desempenho da instituição nesse importante indicador.

TEMA 4

Atendimento aos percentuais legais de oferta de vagas

- O atendimento aos percentuais legais é uma obrigação imposta ao IFCE, instituída na Lei Nº 11.892/2008 e no Decreto Nº 5.840/2006.
- Conforme esses normativos, a instituição precisa apresentar no mínimo 50% das matrículas em cursos técnicos, 20% das matrículas em cursos de licenciatura e 10% das matrículas em PROEJA.
- Conforme a Plataforma Nilo Peçanha, o IFCE apresentou em 2022 os resultados de 41,9% para cursos técnicos, 23,5% para licenciaturas e 0,40% para PROEJA.
- Desse modo, é imprescindível a implementação de projetos que modifiquem essa realidade, para proporcionar que o IFCE esteja em obediência aos ditames dos normativos supracitados.

TEMA 5

Melhoria do desempenho na avaliação dos cursos

- Cursos bem avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela CAPES reside na garantia de qualidade e excelência no ensino em todos os níveis, oferecendo aos alunos informações confiáveis para a escolha de programas acadêmicos.
- Essa avaliação reflete o compromisso com a qualidade do ensino, promove inovação pedagógica, atrai mais estudantes e contribui para a reputação e sustentabilidade financeira da instituição.
- Segundo a PNP, até o ano de 2022, o IFCE apresentou o conceito 3 (faixa) no Índice Geral de Cursos (IGC).
- Assim, considerando o objetivo de ser uma instituição de referência no ensino, é preciso estabelecer uma agenda voltada para a melhoria na avaliação dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação ofertados.

TEMA 6

Promoção da verticalização da oferta

- A verticalização refere-se à oferta da instituição de cursos em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior.
- Por meio da verticalização, os estudantes têm acesso a uma educação mais completa e podem adquirir habilidades técnicas

desde cedo, o que os torna mais competitivos no mercado de trabalho.

- Além disso, a pesquisa e a inovação promovidas pela verticalização contribuem para o desenvolvimento tecnológico e econômico da região.
- De acordo com a PNP, no ano de 2022, o índice de verticalização do IFCE, foi em torno de 15,57%, o que demonstra a necessidade de adotar estratégias para ampliar a verticalização da oferta da instituição.

TEMA 7

Celeridade na formalização de parcerias com entes públicos e privados

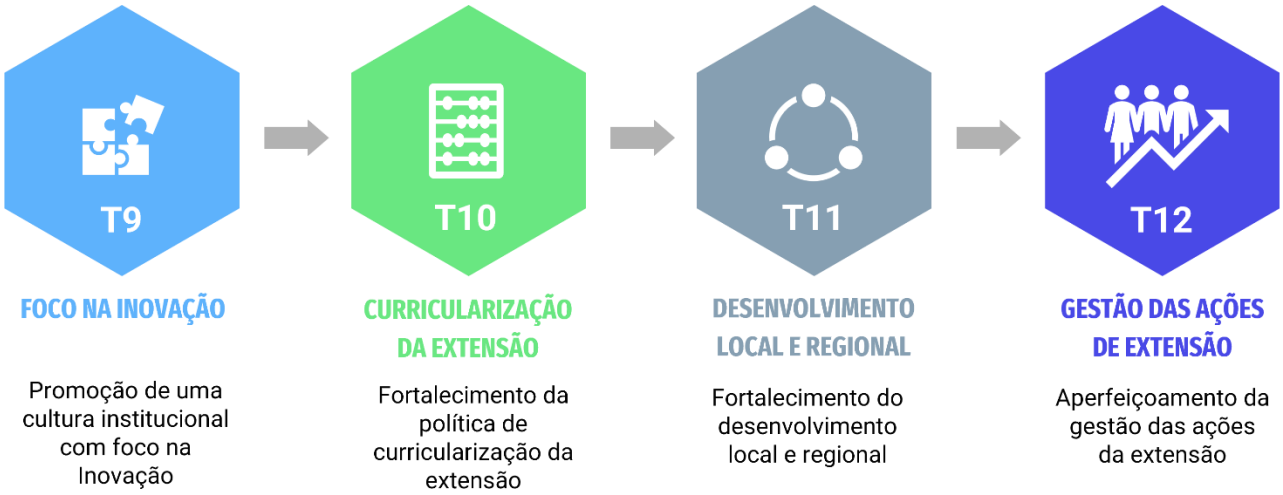
- As parcerias com entes públicos e privados desempenham um papel fundamental na estratégia de geração de inovação pelo IFCE, proporcionando uma série de benefícios significativos que contribuem para o progresso tecnológico e o desenvolvimento local e regional.
- Porém, uma das chaves para o sucesso dessas parcerias reside na racionalização do fluxo processual para sua concretização.
- Nesse sentido, essa temática trata da importância de desenvolver soluções para encurtar o fluxo processual e reduzir o excesso de formalidades que envolve a formalização de uma parceria entre o IFCE e um parceiro externo.

TEMA 8

Fortalecimento da pesquisa institucional

- Fortalecer a pesquisa institucional requer um esforço coordenado que envolve investimentos, colaborações entre os *campi* e uma cultura de pesquisa.
- Além disso, é importante estabelecer parcerias externas, apoiar a publicação e divulgação de resultados, oferecer suporte à captação de recursos e avaliar o progresso.

- Incentivar a internacionalização, a inovação e a formação de pesquisadores também são componentes essenciais.
- Nesse intuito, esta temática visa à adoção de estratégias que proporcionem melhores condições à realização de pesquisas expressivas no âmbito da instituição.



TEMA 9

Promoção de uma cultura institucional com foco na Inovação

- Promover uma cultura institucional com foco na inovação é um pilar essencial para as intenções do IFCE de estar na vanguarda do conhecimento e do desenvolvimento da sociedade.
- Investir na promoção de uma cultura voltada à inovação não apenas enriquece a experiência educacional dos estudantes, mas também tem um impacto profundo no avanço científico, tecnológico e econômico.
- Nesse contexto, uma das estratégias vislumbradas para os próximos anos é proporcionar uma maior aproximação do Polo de Inovação com os *campi*, com a finalidade de impulsionar a inovação em todas as unidades do IFCE.

TEMA 10

Fortalecimento da política de curricularização da extensão

- A Resolução CNE/CES Nº 7/2018 trouxe a exigência de que as atividades de extensão representassem pelo menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação, sendo integradas à matriz curricular.
- O Guia da Curricularização da Extensão do IFCE enfatiza a importância de pensar na extensão como uma ação integrada ao currículo, com o objetivo de atribuir um significado social à profissão dos estudantes.
- Dessa forma, esta temática visa induzir ações de fomento, articulação com ensino e pesquisa, formação dos estudantes, qualificação dos docentes, relações com a sociedade, parcerias e participação dos parceiros. (art. 10 da Resolução CNE/CES Nº 7/2018).

TEMA 11

Fortalecimento do desenvolvimento local e regional

- Essa temática visa à definição de estratégias voltadas para o fortalecimento dos programas de capacitação, de consultoria técnica e dos eventos de divulgação científica, promovidos pelo IFCE.
- Essas iniciativas contribuem diretamente para o fortalecimento da economia local, o avanço tecnológico e a disseminação do conhecimento, promovendo, assim, um ambiente de crescimento sustentável e de prosperidade para a região onde nossas unidades estão inseridas.

TEMA 12

Aperfeiçoamento da gestão das ações da extensão

- A temática suscita a reflexão sobre a concepção, planejamento, registro, execução, avaliação e relatório das ações de extensão.
- Nesse sentido, essa temática trata de soluções e propostas que fortaleçam a extensão no IFCE, tocando aspectos como a relevância dos atores envolvidos na promoção da extensão, a capacitação dos

extensionistas, a prospecção e levantamento das demandas locais e regionais, a articulação das propostas extensionistas a essas demandas, o desenvolvimento da comunicação estratégica com os arranjos sociais, a captação de recursos para a execução das ações e o aprimoramento do registro e da precisão dos dados da extensão.

- Dessa forma, pretende-se ampliar a participação de atores na extensão e promover o impacto das ações (e a percepção desse impacto) para o desenvolvimento socioeconômico e cultural local, regional e nacional.

TEMA 13

Ampliação das parcerias com o mundo do trabalho

- As parcerias voltadas para o mercado de trabalho desempenham um papel crucial na promoção do sucesso dos nossos estudantes e na qualidade da nossa atividade de ensino.
- Essa colaboração permite o alinhamento dos currículos com as necessidades do mercado, oferece experiência prática, constrói redes profissionais, promove o desenvolvimento de habilidades específicas e impulsiona a inovação.
- Além disso, fortalece a credibilidade do IFCE e demonstra o compromisso da instituição com a responsabilidade social corporativa.

- Nesse contexto, a proposta da temática é induzir ações voltadas à prospecção de parcerias para o encaminhamento de estágio para os nossos estudantes, bem como a formação continuada de profissionais através dos cursos de pós-graduação.

TEMA 14

Fomento à cultura empreendedora

- Uma cultura empreendedora é um conjunto de valores, crenças, atitudes e práticas que promovem o empreendedorismo e a inovação dentro de uma organização ou em uma comunidade.
- Assim, a temática induz a implementação de ações que encorajam e apoiam a geração de ideias criativas, a busca de oportunidades, a tomada de riscos calculados e a implementação de projetos empreendedores.

TEMA 15

Melhoria da efetividade das ações de qualificação de trabalhadores

- Na oferta de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, percebe-se a necessidade de avançar na concepção e oferta dos cursos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.
- Para tanto, parte-se das premissas legais de que esses cursos precisam: (i) articular esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; (ii) estarem centralizados no trabalho como princípio educativo; e (iii) promover a indissociabilidade entre teoria e prática.
- Ainda nesse sentido, o Decreto Nº 5.154/2004 prevê que os cursos de qualificação profissional devem, preferencialmente, se articular com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

TEMA 16

Articulação com os diferentes agentes da economia

- Relacionada à qualificação profissional de trabalhadores, essa temática destaca a necessidade de promover a articulação entre o IFCE e os diferentes agentes da economia para o desenvolvimento dessa oferta.
- Nesse contexto, é fundamental antecipar as demandas regionais por capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de habilidades relacionadas ao trabalho.
- Esse processo orienta a oferta de cursos e a elaboração de currículos e itinerários formativos, com o objetivo de promover a participação ativa e contínua na formação desses profissionais.
- Para garantir eficácia, é crucial articular essa prospecção às demandas, necessidades e peculiaridades das atividades desempenhadas pelos diversos agentes na economia local e regional.

4.3.2 Temas transversais

Enquanto, no geral, um tema estratégico possui uma relação direta com um macroprocesso finalístico, em um relacionamento de um para um, os temas transversais perpassam por mais de um macroprocesso finalístico, retratando uma relação de um para muitos.

Neste sentido, os temas transversais permitem que a instituição aborde questões que envolvem diversas áreas e setores de sua estrutura administrativa, exigindo uma condução coordenada e integrada de esforços e recursos.

Dessa forma, os temas transversais evidenciam à necessidade de se estruturar as condições institucionais para a gestão da transversalidade, representando uma abordagem estratégica para lidar com desafios complexos que transcendem as fronteiras tradicionais dos setores do IFCE, promovendo uma gestão mais integrada e eficaz das políticas públicas e institucionais.

Cabe destacar que, as transversalidades são conduzidas por diferentes setores e unidades, mas recebem orientação técnica centralizada do setor que coordena a temática. Além disso, há compartilhamento dos processos decisórios entre os diferentes níveis da estrutura administrativa responsáveis pelo planejamento e execução da política.

Para esta edição do PDI foram definidos os 6 temas transversais ilustrados acima e descritos a seguir:

TEMA TRANSVERSAL 1
Assistência estudantil

- A assistência estudantil desempenha um papel crucial, não apenas no bem-estar emocional dos estudantes, mas também na garantia de condições básicas para o seu desenvolvimento acadêmico.
- Além de oferecer apoio psicossocial, a assistência estudantil, desempenha um papel essencial para a garantia da merenda escolar, assegurando que os estudantes tenham acesso a refeições adequadas para o seu pleno desenvolvimento.
- Ademais, o comprometimento do IFCE com os assuntos estudantis se estende ao apoio financeiro, pois o pagamento de auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade social não apenas minimiza os desafios econômicos, mas também amplia as oportunidades de acesso à educação.
- Essa abordagem contribui para a construção de uma comunidade estudantil diversificada e inclusiva, onde cada indivíduo, independentemente de suas circunstâncias socioeconômicas, tem a chance de prosperar academicamente.

TEMA TRANSVERSAL 2

Acessibilidade, inclusão e diversidade

- A incorporação das agendas relacionadas à acessibilidade, diversidade e inclusão no planejamento do IFCE não se limita apenas a cumprir com obrigações éticas e legais, mas também favorece à construção de um ambiente educacional mais enriquecedor, justo e alinhado com os valores contemporâneos de uma sociedade plural.
- Nessa perspectiva, impulsionar essas agendas na nossa instituição não apenas moldam a experiência educacional, mas também refletem o compromisso do IFCE com a formação de cidadãos capacitados, conscientes e socialmente responsáveis.

TEMA TRANSVERSAL 3

Sustentabilidade ambiental

- Além da preocupação em atender os requisitos normativos e certificações, abordar a temática da sustentabilidade ambiental no planejamento estratégico representa um compromisso da gestão em promover uma cultura de preservação ambiental na instituição.
- Essa estratégia fortalece a imagem institucional e torna o IFCE uma instituição comprometida com a construção de um futuro equitativo, resiliente e ecologicamente consciente.
- Dessa forma, essa temática enseja a necessidade de investir em tecnologias sustentáveis voltadas para o uso racional dos recursos, promover uma gestão responsável de resíduos sólidos, estimular as compras sustentáveis e conscientizar os alunos e servidores sobre princípios de sustentabilidade.

TEMA TRANSVERSAL 4

Internacionalização

- A internacionalização é uma estratégia vital para enriquecer a experiência educacional, promover a diversidade e preparar os nossos estudantes para os desafios globais.

- Isso se manifesta por meio de parcerias, intercâmbios e cooperação acadêmica internacional.
- Ao proporcionar uma perspectiva global, desenvolver habilidades interculturais e fornecer acesso a recursos internacionais, o IFCE se posiciona como uma instituição comprometida com a promoção de uma educação internacionalmente relevante.

TEMA TRANSVERSAL 5
Arte e cultura

- A incorporação da temática arte e cultura no planejamento do IFCE é um reconhecimento de que esses elementos desempenham um importante papel na construção de formação integral dos nossos estudantes.
- A arte e cultura refletem uma compreensão profunda da educação como um processo que vai além da transmissão de conhecimentos técnicos e científicos.
- Ao adotar estratégias voltadas para o fortalecimento da arte e a cultura, o IFCE enriquece a experiência educacional dos estudantes, proporcionando um ambiente que estimula a criatividade, expressão individual e coletiva, bem como promove a diversidade e a compreensão intercultural.

TEMA TRANSVERSAL 6
Governança

- A governança, ao ser considerada um tema estratégico, desempenha um papel vital em vários aspectos-chave.
- Ela fortalece a reputação da instituição, melhora a eficiência operacional, ajuda na gestão de riscos, atrai recursos, facilita a adaptação a mudanças, e destaca o compromisso ético e responsável.

- A governança não apenas assegura o bom funcionamento interno, mas também posiciona o IFCE como uma instituição confiável e adaptável em um ambiente educacional em constante evolução.
- Nesse sentido, a temática tem a finalidade de promover os valores básicos de uma boa governança nas atividades rotineiras da instituição, tais como: transparência, integridade, monitoramento de resultados, *compliance* e *accountability*.

4.3.3 Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho assumem um papel fundamental no processo de planejamento estratégico do IFCE, contribuindo para o monitoramento e a avaliação da eficácia das estratégias adotadas. Eles são ferramentas indispensáveis para orientar a gestão e garantir que a instituição alcance seus objetivos de forma eficiente e eficaz.

Para esta edição do PDI, ao invés de estabelecer indicadores próprios, optou-se por utilizar os indicadores que foram estabelecidos pela Setec para monitorar o desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)[3].

Essa abordagem traz consigo uma série de vantagens, assegurando ainda que a instituição esteja em conformidade com as diretrizes e políticas nacionais estabelecidas para a RFEPCT.

Ao utilizar os indicadores definidos pela Setec, facilita-se a comparação de desempenho entre os diferentes institutos federais, viabilizando a identificação de práticas bem-sucedidas, podendo resultar em valiosa troca de experiências. Essa uniformidade dos indicadores também aprimora a comunicação externa com a comunidade acadêmica, parceiros e a sociedade em geral, simplificando ainda a comunicação interna entre os diversos *campi* da instituição. Adicionalmente, simplificam-se também os processos de

[3] Portaria Setec/MEC Nº 299, de 06/05/2022, que dispõe sobre os indicadores de pesquisa e extensão a serem utilizados pelas Instituições que compõem a RFEPCT e Portaria Setec/MEC Nº 1, de 03/01/2018, que propõe e aprimora os indicadores de gestão para as instituições da RFEPCT.

coleta e análise de dados, resultando em economia de recursos e tempo, permitindo que a instituição concentre seus esforços na interpretação detalhada dos resultados.

Os indicadores do PDI 2024-2028 do IFCE estão vinculados aos macroprocessos finalísticos da instituição e integralmente alinhados aos indicadores de ensino, pesquisa, extensão e inovação da RFEPCT, conforme descrito a seguir.

Área: **ENSINO**
Normativo**: PORTARIA SETEC Nº 1, DE 03/01/2018**

ID	INDICADOR
ENS-1	Matrículas em cursos técnicos
ENS-2	Matrículas em formação de professores
ENS-3	Matrículas PROEJA
ENS-4	Oferta de vagas noturnas
ENS-5	Relação inscritos/vagas
ENS-6	Conclusão ciclo
ENS-7	Evasão ciclo
ENS-8	Retenção ciclo
ENS-9	Relação matrícula/professor
ENS-10	Índice de verticalização
ENS-11	Taxa de ocupação
ENS-12	Índice Geral de Cursos (IGC)

Área: **PESQUISA**
Normativo**: PORTARIA SETEC Nº 299, DE 06/05/2022**

ID	INDICADOR
P&I-1	Porcentagem de projetos de pesquisa aplicada
P&I-2	Porcentagem de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa
P&I-3	Porcentagem de alunos da instituição envolvidos em projetos de pesquisa
P&I-4	Porcentagem de alunos provenientes das ações afirmativa da instituição envolvidos em projetos de pesquisa
P&I-5	Produção bibliográfica
P&I-6	Percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio
P&I-7	Quantidade de ativos de propriedade intelectual

P&I-8	Percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual
P&I-9	Quantidade de acordos e contratos de transferência de tecnologia e/ou *know-how* para a sociedade
P&I-10	Quantidade de ambientes promotores e habitats de inovação
P&I-11	Número de empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação

Área: **EXTENSÃO**
Normativo**: PORTARIA SETEC Nº 299, DE 06/05/2022**

ID	INDICADOR
EXT-1	Percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão
EXT-2	Percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão
EXT-3	Percentual de servidores envolvidos em ações de extensão
EXT-4	Quantidade de pessoas atendidas pelas ações de extensão
EXT-5	Percentual de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável
EXT-6	Percentual de ações de extensão com parcerias institucionais vigentes

A metodologia de cálculo referentes aos indicadores de extensão, pesquisa e inovação podem ser encontrados no manual[4] publicado pela Setec/MEC. Já os cálculos relacionados aos indicadores na área de ensino estão disponíveis em um guia metodológico da Plataforma Nilo Peçanha[5].

4.3.4 Metas

A metas referem-se a algo que pode ser medido ou expresso numericamente. Elas são associadas aos indicadores de desempenho e são critérios de avaliação da performance da instituição.

[4] Manual dos indicadores de extensão e pesquisa da RFEPCT, disponível em https://monitorsetec.mec.gov.br/manuais/
[5] Guia de Referência Metodológica da PNP, regulamentado por meio da Portaria nº 1, de 03/01/2018, disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp.

Cabe destacar que, apesar dos indicadores de desempenho do PDI 2024-2028 ser aqueles estabelecidos pela Setec, o mesmo não acontece com as metas. Isso porque a própria Setec não definiu metas para os indicadores de desempenho da RFEPCT.

Dessa forma, enquanto isso não acontece, cabem aos institutos federais definirem quais as metas para os indicadores de desempenho, exceto, para os indicadores que possuem as suas metas estabelecidas em normativos ou instrumentos de planejamento de órgãos superiores.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir as metas institucionais para o quinquênio 2024-2028:

ID	INDICADOR	LINHA DE BASE (FONTE)	META
ENS-1	Matrículas em cursos técnicos	45,8% (emnumeros)	No mínimo 50% das vagas ofertadas em cursos técnicos.
ENS-2	Matrículas em formação de professores	21,1% (emnumeros)	Manter 20% das vagas ofertadas em cursos de licenciatura.
ENS-3	Matrículas PROEJA	0,4% (emnumeros)	No mínimo 2% das vagas ofertadas em cursos EJA.
ENS-4	Oferta de vagas noturnas	35,37% (Plataforma Nilo Peçanha)	Atingir 40% da oferta de vagas noturnas.
ENS-5	Relação inscrito/vagas	2,97 (Plataforma Nilo Peçanha)	Alcançar a proporção de 3.5 inscritos por vaga.
ENS-6	Conclusão ciclo	22,9% (emnumeros)	Perfazer 45% de êxito na conclusão ciclo.
ENS-7	Evasão ciclo	47,2% (emnumeros)	Diminuir a evasão para 35%.
ENS-8	Retenção ciclo	29,9% (emnumeros)	Diminuir a retenção ciclo para 20%
ENS-9	Relação matrícula/professor	25,4 (emnumeros)	No mínimo 20 matrículas por cada docente.
ENS-10	Índice de verticalização	15,57% (Plataforma Nilo Peçanha)	Alcançar 20% de verticalização.
ENS-11	Taxa de ocupação	102,47% (Plataforma Nilo Peçanha)	Garantir 100% da ocupação de vagas.
ENS-12	Conceito Preliminar de Cursos	Conceito 3 (INEP)	Alcançar o conceito 4 nos cursos avaliados na vigência do PDI.

P&I-1	Porcentagem de projetos de pesquisa aplicada	10,6% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 20% dos projetos de pesquisa com a finalidade de pesquisa aplicada.
P&I-2	Porcentagem de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa	9,86% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 20% dos servidores do desenvolvendo projetos de pesquisa básica ou aplicada cadastrado no SUAP, seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado.
P&I-3	Porcentagem de alunos da instituição envolvidos em projetos de pesquisa	2,24% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 3% dos discentes do nível técnico, da graduação e das pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*, envolvidos em projetos de pesquisa básica ou aplicada.
P&I-4	Porcentagem de alunos provenientes das ações afirmativa da instituição envolvidos em projetos de pesquisa	0,61% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 1% dos discentes do nível técnico, da graduação e das pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*, provenientes das ações afirmativas da instituição, envolvidos em projetos de pesquisa básica ou aplicada.
P&I-5	Produção bibliográfica	760 (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 1600 publicações anuais (artigos, livros, capítulo de livros e trabalhos de congresso publicados pelos servidores(as) do IFCE).
P&I-6	Percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio	1,83% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo anual de 2% de recurso financeiro investido, oriundo de custeio e capital, para o desenvolvimento de pesquisas aprovadas em editais institucionais, na pós-graduação e no ecossistema de inovação, em relação ao orçamento total de capital e custeio do IFCE.
P&I-7	Quantidade de ativos de propriedade intelectual	36 (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 175 ativos.
P&I-8	Percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual	5,3% (Sistema Monitor SETEC)	Manter 5% dos ativos de propriedade intelectual, licenciados ou transferidos.

P&I-9	Quantidade de acordos e contratos de transferência de tecnologia e/ou *know-how* para a sociedade	1 (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 8 acordos ou contratos.
P&I-10	Quantidade de ambientes promotores e habitats de inovação	8 (Sistema Monitor SETEC)	Atingir um total de 308 ambientes (33 centros de energias renováveis, 33 centros de formação e desenvolvimento de tecnologia social, 33 espaços interativos de gênero, 33 núcleos de arte e cultura, 02 incubadoras sociais, 25 espaços 4.0, 30 laboratórios makers, 01 observatório das cotas, 01 observatório da fome, 33 centros de tecnologia assistiva, 23 incubadoras, 30 escritórios de inovação tecnológica e 31 empresas juniores.)
P&I-11	Número de empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação	26 (Sistema Monitor SETEC)	A ser definido na primeira revisão desse documento.
EXT-1	Percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão	0,42% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 5% do orçamento aplicado em extensão.
EXT-2	Percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão	9,63% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 20% dos estudantes matriculados.
EXT-3	Percentual de servidores envolvidos em ações de extensão	17,66% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 25% dos servidores.
EXT-4	Quantidade de pessoas atendidas pelas ações de extensão	67.102 (Sistema Monitor SETEC)	Atingir um total de 100 mil pessoas atendidas.
EXT-5	Percentual de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável	21,54% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 10% das ações de extensão*
EXT-6	Percentual de ações de extensão com parcerias institucionais vigentes	2,2% (Sistema Monitor SETEC)	Mínimo de 3% das ações de extensão.

(*) Esse indicador está em discussão para uma melhor definição para a população em situação de vulnerabilidade.

Ressalta-se que as metas acima apresentadas, estão desdobradas até o nível de *campi*. Essa abordagem se deve à necessidade de aprofundamento na estratégia a ser empregada, reconhecendo que as metas por *campi* exigem estratégias diferenciadas. A decisão de não adotar um desdobramento de metas na forma linear preserva as peculiaridades das ofertas acadêmicas e as realidades regionais específicas de cada *campus*.

Portanto, um bom desdobramento de metas assegura que as metas sejam não apenas desafiadoras, mas também realisticamente adaptadas para promover o desenvolvimento integral de cada *campus*, alinhado com o seu contexto específico.

4.4 Mapa estratégico

O mapa estratégico está intimamente relacionado ao *Balanced Scorecard* (BSC), que é um framework de gestão estratégica desenvolvida por Robert S. Kaplan e David P. Norton na década de 1990. Ele consiste em uma representação visual que ajuda a comunicar e aprimorar a compreensão da estratégia do IFCE por meio da conexão entre os objetivos estratégicos em diferentes perspectivas.

Cada perspectiva do mapa representa uma dimensão específica do desempenho organizacional, contribuindo para a compreensão holística e para o alinhamento dos esforços da instituição. O modelo original desenvolvido pelos seus idealizadores, consiste em quatro perspectivas principais:

- **financeira**: refere-se aos objetivos relacionados ao desempenho financeiro da organização, como lucratividade, crescimento de receitas, entre outros.
- **clientes**: enfoca os objetivos que buscam atender às necessidades e expectativas dos clientes, como qualidade do produto, satisfação do cliente, inovação etc.
- **processos internos**: relaciona-se aos processos internos críticos para o sucesso da organização, estando incluídos aqui objetivos como eficiência operacional, qualidade dos processos, inovação etc.
- **aprendizado e crescimento**: diz respeito aos objetivos relacionados ao desenvolvimento e à capacitação da equipe, bem como à melhoria contínua dos processos e inovação.

Cabe destacar, que o modelo BSC foi desenvolvido para a lógica da iniciativa privada, ou seja, prioriza-se o lucro. Porém, essa não é a lógica do IFCE, que por ser uma instituição educacional de natureza pública, tem como principal propósito o bem-estar social, por meio da oferta gratuita de ensino de qualidade.

Dessa forma, a principal perspectiva do mapa estratégico do IFCE recai sobre a finalidade de proporcionar benefícios para os estudantes e a sociedade. Consequentemente, essa perspectiva se localiza no topo da hierarquia do mapa, de maneira a alinhar os objetivos estratégicos com a missão fundamental de proporcionar impacto positivo na educação e na comunidade em geral, reforçando o compromisso institucional com a responsabilidade social e o bem-estar coletivo.

Portanto, as perspectivas do mapa estratégico do IFCE são: estudante e sociedade, processos internos, aprendizagem e crescimento e sustentabilidade financeira.

A relação de causa e efeito entre essas perspectivas pode ser entendida da seguinte forma:

A base da estratégia tem como alicerce a preocupação com a sustentabilidade financeira da instituição, que por sua vez, tem como fonte principal de receita o orçamento anual repassado pelo Governo Federal, mas que não é suficiente para financiar todos os projetos da instituição. Portanto, o objetivo vinculado a perspectiva da sustentabilidade financeira visa a otimização dos recursos do orçamento anual e a busca de novas fontes de receitas.

A partir de uma base financeira sólida, a instituição adquiri condições de investir em fatores que contribuem fortemente para a sustentabilidade da instituição ao longo do tempo, como por exemplo, qualificação dos servidores e práticas inovadoras. São essas as finalidades dos objetivos vinculados a perspectiva de aprendizagem e crescimento.

Em seguida tem-se a perspectiva dos processos internos, que visa o aperfeiçoamento dos processos de trabalho em termos de eficiência, eficácia e economicidade. A relação de causa e efeito entre essa perspectiva e a de aprendizado e crescimento é que com os servidores mais bem qualificados, somado a adoção de práticas inovadoras, facilita-se o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Por fim, com uma base financeira sólida, servidores qualificados e processos de trabalhos cada vez mais aperfeiçoados, resulta em melhores condições para que a instituição atenda às necessidades dos estudantes e da sociedade. Portanto, as perspectivas da sustentabilidade financeira, aprendizagem e crescimento e processos internos são fundamentais para o alcance dos objetivos vinculados à perspectiva do estudante e sociedade.

A seguir, a ilustração do mapa estratégico permite que se visualize facilmente a interconexão entre essas perspectivas, mostrando como os objetivos estratégicos de cada uma delas contribuem para o alcance da visão e da missão da organização.

MAPA ESTRATÉGICO DO IFCE 2024-2028

MISSÃO | Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa...

VISÃO | Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ...

ESTUDANTE E SOCIEDADE

OE-1 Aperfeiçoar o acompanhamento de egressos visando à realimentação dos currículos dos cursos ofertados.

OE-2 Fortalecer os programas de apoio ao discente a fim de melhorar a permanência e o êxito dos estudantes.

OE-3 Ampliar e fortalecer os programas de capacitação, consultoria técnica e divulgação científica oferecidos pelo IFCE, a fim de atender às necessidades da comunidade local e regional.

OE-4 Expandir as parcerias estratégicas com organizações públicas e privadas para ampliar as oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

OE-5 Implementar programas de integração entre o IFCE e diversos agentes do mundo do trabalho, contemplando o fomento à Economia Criativa, Gestão Social e Economia Solidária.

OE-6 Consolidar os programas de assistência estudantil para promover o bem-estar e a inclusão dos estudantes.

OE-7 Fortalecer a internacionalização do IFCE, proporcionando um ambiente acadêmico enriquecido pela diversidade cultural, troca de conhecimentos e oportunidades de colaboração global.

OE-8 Expandir e fortalecer programas culturais que promovam a diversidade artística, reforçando a infraestrutura e a modernização dos equipamentos voltados a eventos.

OE-9 Desenvolver currículos atentos às necessidades específicas do público trabalhador, adequando a periodicidade de oferta, turnos e peculiaridades locais.

PROCESSOS INTERNOS

OE-10 Elevar a taxa de ocupação das vagas ofertadas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e atraindo um número maior de candidatos nos processos seletivos.

OE-11 Alinhar a oferta de vagas às exigências legais estabelecidas, garantindo a disponibilidade adequada de vagas para os cursos técnicos, licenciaturas e PROEJA.

OE-12 Maximizar o desempenho nas avaliações dos cursos superiores (graduação e pós-graduação).

OE-13 Promover a verticalização acadêmica, estabelecendo conexões eficazes e sinérgicas entre os cursos técnicos, graduação e pós-graduação.

OE-14 Aperfeiçoar os processos gerenciais e de suporte com o foco na melhoria da qualidade dos serviços educacionais.

OE-15 Aperfeiçoar o fluxo processual que envolve a formalização de parceria entre o IFCE e um parceiro externo.

OE-16 Fortalecer as atividades de pesquisa, priorizando a captação de recursos, a colaboração interdisciplinar e intercampi e ampliando as parcerias com setores da indústria, governo e sociedade.

OE-17 Integrar a extensão de forma efetiva aos currículos acadêmicos, com o propósito de capacitar os estudantes para aplicar o conhecimento em benefício da comunidade.

OE-18 Implementar melhorias contínuas nos processos de trabalho relacionados à extensão acadêmica do IFCE.

OE-19 Estabelecer um ecossistema que apoie a realização de eventos de empreendedorismo e inovação, favoreça a geração de ideias e promova o funcionamento eficaz de incubadoras de empresas.

OE-20 Estabelecer uma cultura institucional de inclusão, diversidade e acessibilidade no ambiente educacional do IFCE.

OE-21 Implementar soluções sustentáveis em todas as operações institucionais, visando a redução do impacto ambiental e o uso eficiente dos recursos naturais.

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

OE-23 Fomentar o desenvolvimento contínuo dos servidores, aprimorando as suas competências e habilidades.

OE-24 Estimular os servidores e alunos a explorarem novas ideias e práticas inovadoras, bem como desenvolverem soluções que contribuam para a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

OE-25 Aprimorar a alocação de recursos e ampliar a diversificação de receitas.

4.4.1 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do IFCE foram cuidadosamente delineados para refletir não apenas as necessidades e aspirações da instituição, mas também para estar em sintonia com as diretrizes nacionais e globais.

Construídos em consonância com os objetivos estratégicos do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2024-2027, os objetivos do IFCE buscam contribuir de maneira efetiva para as metas e prioridades estabelecidas em âmbito nacional, particularmente, as constantes no *Programa 5112 – Educação Profissional e Tecnológica que Transforma*, do referido plano.

Além disso, os objetivos estratégicos do IFCE estão estreitamente relacionados com os objetivos estratégicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, assegurando a coesão e sinergia com os propósitos mais amplos da rede, consolidando assim o papel estratégico da instituição no contexto educacional da educação profissional brasileira.

Adicionalmente, a estrutura dos objetivos está alinhada também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando o comprometimento da instituição com a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e sustentável, em linha com as metas globais.

Os objetivos estratégicos do IFCE, contendo seus respectivos alinhamentos ao PPA 2024-2027 do Governos Federal (Anexo VI), objetivos estratégicos da Rede Federal (Anexo VII) e as ODS da ONU (Anexo VIII), são apresentados a seguir, organizados de acordo com a dimensão do mapa estratégico.

4.4.1.1 Perspectiva do Estudante e Sociedade

	ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS
OE-1 Aperfeiçoar o acompanhamento de egressos visando à realimentação dos currículos dos cursos ofertados.	• Tema estratégico: **T-2** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-4** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1, RF-7 e RF-15** • ODS da ONU: **ODS-8 e ODS-10**

OE-2 Fortalecer os programas de apoio ao discente a fim de melhorar a permanência e o êxito dos estudantes.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-3** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2, OE-3 e OE-4** • Planejamento da RFEPCT: **RF-2 e RF-3** • ODS da ONU: **ODS-4**

OE-3 Ampliar e fortalecer os programas de capacitação, consultoria técnica e divulgação científica oferecidos pelo IFCE, a fim de atender às necessidades da comunidade local e regional.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-11** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-6 e RF-18** • ODS da ONU: **ODS-8**

OE-4 Expandir as parcerias estratégicas com organizações públicas e privadas para ampliar as oportunidades de inserção no mundo do trabalho.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-13** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2, OE-3 e OE-5** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1, RF-2, RF-5 e RF-6 e RF-18** • ODS da ONU: **ODS-8**

OE-5 Implementar programas de integração entre o IFCE e diversos agentes do mundo do trabalho, contemplando o fomento à Economia Criativa, Gestão Social e Economia Solidária.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-16** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-6 e RF-18** • ODS da ONU: **ODS-8**

OE-6 Consolidar os programas de assistência estudantil para promover o bem-estar e a inclusão dos estudantes.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **TT-1** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-3 e OE-4** • Planejamento da RFEPCT: **RF-3**

OE-7 Fortalecer a internacionalização do IFCE, proporcionando um ambiente acadêmico enriquecido pela diversidade cultural, troca de conhecimentos e oportunidades de colaboração global.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **TT-4** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1** • Planejamento da RFEPCT: **RF-10**

OE-8 Expandir e fortalecer programas culturais que promovam a diversidade artística, reforçando a infraestrutura e a modernização dos equipamentos voltados a eventos.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **TT-5** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1 e RF-6**

OE-9 Desenvolver currículos atentos às necessidades específicas do público trabalhador, adequando a periodicidade de oferta, turnos e peculiaridades locais.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-15** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-2 e OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-6** • ODS da ONU: **ODS-4**

4.4.1.2 Perspectiva dos Processos Internos

OE-10 Elevar a taxa de ocupação das vagas ofertadas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e atraindo um número maior de candidatos nos processos seletivos.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-1** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1 e OE-2** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1 e RF-2** • ODS da ONU: **ODS-4**

OE-11 Alinhar a oferta de vagas às exigências legais estabelecidas, garantindo a disponibilidade adequada de vagas para os cursos técnicos, licenciaturas e PROEJA.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-4** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1 e OE-2** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1** • ODS da ONU: **ODS-4**

OE-12 Maximizar o desempenho nas avaliações dos cursos superiores (graduação e pós-graduação).	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-5** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2, OE-3, OE-4 e OE-5** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1, RF-2 e RF-4**

OE-13 Promover a verticalização acadêmica, estabelecendo conexões eficazes e sinérgicas entre os cursos técnicos, graduação e pós-graduação.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-6** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1 e OE-2** • Planejamento da RFEPCT: **RF-1 e RF-7**

OE-14 Aperfeiçoar os macroprocessos gerenciais e de suporte com o foco na melhoria da qualidade dos serviços educacionais.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **TT-6** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1** • Planejamento da RFEPCT: **RF-7, RF-10, RF-11, RF-12, RF-13, RF-15 e RF-16**

OE-15 Aperfeiçoar o fluxo processual que envolve a formalização de parceria entre o IFCE e um parceiro externo.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-7** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **--** • Planejamento da RFEPCT: **--**

OE-16 Fortalecer as atividades de pesquisa, priorizando a captação de recursos, a colaboração interdisciplinar e intercampi e ampliando as parcerias com setores da indústria, governo e sociedade.	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-8** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2, OE-3, OE-4 e OE-5** • Planejamento da RFEPCT: **RF-4, RF-5, RF-7, RF-10, RF-15, RF-17 e RF-18** • ODS da ONU: **ODS-9**

OE-17 Integrar a extensão de forma efetiva aos currículos acadêmicos, com o propósito de capacitar os estudantes	**ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS** • Tema estratégico: **T-10**

para aplicar o conhecimento em benefício da comunidade.

- PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2, OE-3 e OE-5**
- Planejamento da RFEPCT: **RF-1, RF-5, RF-6 e RF-18**

OE-18 Implementar melhorias contínuas nos processos de trabalho relacionados à extensão acadêmica do IFCE.

ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS

- Tema estratégico: **T-12**
- PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-3**
- Planejamento da RFEPCT: **RF-1, RF-2 e RF-6**

OE-19 Estabelecer um ecossistema que apoie a realização de eventos de empreendedorismo e inovação, favoreça a geração de ideias e promova o funcionamento eficaz de incubadoras de empresas.

ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS

- Tema estratégico: **T-14**
- PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2, OE-3 e OE-5**
- Planejamento da RFEPCT: **RF-1, RF-5, RF-6, RF-7 e RF-18**
- ODS da ONU: **ODS-8**

OE-20 Estabelecer uma cultura institucional de inclusão, diversidade e acessibilidade no ambiente educacional do IFCE.

ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS

- Tema estratégico: **TT-2**
- PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-3**
- Planejamento da RFEPCT: **RF-2 e RF-6**
- ODS da ONU: **ODS-4**

OE-21 Implementar soluções sustentáveis em todas as operações institucionais, visando a redução do impacto ambiental e o uso eficiente dos recursos naturais.

ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS

- Tema estratégico: **TT-3**
- PPA 2024-2027 do Governo Federal: **--**
- Planejamento da RFEPCT: **--**
- ODS da ONU: **ODS-11 e ODS-13**

OE-22 Aprimorar os processos de gestão institucional, promovendo

ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS

- Tema estratégico: **TT-6**

transparência, prestação de contas, compliance e integridade.	• PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-16** • ODS da ONU: **ODS-16**

4.4.1.3 Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento

	ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS
OE-23 Fomentar o desenvolvimento contínuo dos servidores, aprimorando as suas competências e habilidades.	• Tema estratégico: **TT-6** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-2 e OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-11**

	ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS
OE-24 Estimular os servidores e alunos a explorarem novas ideias e práticas inovadoras, bem como desenvolverem soluções que contribuam para a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas.	• Tema estratégico: **T-9** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-3 e OE-5** • Planejamento da RFEPCT: **RF-5, RF-7, RF-12 e RF-18**

4.4.1.4 Perspectiva da Sustentabilidade Financeira

	ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS
OE-25 Aprimorar a alocação de recursos e ampliar a diversificação de receitas.	• Tema estratégico: **TT-6** • PPA 2024-2027 do Governo Federal: **OE-1, OE-2 e OE-3** • Planejamento da RFEPCT: **RF-13 e RF-14**

4.4.2 Iniciativas

As iniciativas representam ações tangíveis e direcionadas que o IFCE precisa implementar para alcançar os seus objetivos estratégicos. São elas os meios pelos quais a estratégia é executada e traduzida em projetos estratégicos.

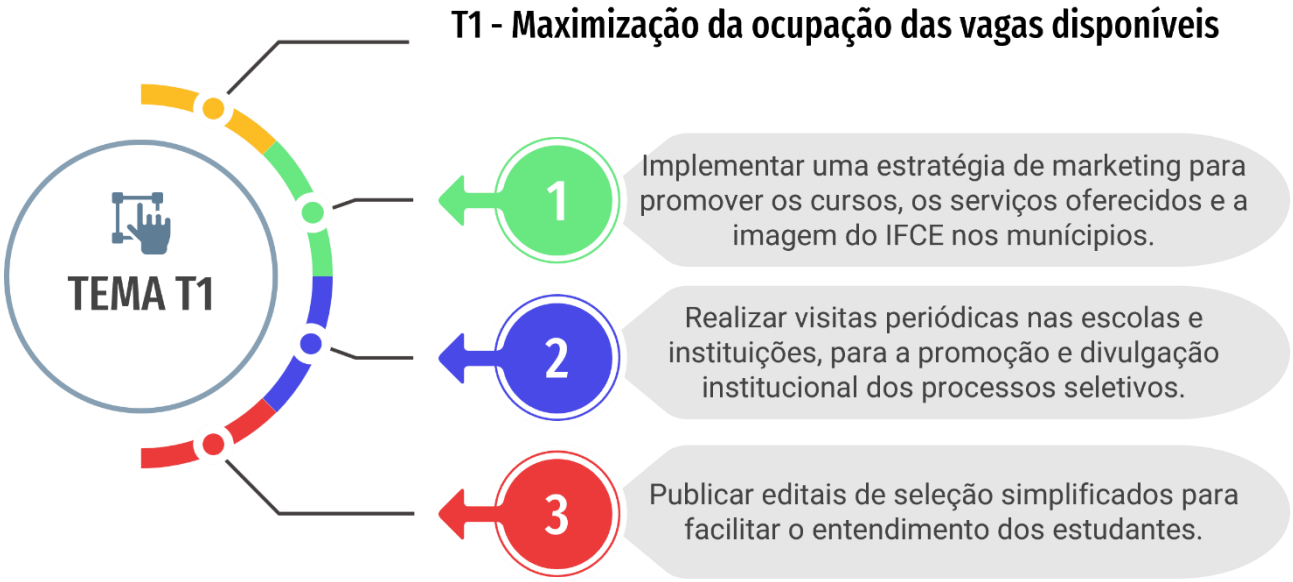
As iniciativas do PDI 2024-2028 tiveram a sua origem nos encontros regionais descritos na Seção 3 desse documento. Durante esses encontros, servidores e estudantes que participaram do evento puderam sugerir soluções para os desafios institucionais

relacionados aos temas estratégicos. Entretanto, esta não foi a única oportunidade de ouvir a comunidade acadêmica, pois as sugestões coletadas nos encontros regionais foram analisadas pela comissão executiva de elaboração do PDI e, posteriormente, submetidas a uma consulta pública, por meio do endereço disponível em http://pdi.ifce.edu.br/opine.

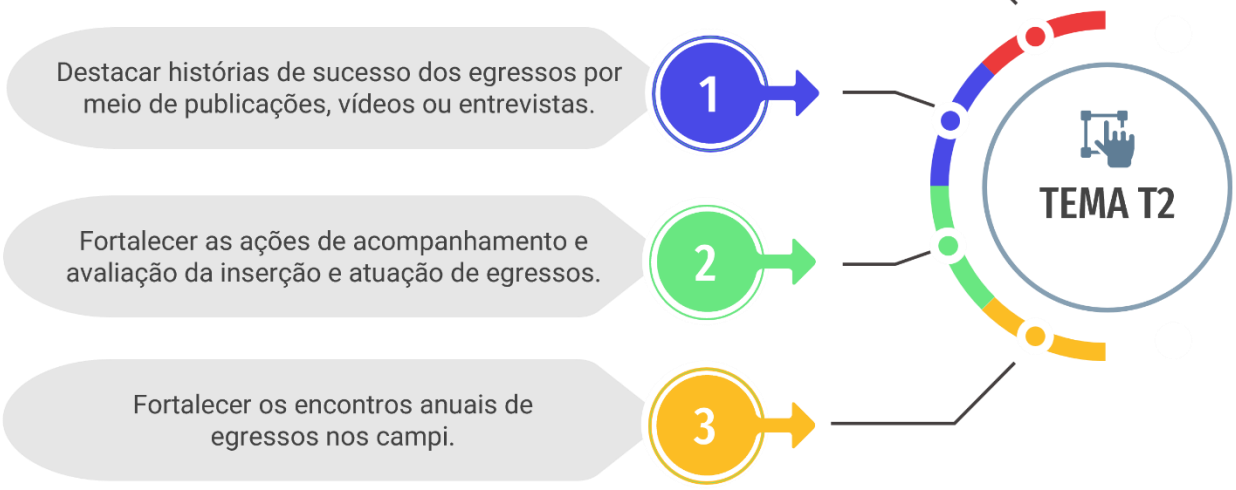
A consulta pública foi amplamente divulgada nos e-mails institucionais, portal da instituição, sistemas administrativos e acadêmicos e outros meios de comunicação interna. O propósito da consulta foi permitir a comunidade eleger as iniciativas que consideram prioritária de implementação por parte da gestão do IFCE.

Na consulta, foi permitido ao participante eleger até 3 iniciativas como prioridade, por tema estratégico. Além disso, o participante pode ainda encaminhar novas sugestões de iniciativas para serem analisadas pela comissão executiva. A relação completa das iniciativas disponíveis na consulta pública consta no Anexo IX.

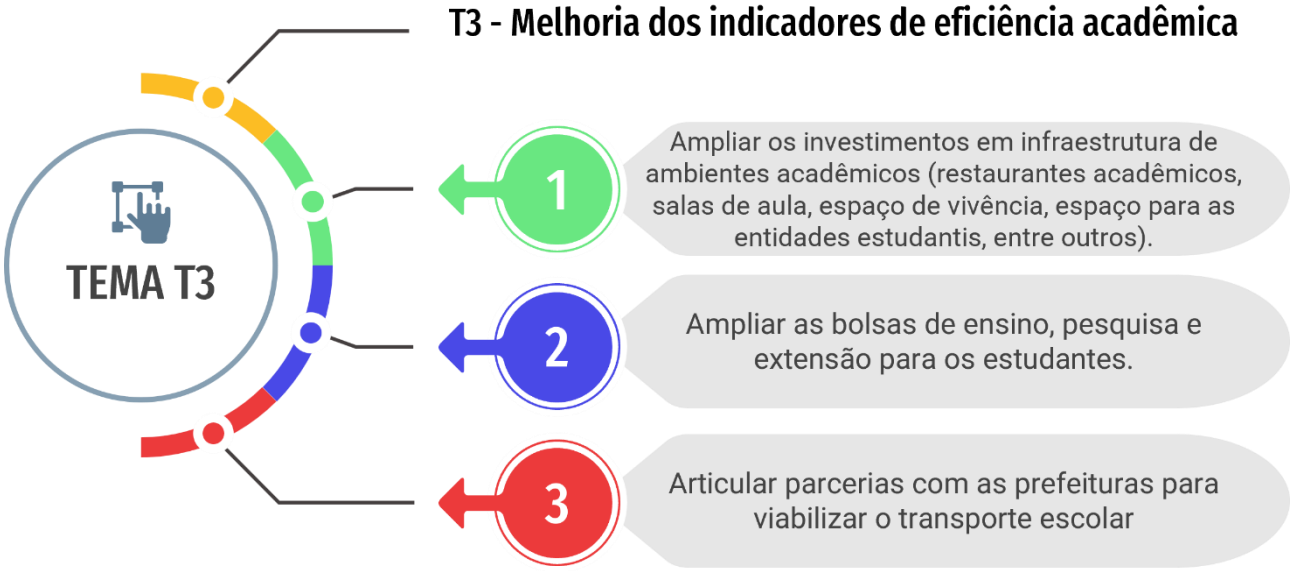
A consulta, que esteve disponível durante o período de 20 de novembro a 4 de dezembro de 2023, foi aberta a todos os membros da comunidade interna e externa e resultou nas iniciativas mais votadas enumeradas a seguir, agrupadas pelos temas estratégicos.



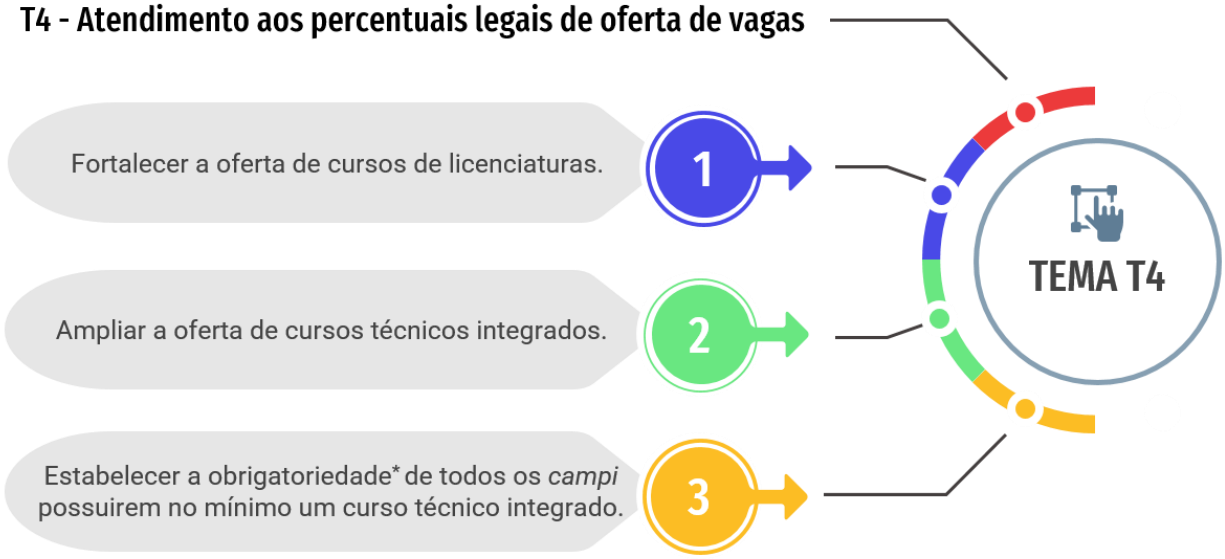
T2 - Institucionalização do acompanhamento dos egressos



T3 - Melhoria dos indicadores de eficiência acadêmica



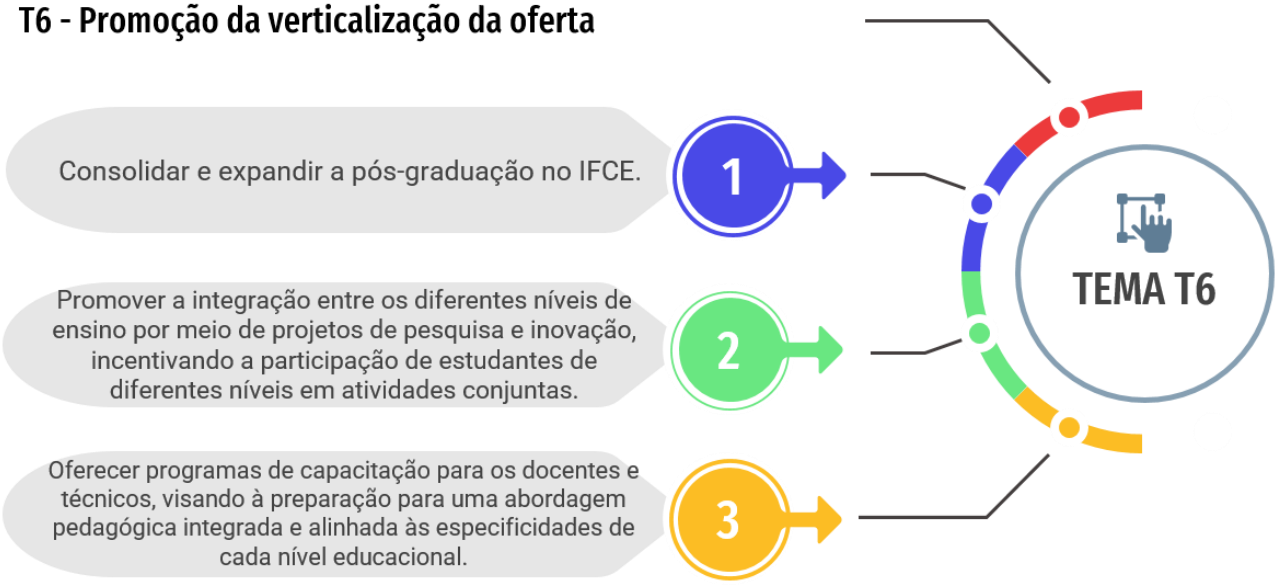
T4 - Atendimento aos percentuais legais de oferta de vagas



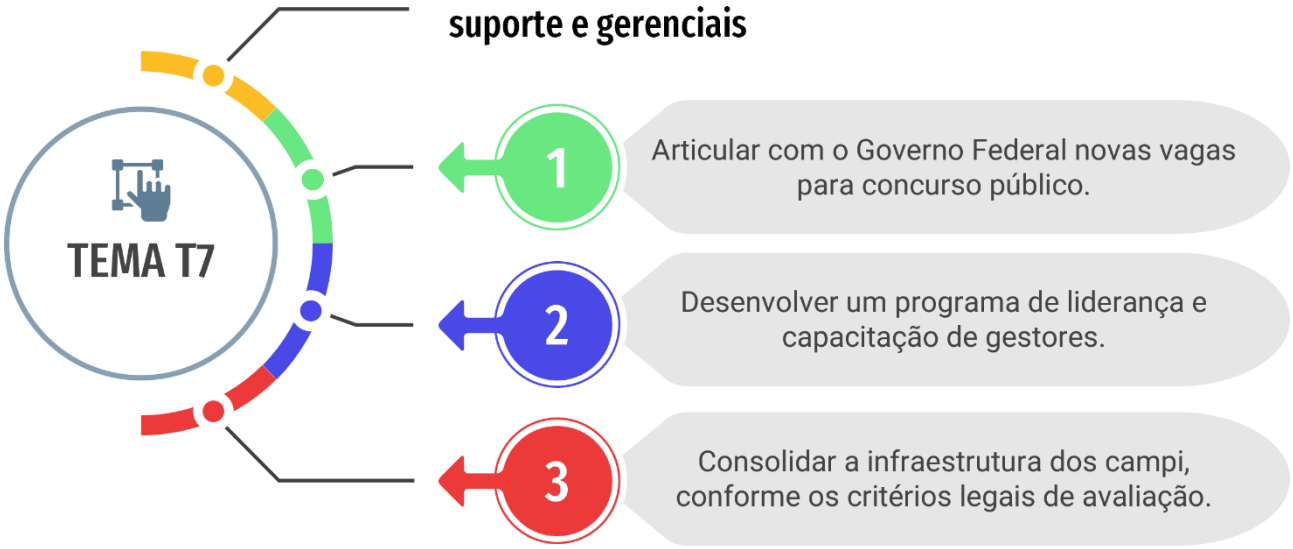
* Poderá haver exceção à obrigatoriedade, em função das especificidades da região no qual o *campus* está localizado.

T5 - Melhoria do desempenho na avaliação dos cursos

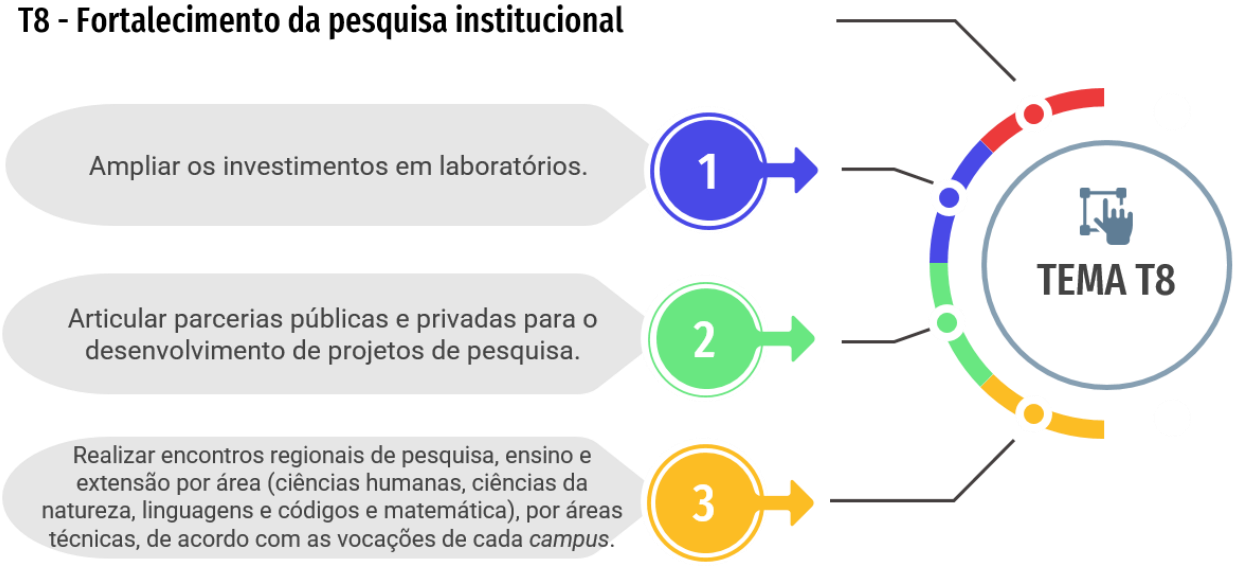
T6 - Promoção da verticalização da oferta



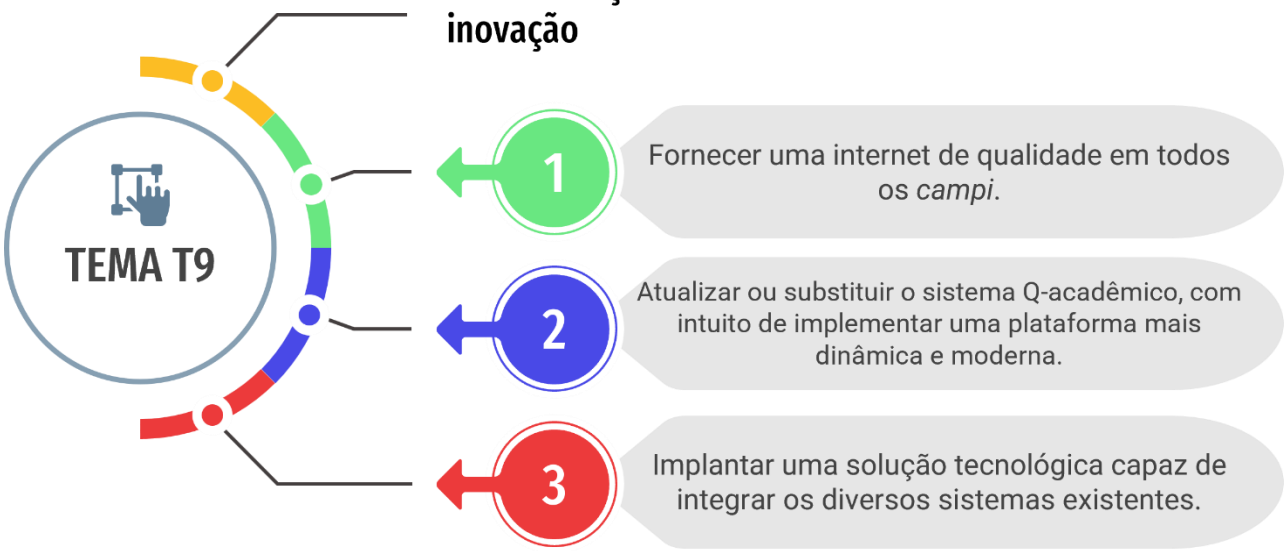
T7 - Eficiência operacional dos macroprocessos de suporte e gerenciais



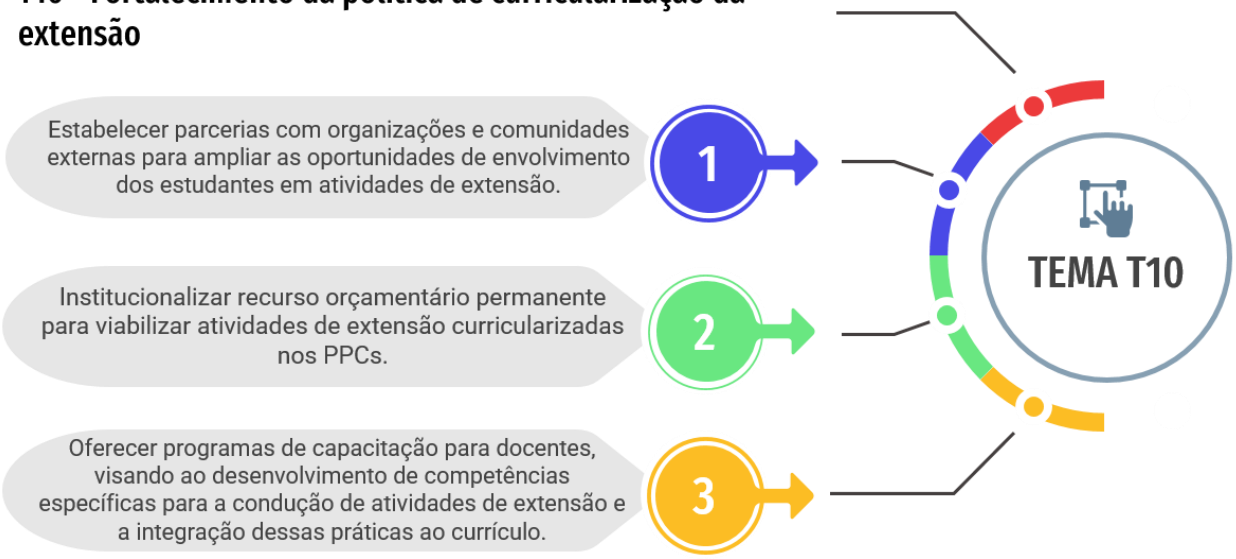
T8 - Fortalecimento da pesquisa institucional



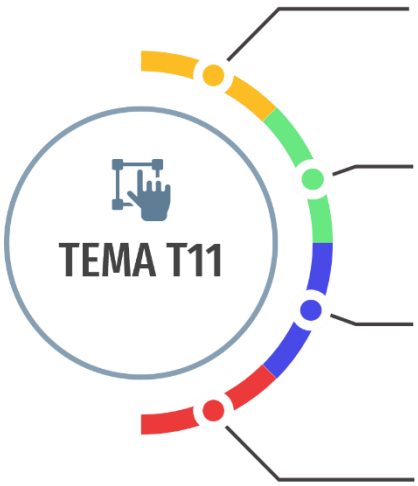
T9 - Promoção de uma cultura institucional com foco na inovação



T10 - Fortalecimento da política de curricularização da extensão



T11 - Fortalecimento do desenvolvimento local e regional

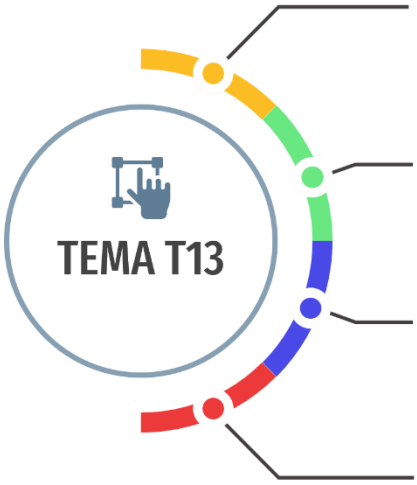


1. Fortalecer as Feiras de Ciências, Extensão, Mostras Tecnológicas e Feiras de Profissões.
2. Firmar parcerias com organizações privadas , governamentais e não governamentais para colaborações em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
3. Fortalecer as incubadoras e aceleradoras de negócios que envolvam estudantes, professores e empreendedores locais

T12 - Aperfeiçoamento da gestão das ações da extensão

1. Articular parcerias para viabilizar participação da comunidade acadêmica e externa nas atividades de extensão nas unidades do IFCE.
2. Fortalecer as equipes de extensão nos *campi*.
3. Fomentar ações *intercampi* que sejam interdisciplinares e transdisciplinares.

T13 - Ampliação das parcerias com o mundo do trabalho

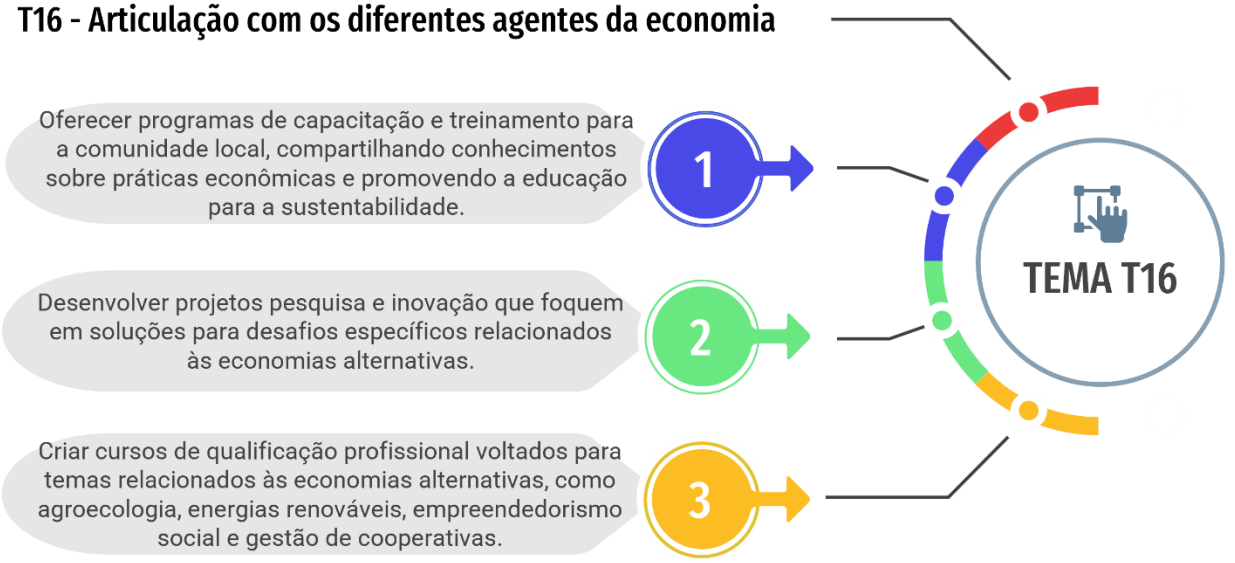


1. Articular parcerias para viabilizar oportunidades para inserção no mundo do trabalho.
2. Oferecer cursos e workshops específicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais, como comunicação eficaz, trabalho em equipe, pensamento crítico, resolução de problemas e habilidades técnicas relevantes para cada área de estudo.
3. Organizar eventos regulares, como feiras de carreiras e oportunidades profissionais, para aproximar os estudantes das empresas.

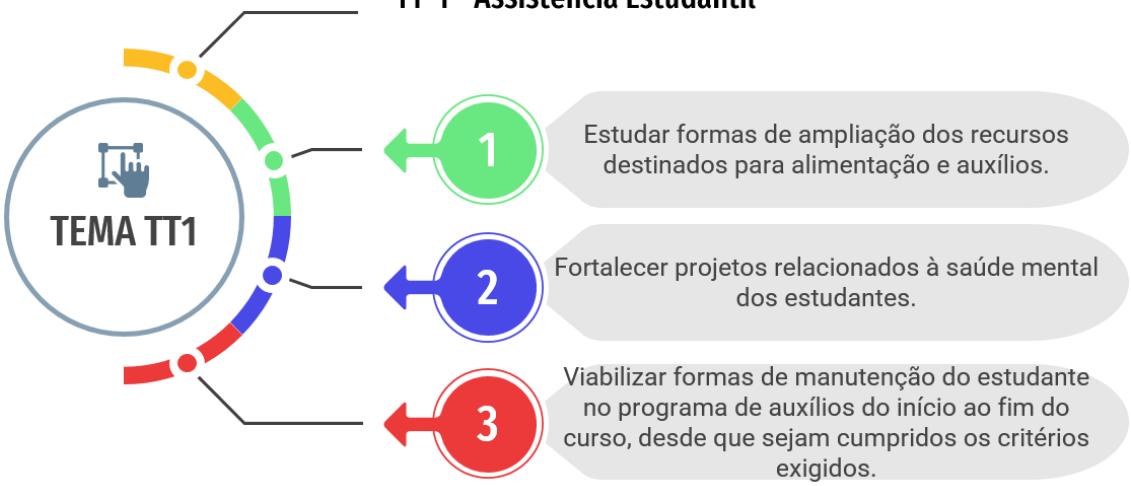
T14 - Fomento à cultura empreendedora

T15 - Melhoria da efetividade das ações de qualificação de trabalhadores

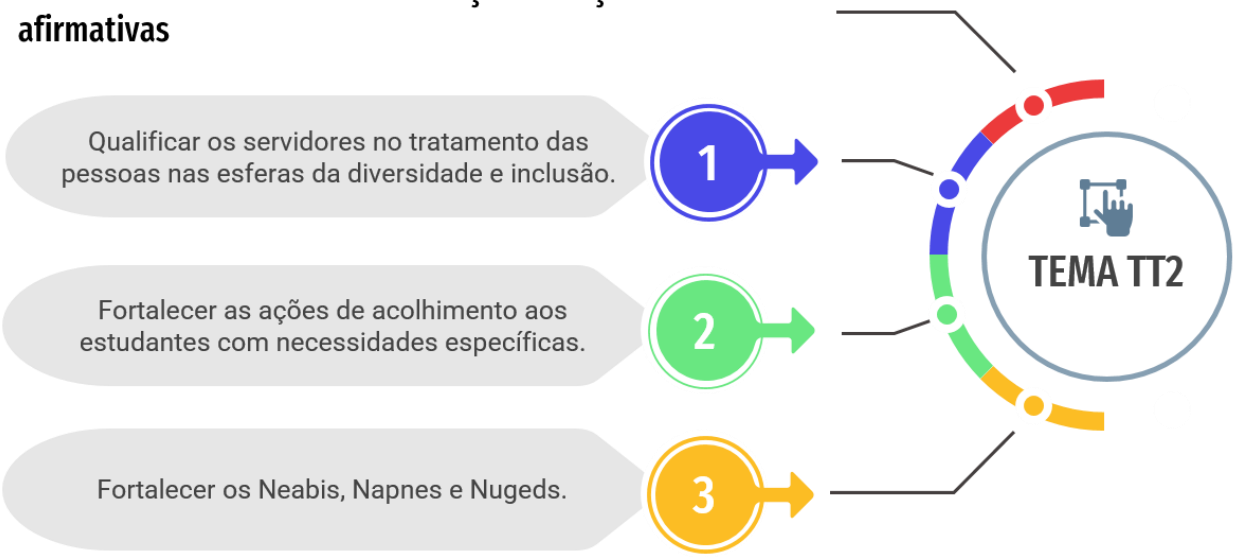
T16 - Articulação com os diferentes agentes da economia



TT-1 - Assistência Estudantil

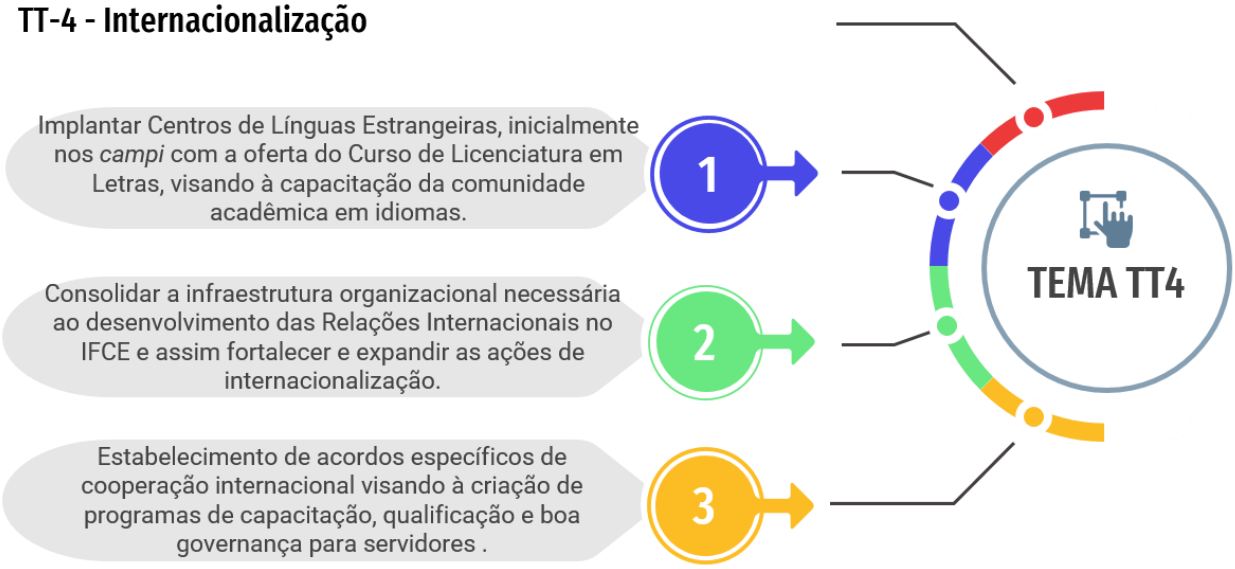


TT-2 - Fortalecimento e consolidação das ações afirmativas

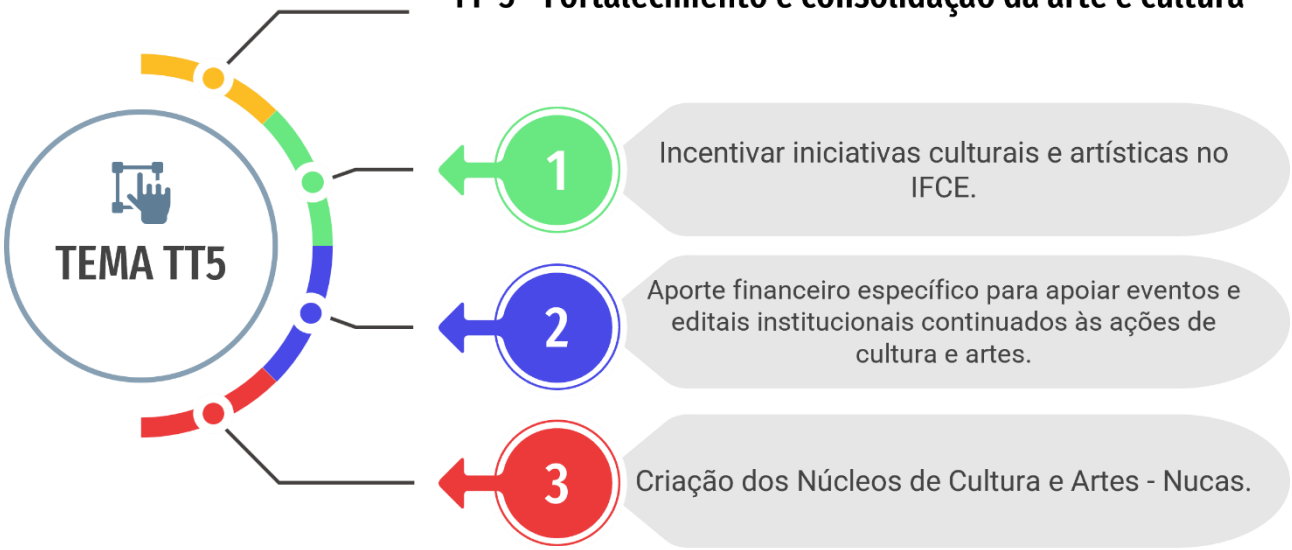


TT-3 - Sustentabilidade Ambiental

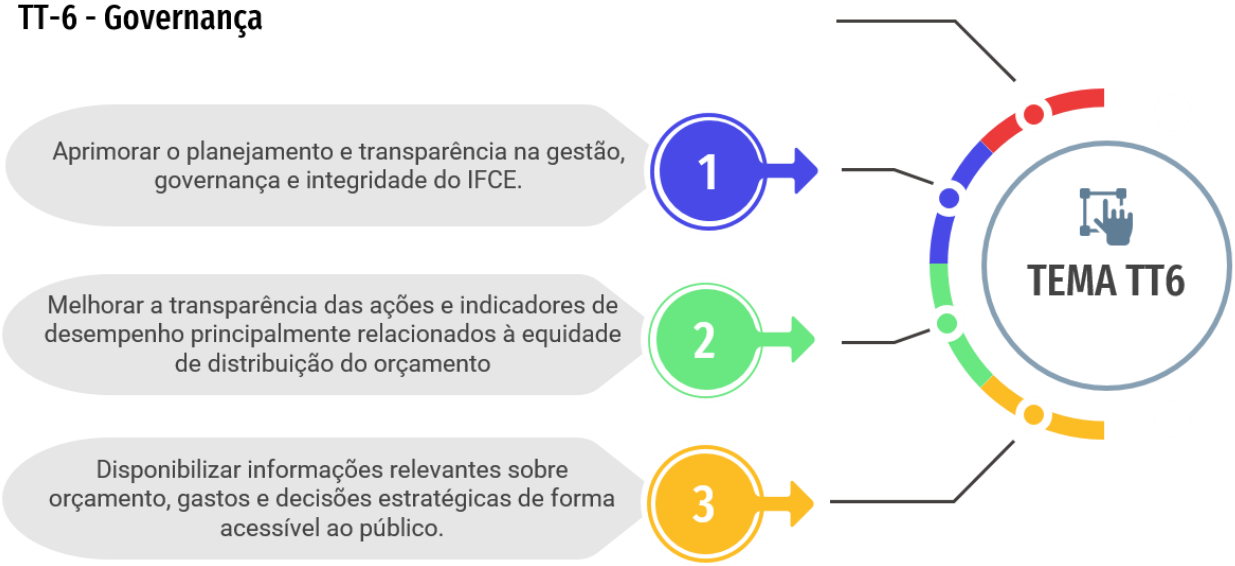
TT-4 - Internacionalização



TT-5 - Fortalecimento e consolidação da arte e cultura



TT-6 - Governança



4.4.3 Projetos estratégicos

Enquanto uma iniciativa representa uma ideia ou proposta, um projeto estratégico é caracterizado por uma abordagem mais estruturada e detalhada. Assim, a transição de uma iniciativa para um projeto estratégico marca uma mudança significativa no processo de elaboração do planejamento.

Na tradução de uma iniciativa para um projeto estratégico, há uma definição mais clara das entregas esperadas, alocação de recursos, cronograma de implementação, e métricas de avaliação de desempenho, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre como transformar uma ideia em ações tangíveis.

Neste contexto, as iniciativas precisarão ser convertidas em projetos estratégicos, alinhados aos objetivos estratégicos da instituição. Assim, será disponibilizado um documento independente deste plano detalhando os projetos estratégicos. A separação dessas informações em um documento específico busca proporcionar uma compreensão clara e organizada das ações estratégicas que serão implementadas, permitindo uma análise mais detalhada e facilitando o acompanhamento do progresso ao longo do tempo.

4.5 Monitoramento e Avaliação

A etapa de monitoramento e avaliação referem-se à análise sistemática e contínua do desempenho da instituição em relação ao progresso das metas e objetivos. Essa prática fornecer informações relevantes para a tomada de decisões, permitindo o aperfeiçoamento dos processos e direcionando os recursos de maneira mais eficiente.

Monitorar e avaliar constantemente o PDI fornece uma visão abrangente do progresso institucional, identificando áreas de sucesso e oportunidades de melhoria. Ao avaliar o alcance de metas e objetivos, o IFCE pode ajustar a sua estratégia conforme necessária, promovendo uma abordagem adaptativa em um ambiente dinâmico.

A condução das etapas de monitoramento e avaliação implica na utilização de sistemas eficazes de coleta e análise de dados, garantindo a precisão e a confiabilidade das informações. Nesse sentido, os sistemas utilizados para o acompanhamento das metas serão a Plataforma Nilo Peçanha e o Sistema Monitor, ambos gerenciados pela Setec.

É importante registrar que para o sucesso das etapas de monitoramento e avaliação do PDI é imprescindível o envolvimento das instâncias de governança, como: Conselho Superior, Comitê de Governança, Risco e Controle e Auditoria Interna. A alta administração da instituição desempenha um papel crucial nesse contexto, utilizando as informações obtidas para tomar decisões e alinhar as ações futuras com os objetivos estratégicos.

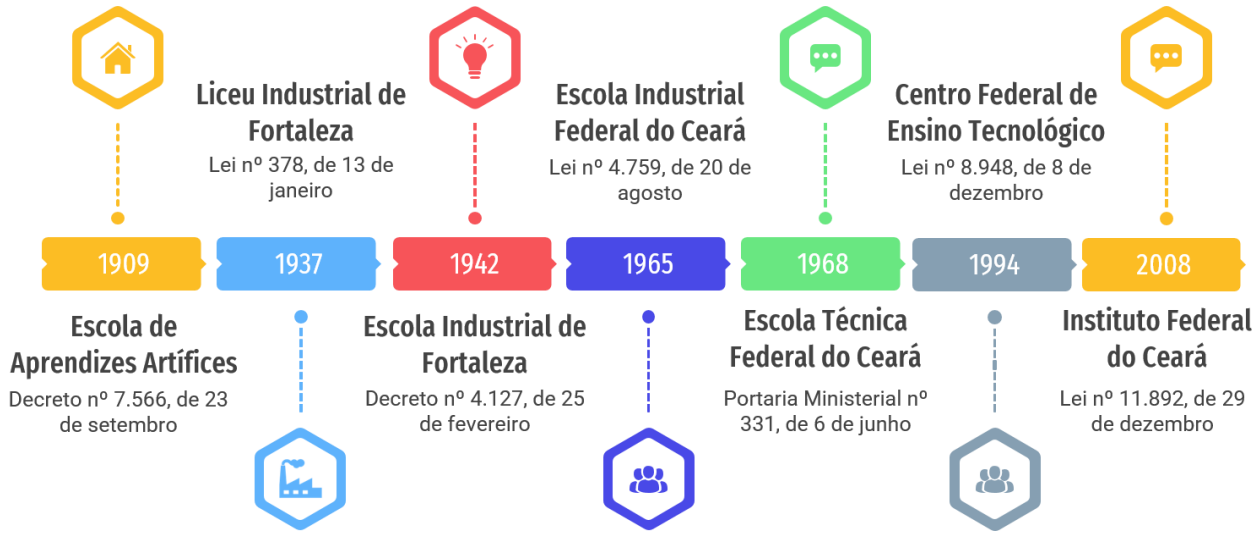
5

Perfil institucional

5 Perfil institucional

5.1 Breve histórico da instituição

Conforme ilustrado na imagem a seguir, a história do IFCE começa no início do Século XX, quando, inspiradas pelas escolas vocacionais francesas, por meio do Decreto N° 7.566, de 23/09/1909, foram criadas as escolas de aprendizes artífices, com o objetivo de prover formação profissional para pessoas economicamente menos favorecidas.



A transformação da Escola de Aprendizes e Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza foi regulamentada pela Lei n° 378, de 13/01/1937. A mudança de denominação para Liceu Industrial de Fortaleza refletiu uma ampliação do escopo da instituição, que passou a oferecer uma formação mais voltada para as atividades industriais e técnicas, alinhada às demandas da época. Esse marco histórico foi um passo significativo no desenvolvimento do ensino técnico no Brasil.

O Decreto Nº 4.127, de 25/02/1942, trouxe nova modificação na nomenclatura, alterando de Liceu Industrial do Ceará para Escola Industrial de Fortaleza, que passou a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial, estabelecidos pelo mesmo decreto federal.

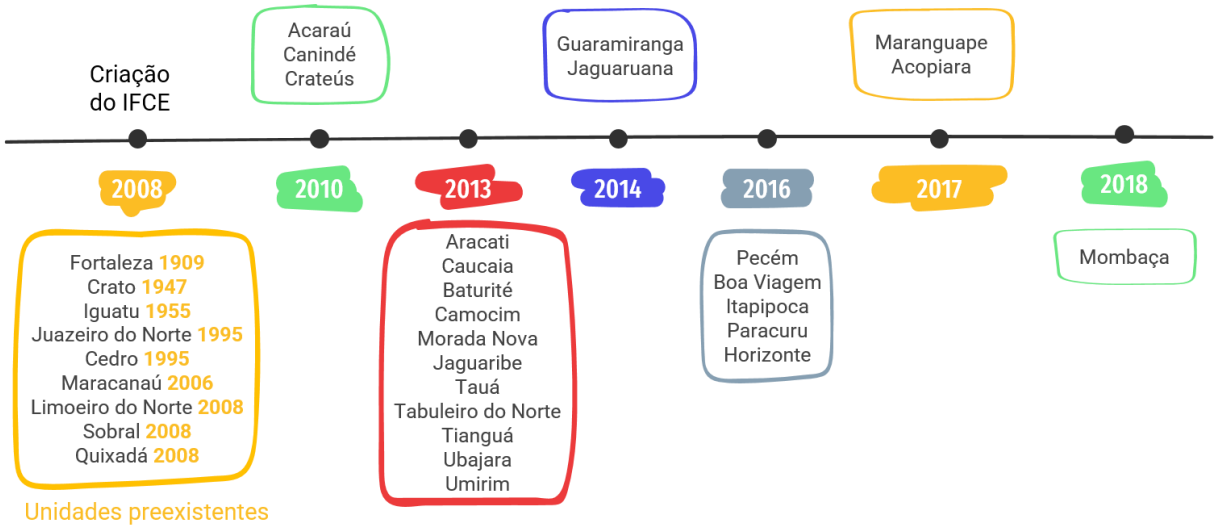
Em 1959, por meio da Lei Nº 3.552, a Escola Industrial de Fortaleza ganhou autonomia como autarquia federal, dedicando-se, a partir de então, à formação de profissionais técnicos de nível médio em diversas áreas.

Por meio da publicação da Lei Nº 4.759, de 20/08/1965, a instituição passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, com a publicação da Portaria Ministerial Nº 331, de 6 de junho, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando, assim, o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica demandada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de escolas técnicas federais, e, já no final dos anos 70, um novo modelo institucional, denominado centros federais de educação tecnológica, foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais escolas técnicas federais, é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE), mediante a publicação da Lei nº 8.948, de 08/12/1994, com uma ampliação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo sido oficialmente implantado em 1999, após a criação das unidades de ensino descentralizadas nos municípios do Cedro e de Juazeiro do Norte no ano de 1995.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro, com a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia em todo o Brasil, nasce o Instituto Federal do Ceará (IFCE) como uma das 38 instituições, espalhadas por todo o país, possuindo autonomia administrativa, patrimonial e acadêmica.

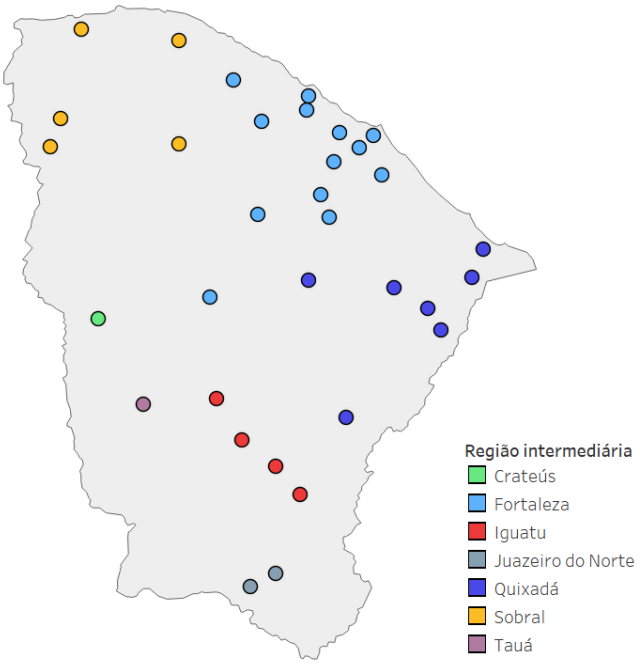


Portanto, o IFCE foi criado, contando inicialmente com 9 unidades acadêmicas que já existiam antes de sua transformação em instituto federal. Ao longo dos anos, a instituição passou por um significativo processo de expansão física, acrescentando progressivamente novas instalações. Em 2018, esse crescimento resultou em 33 unidades acadêmicas distribuídas por 33 municípios no estado do Ceará.

Desde então, o IFCE vem se consolidando como uma importante instituição de ensino profissional e tecnológico, oferecendo cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação e de qualificação profissional, atendendo às demandas do mundo do trabalho nas regiões do estado do Ceará.

5.2 Presença no estado do Ceará

Com uma presença significativa, o IFCE está presente em diversas regiões do Ceará, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o avanço da pesquisa e inovação.



Atualmente, o IFCE é composto por uma Reitoria, um Polo de Inovação e 33 unidades acadêmicas (*campi*) distribuídas em todas as 6 regiões geográficas intermediárias e em 14 das 18 regiões geográficas imediatas, conforme classificação[6] do IBGE. Essa distribuição ampla e descentralizada reflete o compromisso do instituto em atender às demandas educacionais e promover o acesso à educação de qualidade em todo o estado.

A capilaridade do IFCE não apenas democratiza o acesso à educação superior, técnica e tecnológica, mas também contribui para o desenvolvimento regional. Ao oferecer

[6] Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf.

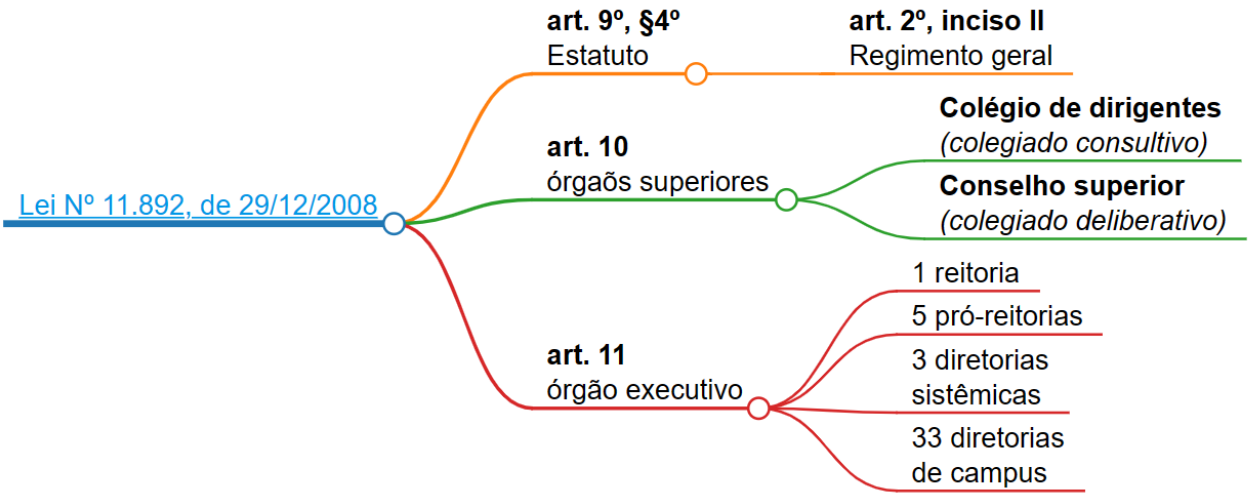
cursos alinhados com as necessidades locais, o instituto capacita os estudantes para atuarem no mercado de trabalho regional, fortalecendo assim a economia local.

A ampliação das oportunidades educacionais no interior do estado também pode ajudar a reduzir as disparidades regionais, promovendo uma distribuição mais equitativa do conhecimento e das oportunidades de emprego qualificado em todo o Ceará.

5.3 Organização administrativa e políticas de gestão

O Instituto Federal do Ceará rege-se por uma estrutura organizacional sólida, primando pela transparência, eficácia e participação democrática. A administração da instituição é pautada por políticas de gestão que buscam a excelência acadêmica e o contínuo aprimoramento das práticas institucionais.

A Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, lei de criação dos institutos federais, previu a existência de um estatuto para cada instituto federal, contendo sua estruturação, competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior. O papel do Conselho Superior (Consup) é assegurar a participação ativa da comunidade acadêmica na formulação de políticas e diretrizes, promovendo assim o eficaz funcionamento e o contínuo desenvolvimento institucional.



A gestão dos assuntos acadêmicos é conduzida de forma participativa, envolvendo a representação ativa da comunidade acadêmico no Consup. Este colegiado é composto de maneira a abranger todos os segmentos da comunidade (alunos, docentes e

técnicos-administrativos), fomentando a tomada de decisões democráticas que estejam alinhadas aos interesses e necessidades da instituição.

A gestão executiva do IFCE é conduzida por meio da reitoria, que coordena operacionalmente as atividades em conjunto com as 5 pró-reitorias previstas em lei, juntos consolidando as diretrizes de atuação dos *campi* da instituição.

A reitoria desempenha um papel fundamental na liderança estratégica da instituição. O reitor, figura central nesse contexto, é responsável por orientar as políticas gerais, representar a instituição perante órgãos externos e zelar pela integridade e qualidade das atividades acadêmicas, sendo apoiado pelos titulares das pró-reitorias, no escopo de suas competências específicas, a saber:

- **Pró-reitoria de Ensino (Proen):** concentra-se na formulação e execução de políticas pedagógicas;
- **Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI):** promove a pesquisa científica, a pós-graduação e a inovação tecnológica;
- **Pró-reitoria de Extensão (Proext):** dedica-se a ações de extensão e integração com a comunidade;
- **Pró-reitoria de Administração e Planejamento (Proap):** gerencia aspectos administrativos e financeiros da instituição; e
- **Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep):** responsável pela gestão e desenvolvimento do corpo de servidores, abrangendo questões relacionadas a recursos humanos, capacitação, saúde ocupacional e demais aspectos ligados ao bem-estar e desenvolvimento profissional dos colaboradores da instituição.

As pró-reitorias desempenham suas ações de forma integrada, refletindo a abordagem holística e abrangente do IFCE na promoção da excelência acadêmica e no desenvolvimento integral de sua comunidade educacional, elaborando as diretrizes a serem seguidas pelas direções-gerais na execução das atividades cotidianas dos *campi.*

5.3.1 Procedimentos de autoavaliação institucional

O IFCE adota práticas sistemáticas de autoavaliação institucional, visando aprimorar continuamente seus processos e serviços. Incentiva-se a participação ativa de docentes, técnico-administrativos e estudantes, a fim de se buscar uma coleta de dados representativos para análises críticas.

Os resultados das avaliações que ocorrem no IFCE orientam a elaboração de planos de melhorias e fortalecem a cultura institucional de autoavaliação, sendo realizadas anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujo regimento está disciplinado na Resolução Consup/IFCE Nº 57, de 04/10/2022.

A avaliação institucional prevista no IFCE é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), disciplinado pela Lei Nº 10.861, de 14/04/2004, do Ministério da Educação.

O IFCE, em conformidade com as diretrizes do Sinaes, estabelece a CPA como parte essencial de sua estrutura organizacional, conduzindo anualmente a autoavaliação institucional para medir a satisfação da comunidade acadêmica em relação às ações e serviços oferecidos. Esse processo visa aprimorar a qualidade de todos os serviços prestados pela instituição.

A autoavaliação ocorre por meio de questionários online destinados aos alunos, professores e técnico-administrativos, abrangendo avaliações globais e de cursos com base nos eixos e dimensões delineados pelo Sinaes. Essa abordagem proporciona uma visão abrangente do grau de satisfação da comunidade interna em relação aos diversos aspectos, desde infraestrutura até práticas pedagógicas e integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Apesar de a avaliação conduzida pela CPA estar alinhada com a política do Sinaes, que originalmente é destinada aos cursos de graduação, no IFCE o processo engloba todas as modalidades de cursos ofertados pela instituição.

5.3.2 Atendimento aos estudantes

A instituição preza pelo acolhimento e suporte aos estudantes, dispondo em seus *campi* de estruturas especializadas para oferecer suporte e atendimento. Estas estruturas incluem profissionais como assistentes sociais, psicólogos, médicos, odontólogos, enfermeiros, nutricionistas, tradutores e intérpretes de Libras, além de outros profissionais dedicados a proverem apoio social e emocional aos alunos. Há ainda nas estruturas dos *campi* profissionais da área de pedagogia, responsáveis por orientar e promover o desenvolvimento acadêmico e pedagógico dos alunos.

A Política de Assistência Estudantil (PAE), regulamentada por meio da Resolução Consup/IFCE Nº 24, de 22/06/2015 visa principalmente à redução das desigualdades sociais dos estudantes da instituição.

A partir da atuação das equipes multiprofissionais mencionadas anteriormente, a assistência estudantil promove o apoio à vida escolar dos estudantes, prioritariamente àqueles com vulnerabilidade socioeconômica, com programas de caráter universal e específico, com vistas a atender amplamente o discente. Além disso, oferece serviços de prevenção e de promoção da saúde por meio de ações biopsicossociais.

O IFCE conta com um programa de auxílios em forma de pecúnia, regulamentado pela Resolução Consup/IFCE Nº 14, de 18/02/2019, que atende prioritariamente os discentes em situação de vulnerabilidade social por meio dos auxílios: alimentação, moradia, transporte, óculos, formação e discentes mães e pais.

Por meio desse programa, também podem ser atendidos aqueles discentes que necessitarem de auxílios para visita e viagens técnicas, auxílio acadêmico e pré-embarque internacional.

Com o objetivo principal de promover a inclusão e garantir condições igualitárias de acesso e participação no ambiente educacional para estudantes com necessidades educacionais específicas, cada *campus* do IFCE conta com um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Esta unidade organizacional desempenha um papel fundamental ao assegurar que a instituição atenda adequadamente às demandas específicas de cada aluno, respeitando a diversidade e promovendo a equidade. O funcionamento dos NAPNEs está disciplinado na Resolução Consup/IFCE Nº 50, 14/12/2015.

Referente à temática da diversidade, desde o ano de 2015, os campi do IFCE, vem realizando estudos e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afro-brasileiros e indígenas no estado do Ceará, através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs).

O funcionamento dos NEABIs está regulamentado na Resolução Consup/IFCE Nº 71, de 31/07/2017, que estabelece como missão dos NEABIs a sistematização, produção e difusão de conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da

equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, compondo mais uma estrutura de assistência aos estudantes do IFCE.

A Política de Assuntos Estudantis do IFCE apoia ainda a implantação e o desenvolvimento de entidades estudantis representativas, eleitas por seus pares, em diversos níveis e modalidades de ensino, tais como: grêmios estudantis, centro acadêmicos e diretório central de estudantes.

5.3.3 Ações de transparência e divulgação de informações

A transparência é um princípio norteador na divulgação de informações institucionais. Relatórios de gestão, indicadores acadêmicos, e demais dados relevantes são amplamente divulgados, garantindo acesso fácil e aberto à comunidade, por meio de iniciativas institucionais diversas.

Os cidadãos podem acessar informações relevantes sobre o IFCE através do site oficial da instituição (www.ifce.edu.br), o qual concentra dados essenciais sobre a instituição e serve como portal para outros meios de comunicação disponíveis para interação com a sociedade.

Adicionalmente, por meio do Fala.BR, plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação do poder executivo federal, os cidadãos podem enviar pedidos de acesso à informação e manifestações de ouvidoria (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações) ao IFCE, que cumpre rigorosamente o disposto na Lei Nº 12.527/2011 no tocante ao atendimento das solicitações recebidas por este canal.

A Ouvidoria do IFCE trata as manifestações recebidas de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa Nº 01/2014/OGU/CGU, de 05/11/2014, que regula o funcionamento das ouvidorias públicas, classifica as manifestações e orienta sobre o tratamento a ser adotado. As reclamações recebidas são encaminhadas e acompanhadas, para que se dê tratamento e solução de mérito, possível, a cada caso.

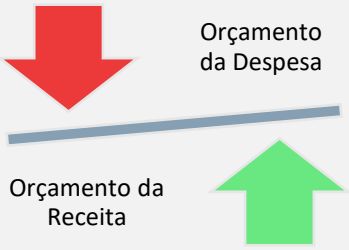
A Ouvidoria mantém contato frequente com as unidades organizacionais do IFCE, sugerindo ações de transparência ativa a fim de disponibilizar as informações solicitadas pelos canais de acesso.

Atendendo à disposição constitucional e à Instrução Normativa Nº 84, de 22/04/2020, do Tribunal de Contas da União (TCU), o IFCE realiza sua a prestação de contas, organizando os conteúdos em blocos de informação no item de menu "*Acesso a Informação/Transparência e Prestação de Contas*" do sítio institucional, de forma a facilitar ao cidadão a identificação de cada conteúdo elencado.

5.3.4 Sustentabilidade financeira

Como uma instituição de ensino pública federal, o IFCE tem sua sustentabilidade financeira diretamente vinculada ao orçamento público do país, que é a ferramenta utilizada pelo Governo Federal para estimar as receitas e fixar as despesas que poderão ser realizadas pelos órgãos da administração pública com o recurso arrecadado.

Cabe destacar que o orçamento da despesa é realizado com base em uma expectativa de arrecadação, podendo sofrer variação ao longo do ano, tanto para menos quanto para mais, a depender do comportamento da arrecadação. Então, de forma simplificada, podemos visualizar o orçamento anual fixado em lei como uma expectativa de receita e uma fixação de despesa que pode ser realizado por uma entidade da administração pública em um determinado exercício, a partir da receita projetada.

Origem da arrecadação	**ORÇAMENTO PÚBLICO**	**Destino da arrecadação**
▪ impostos ▪ venda de bens ▪ prestação de serviços ▪ venda de títulos do Tesouro Nacional; ▪ outras fontes		▪ manutenção dos órgãos da administração pública; ▪ prestar serviços públicos como educação, saúde, iluminação, saneamento etc.

O processo de planejamento da receita e da despesa para um ano civil se baseia no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) específica para aquele ano. Assim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de um ano só pode ser elaborada após a publicação da LDO para aquele ano.

O PPA é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de quatro anos.

Anualmente, a LOA é publicada para estimar as receitas e fixar as despesas para cada exercício.

O orçamento anual nasce de um projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo e submetido ao Poder Legislativo para apreciação. Após a aprovação do Legislativo, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ainda pode sofrer vetos presidenciais antes de ser transformado na LOA.

A LOA é elaborada com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO, por sua vez, determina quais metas e prioridades estabelecidas no PPA serão priorizadas no ano seguinte, detalhando os valores que serão gastos pelo governo, em que áreas e com quais propósitos.

Com a LOA publicada, cada órgão da administração pública tem designado a si um orçamento próprio para viabilizar suas atividades ao longo de um exercício fiscal. No caso dos institutos e universidades federais, o Ministério da Educação é o órgão que disciplina qual parte do orçamento que recebeu será destinado à cada uma destas instituições, que tomam conhecimento de seus limites disponíveis entre os meses de julho e agosto do ano anterior ao do orçamento planejado. Com bases nestes limites disponibilizados pelo MEC, no segundo semestre de cada ano, iniciam-se as tratativas internas ao IFCE para a distribuição do orçamento entre as unidades.

Desde o início de 2022, o IFCE vem adotando uma metodologia de distribuição dos recursos que tem como fundamentação custear as necessidades essenciais de cada uma de suas unidades, tais como, pagamento de energia, água e servidores terceirizados. Como nos últimos anos, as instituições federais de ensino têm vivenciado um cenário de forte restrição orçamentária, torna-se fundamental priorizar essas despesas consideradas imprescindíveis ao funcionamento das unidades da instituição.

Após a distribuição do recurso entre suas unidades, ao longo de cada exercício, o IFCE monitora a execução dos recursos, podendo redirecionar recursos entre as suas unidades, em caso de baixa capacidade de execução, em busca de uma gestão eficaz alinhada aos objetivos estratégicos da instituição.

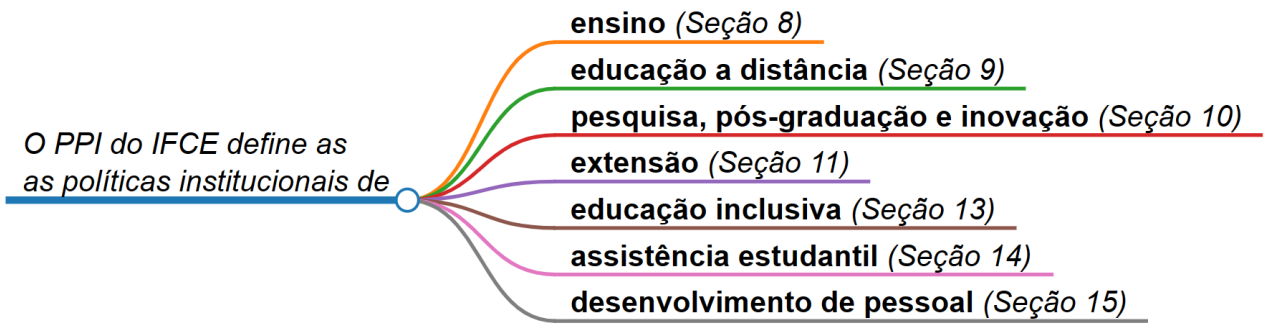
5.4 Projeto pedagógico institucional

No IFCE, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão estão delineadas em um seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) que expressa a identidade, os princípios, as diretrizes e os objetivos educacionais desta instituição de ensino.

O PPI do IFCE reconhece o ser humano como um agente capaz de intervenção crítica, visando uma sociedade justa e enfrentando desafios sociais por meio da educação. A cultura é considerada um elemento integrador, a ciência é vista como um serviço à humanidade, e a tecnologia é compreendida como uma expressão da essência humana. O trabalho é reconhecido como um princípio educativo, enquanto a educação é concebida como um processo libertador.

O currículo do IFCE busca formar indivíduos de maneira crítica e reflexiva, enfatizando princípios como liberdade, solidariedade, igualdade de acesso e formação ética. A instituição promove o desenvolvimento contínuo das capacidades humanas, integrando conhecimentos básicos e específicos, fomentando a interdisciplinaridade e considerando a diversidade cultural.

Essas concepções orientam as ações educativas da instituição, alinhadas com os princípios legais e diretrizes curriculares, visando à formação integral dos educandos diante dos desafios da sociedade contemporânea. No PPI estão previstas ainda as principais políticas que norteiam a instituição, conforme ilustrado a seguir.



O PPI do IFCE, aprovado por meio da Resolução Consup/IFCE Nº 46, de 28/05/2018, é uma ferramenta fundamental para orientar as práticas acadêmicas e administrativas, proporcionando uma visão clara da proposta educacional da instituição. Além disso, o PPI abrange diretrizes para as formas de avaliação, a estrutura curricular, as

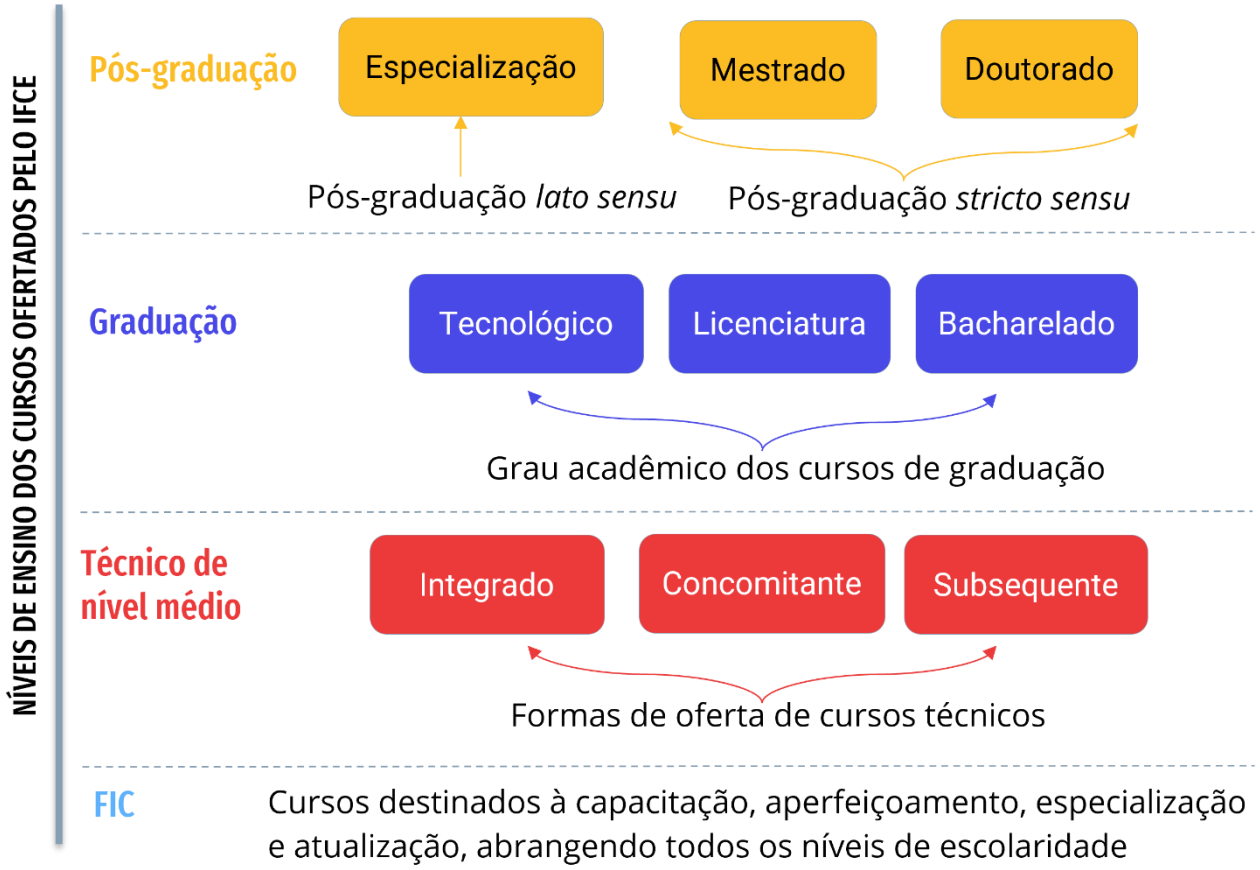
metodologias de ensino e as estratégias de gestão. O documento, disponível na íntegra em http://ifce.edu.br/ppi.pdf, foi construído de maneira participativa, envolvendo diversos segmentos da comunidade acadêmica, como professores, estudantes, técnicos administrativos, e gestores.

A decisão de apresentar as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão em um documento específico reflete a complexidade e abrangência dessas no âmbito da nossa instituição. O documento independente permite uma análise mais detalhada e específica de cada política, considerando a extensão e o impacto das estratégias delineadas. Além disso, essa abordagem possibilita uma atualização mais ágil e específica das políticas, mantendo-as alinhadas às demandas dinâmicas do cenário educacional, científico e social em constante evolução.

5.5 Organização didático-pedagógica

A organização didático-pedagógica do IFCE refere-se à estrutura e aos princípios que orientam as práticas de ensino e aprendizagem no âmbito do ambiente acadêmico. Trata-se de um conjunto de elementos e decisões que buscam criar um ambiente propício para o desenvolvimento educacional dos estudantes, com normas disciplinadas no documento Regulamento da Organização Didática (ROD), aprovado por meio da Resolução Consup/IFCE Nº 56, de 14/12/2015.

De forma similar ao PPI, o ROD está disposto em um documento específico que disciplina, no âmbito do IFCE, a oferta de cursos técnicos de nível médio, de graduação, de pós-graduação (*stricto* e lato *sensu*), além de cursos de qualificação profissional (ou formação inicial e continuada) de curta duração, nas modalidades de ensino presencial e a distância.



Os cursos técnicos ofertados pelos IFCE são de nível médio e se destinam a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental, a estudantes matriculados no ensino médio ou dele egressos e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria.

O ROD também estabelece as diretrizes para a periodicidade da oferta dos cursos, que podem ser ***periódicas,*** que se refere aos cursos oferecidos em intervalos regulares de tempo. A definição da periodicidade (semestral ou anual), do turno (matutino, vespertino, noturno ou integral) e da carga horária necessária para a conclusão de um curso deve estar prevista no projeto pedagógico de cada curso ofertado.

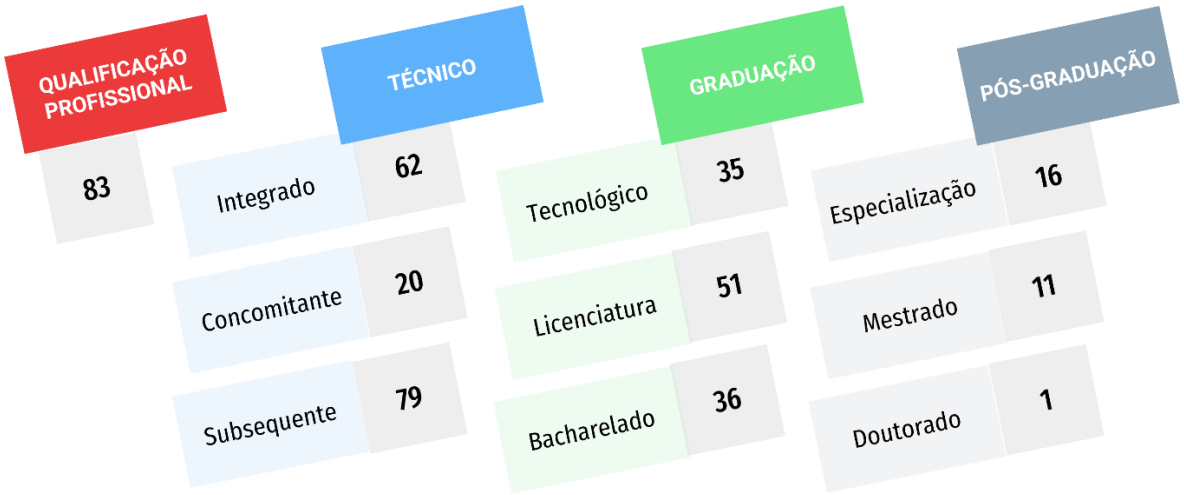
Os cursos também podem ser ofertados de forma não regular, ou não periódica, quando destinados a atender a demandas específicas. Exemplos incluem cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), programas de pós-graduação *lato sensu* e cursos originados de projetos ou programas específicos.

O ROD do IFCE padroniza os processos educacionais, promovendo consistência e transparência nas relações entre a instituição, alunos e professores. Além disso, ele

garante a qualidade acadêmica, protege os direitos dos estudantes e oferece flexibilidade para adaptação a mudanças, assegurando que a instituição permaneça eficiente e relevante ao longo do tempo.

Com base nos dados extraídos do sistema acadêmico da instituição, a representação visual a seguir destaca a existência de 394 cursos em execução no mês de outubro de 2023, em todas as 33 unidades acadêmicas do IFCE.

Esses cursos abrangem diversos níveis de ensino e modalidades, incluindo diferentes formas de oferta dos cursos técnicos de nível médio e graus acadêmicos dos cursos de graduação, conforme ilustrado na análise mencionada.



A presença diversificada do IFCE nas diversas regiões do Ceará impulsiona o crescimento local, pois os estudantes têm a chance de adquirir habilidades e conhecimentos especializados que podem ser aplicados diretamente em suas comunidades, por meio do grande leque de cursos ofertados.

5.5.1 Oferta de cursos e programas de pós-graduação

O IFCE tem demonstrado um compromisso notável com a excelência acadêmica ao longo dos anos, expandindo sua atuação para além da graduação e abraçando programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

Como pode ser observado na figura a seguir, desde 2013 o IFCE vem oferecendo cursos de mestrado, representando um avanço significativo na sua missão de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses programas de mestrado têm proporcionado oportunidades valiosas para a formação avançada de profissionais em diversas áreas,

contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional por meio da geração de conhecimento e inovação.

O marco mais recente na trajetória acadêmica do IFCE ocorreu em 2022, quando o instituto iniciou sua primeira oferta de doutorado. Essa expansão para o nível de doutorado representa um passo crucial no fortalecimento da pesquisa e na consolidação do IFCE como uma instituição de referência na produção de conhecimento avançado. Ao introduzir programas de doutorado, o IFCE não apenas amplia suas contribuições para o avanço científico, mas também proporciona uma oportunidade para pesquisadores e profissionais aprofundarem seus estudos em níveis mais elevados de especialização.

A extensa variedade de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), a expansão na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, englobando mestrado e doutorado, reflete o comprometimento contínuo do IFCE com a excelência acadêmica, o progresso regional e a capacitação de profissionais de elevada qualificação. Este avanço na diversificação e aprofundamento dos programas de pós-graduação reforça o papel fundamental do IFCE na promoção do ensino superior de qualidade e na contribuição significativa para o avanço do conhecimento e inovação em diversas áreas do saber.

5.5.2 Oferta de educação a distância

O IFCE destaca-se pela diversidade de sua oferta educacional, que inclui vários tipos de cursos em diferentes níveis de ensino, nas modalidades de ensino presencial e a distância.

Na modalidade de ensino a distância, a instituição planeja suas ofertas próprias e, simultaneamente, forma parcerias estratégicas para expandir sua oferta, contando com programas renomados como a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas parcerias possibilitam a diversificação de cursos, ampliando o leque de oportunidades educacionais e fortalecendo a presença da instituição no contexto nacional.

Atualmente, o IFCE em sua oferta própria na modalidade a distância, conta com 5 habilitações técnicas de nível médio, integrantes do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) do Ministério da Educação, na forma de oferta subsequente, que é direcionada ao público que já concluiu o ensino médio.

A imagem a seguir ilustra os cursos técnicos na modalidade a distância ofertados pelo IFCE e os respectivos *campi* responsáveis pela coordenação destas ofertas.

Os *campi* que ofertam os cursos técnicos apresentados possuem disponibilidade de corpo docente e tutorial, equipe multidisciplinar para acompanhamento dos estudantes, disponibilidade de salas de aula para os encontros presenciais,

disponibilidade de acervo físico e/ou virtual, com livros e periódicos especializados na área, e disponibilidade de equipamentos dos laboratórios específicos.

O processo pedagógico dos cursos técnicos na modalidade a distância apresenta metodologias inovadoras nos momentos presenciais e a distância que não se restringem a aulas expositivas, observando os aspectos da interdisciplinaridade, articulação teórico-prática, flexibilidade curricular, acessibilidade pedagógica e atitudinal. Como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é usado o Moodle, com diversos materiais didáticos e recursos tecnológicos nos cursos.

No ano de 2024, está prevista a expansão dos cursos técnicos a distância, conforme estabelecido pela Resolução Consup/IFCE Nº 73, de 10/11/2022. Essa expansão incluirá a introdução de novos cursos, como o Técnico em Desenho de Construção Civil, disponível nos *campi* de Itapipoca e Juazeiro do Norte, e o Técnico em Meio Ambiente, oferecido no *campus* Fortaleza. Com essa ampliação, a expectativa é que, no ano de 2024, seja alcançado o número de 600 vagas para cursos técnicos a distância em 16 unidades acadêmicas do IFCE.

No IFCE, os cursos ofertados no âmbito da UAB, contam com polos de apoio presencial localizados nos diversos municípios do Ceará, ilustrados no mapa abaixo, e atendem aos municípios que fazem parte das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) do Estado do Ceará. As CREDEs são órgãos vinculados à Secretaria da Educação (SEDUC) do estado, responsáveis por coordenar e articular as ações educacionais em suas respectivas regiões, promovendo o desenvolvimento da educação básica.

A definição das vagas a serem disponibilizadas anualmente é planejada por meio de um edital específico da CAPES, a agência responsável pelo programa UAB, sendo operacionalizada por meio edital público.

Conforme estabelecido no Edital Capes Nº 25, de 20/09/2023, para o IFCE, estão planejadas 600 vagas em cursos de licenciatura, 150 em cursos de bacharelado e tecnologia, e mais 150 para programas de especialização (*lato sensu*), com início previsto para o ano de 2024.

No edital vigente, os polos estão dando suporte aos cursos de Licenciatura em Matemática, associado ao campus Juazeiro do Norte, Especialização em Docência EPT, ligada ao campus Paracuru, e o curso de Especialização em Tecnologias Educacionais, vinculado ao *campus* Maranguape. A lista completa dos polos de educação a distância UAB do IFCE e seus respectivos endereços está disponível no Anexo X.

5.5.3 Programas de bolsas institucionais

O compromisso do IFCE com a excelência na formação acadêmica reflete-se em uma diversidade de iniciativas. A instituição empenha-se em criar um ambiente acadêmico enriquecedor, proporcionando aos alunos oportunidades significativas de aprendizado e crescimento. A seguir, são apresentadas algumas dessas iniciativas como exemplos concretos desse compromisso institucional.

5.5.3.1 Iniciação científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi o primeiro programa institucional criado para a iniciação científica no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse programa atende a instituições de ensino e/ou pesquisa públicas e privadas, concedendo cotas de bolsas diretamente às instituições, por meio de chamadas públicas bienais. A seleção dos projetos de pesquisa contemplados com as quotas de bolsas é feita pelas próprias instituições de ensino.

No âmbito do IFCE, o PIBIC, regulamentado por meio da Resolução Consup/IFCE Nº 5, de 12/03/2020, tem como propósito central promover o desenvolvimento do pensamento científico e a introdução à pesquisa entre estudantes de graduação no ensino superior, sendo financiado por meio de quotas do próprio CNPq, de quotas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e de recursos do orçamento do próprio IFCE.

Há ainda outras oportunidades de bolsas como as ofertadas pelo programa PIBIC-JR, que objetiva despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes do ensino técnico de nível médio do IFCE.

Ainda no contexto da iniciação científica, o IFCE participa do Programa Institucional de Iniciação Científica Ações Afirmativas (PIBIC–Af) do CNPq, que é direcionado às instituições de ensino superior públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programa de ações afirmativas. O PIBIC-Af é parte do PIBIC e resultado de uma parceria entre CNPq e a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SUBPAA/SEPPIR-PR).

5.5.3.2 Iniciação tecnológica

Com foco específico em projetos de pesquisa voltados para o desenvolvimento tecnológico e inovação, o IFCE oferece bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), proporcionando aos estudantes a oportunidade de integrarem equipes de pesquisa e contribuírem para avanços nas áreas de ciência e tecnologia.

O PIBITI do CNPq é um programa destinado a estimular a iniciação científica e tecnológica entre estudantes de graduação no Brasil. Por meio do PIBITI, o CNPq visa promover o desenvolvimento de talentos na área de tecnologia, além de impulsionar a competitividade e o avanço do conhecimento científico e tecnológico no Brasil.

5.5.3.3 Iniciação à Docência

No âmbito dos cursos de licenciatura, o IFCE oferece oportunidades de bolsas por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa proporcionar aos estudantes a oportunidade de iniciar sua prática docente ainda durante a formação acadêmica.

No PIBID, os bolsistas desenvolvem atividades práticas nas escolas, sob a supervisão de professores experientes. Os participantes recebem bolsas de iniciação à docência para contribuir financeiramente durante o período de participação no programa.

Outra oportunidade para os alunos de licenciatura é o Programa Residência Pedagógica, que tem como foco a complementação da formação dos estudantes por meio de atividades práticas mais intensivas e prolongadas, envolvendo também professores da educação básica, supervisores acadêmicos e coordenadores de curso.

Os residentes pedagógicos passam por um período mais longo de imersão nas escolas, participando ativamente das atividades pedagógicas. A abordagem é mais próxima à vivência do cotidiano escolar. Os estudantes desse programa também recebem bolsas, como ocorre com estudantes do PIBID.

Ambos os programas têm como objetivo a melhoria da qualidade da formação docente e a valorização da prática pedagógica, cada um com sua abordagem específica para atingir esses objetivos.

5.5.3.4 Monitoria

A monitoria é uma ação pedagógica institucional que visa à melhoria do ensino, da aprendizagem e da elevação do índice de permanência e êxito dos estudantes matriculados nos cursos técnicos e de graduação ofertados pelo IFCE.

As atividades de monitoria visam contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica, auxiliar os acadêmicos na compreensão e produção do conhecimento, oportunizar ações cooperativas, estimular a participação do discente na vida acadêmica e, consequentemente, da formação profissional. Trata-se de uma atividade formativa de ensino que favorece uma aprendizagem mútua e colaborativa, configurando-se como uma atividade auxiliar à docência, exercida por discentes.

O estudante interessado em concorrer a uma vaga de monitoria submete-se a um processo seletivo, publicado por meio de edital, atendendo às condições estabelecidas no regulamento da monitoria, disciplinado pela Resolução Consup/IFCE Nº 76, de 09/09/2019.

5.5.3.5 Intercâmbio

Os programas de intercâmbio desempenham um papel crucial no enriquecimento da experiência educacional e cultural dos participantes, oferecendo a oportunidade única de imersão em novos contextos acadêmicos e sociais.

Ao facilitar a troca de estudantes entre instituições de diferentes países, esses programas promovem a compreensão intercultural, o aprimoramento linguístico e o desenvolvimento de habilidades globais. Os participantes não apenas têm a chance de aprofundar seus conhecimentos acadêmicos em um ambiente internacional, mas também ampliam suas perspectivas, cultivam a tolerância e constroem uma rede global de contatos.

O IFCE destaca-se como uma instituição ativamente inserida no universo de intercâmbio acadêmico. Além de manter seu próprio programa de envio de estudantes ao exterior, o IFCE Internacional[7], que há 11 anos vem proporcionando oportunidades enriquecedoras de aprendizado internacional, a instituição também participa do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), recebendo estudantes estrangeiros em seus *campi*. Essa troca bilateral de conhecimento não apenas contribui

[7] O IFCE Internacional está regulamentado por meio da Resolução Nº 15 de 02/03/2012.

para a diversificação cultural nos *campi*, mas também fortalece os laços de cooperação entre instituições de diferentes partes do mundo.

Além disso, ao participar do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), o IFCE demonstra seu compromisso em proporcionar oportunidades inclusivas e acessíveis, promovendo a internacionalização e a formação de uma comunidade acadêmica globalmente conectada. O Promisaes tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura.

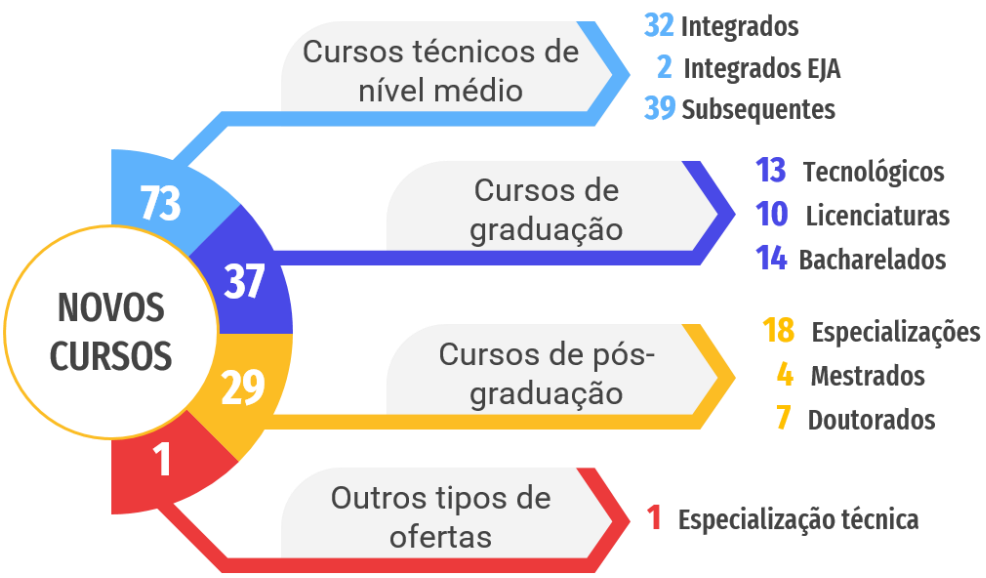
Essas iniciativas de internacionalização consolidam o IFCE como uma instituição que valoriza a interculturalidade e se empenha em oferecer experiências educacionais enriquecedoras para seus estudantes e para aqueles que escolhem o instituto como destino de intercâmbio.

5.6 Cronograma de abertura de novos cursos

O IFCE, empenhado no contínuo aprimoramento de sua oferta educacional, elaborou um cronograma estratégico para a introdução de novos cursos nos próximos anos, abrangendo uma ampla diversidade que inclui cursos técnicos integrados ao ensino médio, graduações e programas de pós-graduação.

Esse planejamento foi formulado com base em um levantamento abrangente conduzido em colaboração com os diversos *campi* da instituição. Como resultado desse esforço, foram identificadas expectativas de inauguração de novos cursos em 16 das 33 unidades acadêmicas, refletindo a abrangência e a estratégia do IFCE para atender às demandas acadêmicas emergentes e promover a expansão qualitativa de sua oferta educacional.

A lista completa dos cursos planejados para serem abertos na vigência deste PDI está disposta no Anexo XI e a imagem a seguir sintetiza os quantitativos previstos por nível de ensino (técnico, graduação ou pós-graduação), por modalidade de ensino (presencial ou a distância), por forma de oferta (integrado, concomitante ou subsequente) e por grau acadêmico (bacharelado, licenciatura ou tecnológico).



É relevante ressaltar que o planejamento apresentado no Anexo XI, sujeita à submissão a todos os regulamentos institucionais que governam a criação de novos cursos no contexto do IFCE, a exemplo da Resolução Consup/IFCE Nº 100, de 27/09/2017.

Assim, os cursos para serem abertos deverão passar por todo o rito institucional existente para este fim. Esta condição é essencial e indispensável para a efetivação da abertura, assegurando a conformidade com as diretrizes e normativas estabelecidas pela instituição.

6

Recursos acadêmicos

6 Recursos acadêmicos

6.1 Ambientes acadêmicos

Os ambientes acadêmicos constituem os cenários essenciais para o desenvolvimento das atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação no IFCE. Esses espaços englobam salas de aula, laboratórios, bibliotecas, quadras esportivas, auditórios, áreas de estudo, áreas de convivência e demais instalações que compõem o ecossistema educacional.

A infraestrutura física e tecnológica desses ambientes desempenha um papel crucial no apoio ao aprendizado, permitindo a inovação e o desenvolvimento de habilidades práticas. A tabela a seguir sintetiza a existência dos principais ambientes acadêmicos em cada um dos *campi* da instituição.

Campus	*Ambiente de estudo*	*Ambulatório ou Enfermaria*	*Anfiteatro*	*Auditório*	*Biblioteca*	*Campo de Futebol*	*Espaço de convivência*	*Piscina*	*Quadra*	*Sala de aula*	*Sala de Professores*
ACARAÚ	✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
ACOPIARA	✓			✓	✓				✓	✓	✓
ARACATI		✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
BATURITÉ		✓		✓	✓				✓	✓	✓
BOA VIAGEM	✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
CAMOCIM		✓		✓	✓				✓	✓	✓
CANINDÉ	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
CAUCAIA	✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
CEDRO		✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
CRATEÚS	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
CRATO	✓	✓		✓	✓					✓	✓
FORTALEZA	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
GUARAMIRANGA				✓	✓					✓	✓
HORIZONTE		✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
IGUATU	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓
ITAPIPOCA	✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
JAGUARIBE				✓	✓					✓	✓
JAGUARUANA				✓	✓				✓	✓	✓

JUAZEIRO DO NORTE	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓
LIMOEIRO DO NORTE	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓
MARACANAÚ	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MARANGUAPE	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓	✓
MOMBAÇA		✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
MORADA NOVA	✓			✓	✓				✓	✓	✓
PARACURU	✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
PECÉM	✓	✓		✓	✓		✓			✓	✓
QUIXADÁ	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
SOBRAL	✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
TABULEIRO DO NORTE	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
TAUÁ				✓	✓				✓	✓	✓
TIANGUÁ	✓	✓		✓	✓				✓	✓	✓
UBAJARA		✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
UMIRIM	✓	✓		✓	✓				✓	✓	✓

Visando proporcionar um ambiente educacional enriquecedor e equitativo, o IFCE tem dedicado esforços significativos para estabelecer uma estrutura uniforme em todos os seus *campi*. Busca-se garantir que cada unidade da instituição disponha de equipamentos considerados essenciais para um ambiente de ensino de qualidade, equilibrando as demandas atendidas em cada unidade a cada nova disponibilização orçamentária por parte do governo federal.

Uma das evidências desse compromisso é o investimento na construção e melhoria de infraestruturas em diversos *campi*. Em 2022, foram entregues 14 novas quadras esportivas em diferentes unidades do IFCE, promovendo a prática esportiva, o lazer e contribuindo para o bem-estar dos estudantes.

Além disso, visando aprimorar as condições de convivência e fortalecer o suporte aos estudantes, há planos para a construção de 13 novos restaurantes nas unidades da instituição até o ano de 2025. Essa iniciativa visa oferecer espaços adequados para refeições, promovendo a saúde e o conforto dos membros da comunidade acadêmica.

Dessa forma, o IFCE reforça seu compromisso com a qualidade do ensino e com a promoção de condições adequadas para o desenvolvimento integral de seus estudantes, reafirmando-se como uma instituição que valoriza a equidade e o progresso em todas as suas 33 unidades de ensino.

6.1.1 Bibliotecas

Todos os *campi* do IFCE dispõem de biblioteca que foram estrategicamente planejadas para proporcionar um ambiente propício à pesquisa, aos estudo individuais e em grupo, incentivando a troca de conhecimento entre os membros da comunidade acadêmica. As bibliotecas do IFCE englobam materiais didáticos, livros acadêmicos, periódicos, e outras fontes relevantes para os cursos ofertados.

Para além do acervo físico, o IFCE investe em plataformas e recursos virtuais que ampliam o acesso à informação, contando com catálogos que contam com frequentes atualizações, contribuindo com um acervo que se alinha mais rapidamente às demandas acadêmicas contemporâneas.

Adicionalmente à consulta ao acervo, por meio dos terminais ou de dispositivos móveis, as bibliotecas oferecem outros serviços, tais como: pesquisas, reservas e renovações de empréstimos diretamente de tablets ou smartphones, empréstimo domiciliar, renovação online e acesso ao Portal de Periódicos da Capes remotamente, mediante a Rede Café.

As bibliotecas do IFCE disponibilizam seus serviços nos três turnos, variando apenas os horários de início e fim de expediente, em função de especificidades locais de cada *campus*, conforme horários de atendimento indicados na tabela a seguir.

Campus	*7h – 7h15*	*7h15 – 7h30*	*7h30 - 8h*	*8h - 8h30*	*8h30 – 9h*	*9h – 10h*	*10h -11h*	*11h – 12h*	*12h – 13h*	*13h – 14h*	*14h – 15h*	*15h – 16h*	*16h – 17h*	*17h – 18h*	*18h – 19h*	*19h – 20h*	*20h – 20h30*	*20h30 – 21h*	*21h – 21h30*	*21h30 – 21h55*
ACARAÚ				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
ACOPIARA			●	●		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
ARACATI	●	●	●	●		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
BATURITÉ				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
BOA VIAGEM				●		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
CAMOCIM					●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
CANINDÉ				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●				
CAUCAIA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
CEDRO			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
CRATEÚS				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
CRATO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
FORTALEZA			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
GUARAMIRANGA				●	●	●	●	●		●	●	●	●							

HORIZONTE				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●							
IGUATU	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
ITAPIPOCA				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
JAGUARIBE			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
JAGUARUANA			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
JUAZEIRO DO NORTE	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
LIMOEIRO DO NORTE			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
MARACANAÚ				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●				
MARANGUAPE				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
MOMBAÇA				●	●	●	●	●		●	●	●	●							
MORADA NOVA		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
PARACURU			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●						
PECÉM				●	●	●	●	●		●	●	●	●							
QUIXADÁ			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
SOBRAL			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		
TABULEIRO DO NORTE					●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
TAUÁ			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		●	●	●	●	●	
TIANGUÁ					●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			
UBAJARA			●	●	●	●	●	●			●	●	●	●	●	●	●	●		
UMIRIM				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●		

6.1.1.1 Atualização e expansão do acervo

No IFCE, existem critérios estabelecidos para seleção, aquisição e descarte de materiais informacionais no âmbito das bibliotecas da instituição. Tais critérios servem para orientar o crescimento equilibrado e racional do acervo, otimizando a utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Os materiais que compõem as coleções das bibliotecas são selecionados de acordo com alguns critérios, dentre os quais se destacam: i) adequação aos objetivos e níveis educacionais da instituição; ii) pertinência dos currículos acadêmicos às linhas de pesquisa e aos projetos de extensão institucionais; iii) atualidade; iv) qualidade técnica (conteúdo); v) quantidade (escassez) de material sobre o assunto na coleção; vi) relevância (cobertura/tratamento do assunto); entre diversos outros.

A seleção dos materiais pode ser feita de forma qualitativa ou quantitativa. Na seleção qualitativa são levados em consideração alguns critérios específicos, tais como:

- ***assunto*** – o conteúdo deve ser pertinente aos cursos ofertados pelo IFCE;

- ***relevância*** – além da cobertura dos conteúdos dos cursos oferecidos pela instituição, devem ser analisados os aspectos que contribuam para o desenvolvimento e atualização do acervo;
- ***idioma*** – devem ser priorizados os materiais publicados em língua portuguesa, porém materiais publicados em língua estrangeira poderão ser incluídos após verificação da inexistência de material igual ou correlato em língua portuguesa;
- ***idade*** – deve ser observada a relação idade/demanda/custo de manutenção dos materiais usados, bem como seu valor histórico;
- ***originalidade*** – não deve ser permitida a incorporação ao acervo de cópias de qualquer tipo de material, em conformidade com a Lei 9.610/98 (Direito Autoral).

Por outro lado, na seleção quantitativa, são estabelecidos valores de referência para quantitativo de materiais informacionais específicos.

As teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de especialização, de autoria dos servidores e não defendidos no IFCE, integrarão o acervo das bibliotecas do IFCE e serão recebidos somente em versão eletrônica (PDF).

6.1.2 Laboratórios

Os laboratórios desempenham um papel fundamental na educação profissional, proporcionando um ambiente propício para a realização de aulas práticas.

Adicionalmente, esses espaços trazem benefícios significativos para o desenvolvimento dos estudantes e sua preparação para o mercado de trabalho, tais como: aplicação prática de conhecimento teórico, desenvolvimento de habilidades técnicas, experimentação de equipamentos e tecnologias diversas, além de estímulo à criatividade e resolução de problemas.

Reconhecendo a importância dos laboratórios para a excelência na formação profissional, o IFCE compromete-se, dentro dos limites orçamentários de sua atuação, a investir continuamente na expansão e aprimoramento desses espaços.

Atualmente, o IFCE oferece uma diversidade de laboratórios especializados, que compreendem laboratórios de energia renováveis, de construção naval, de corte CNC,

de bromatologia, de telecomunicações, de automação e robótica, de comandos elétricos, de máquinas elétricas, de redes de computadores, de soldagem, de usinagem, de termodinâmica, de microbiologia, de microscopia, de mecânica dos solos, de metrologia, entre diversos outros, totalizando 525 laboratórios em toda a instituição.

Esses laboratórios proporcionam aos nossos estudantes um ambiente rico e propício para a aplicação prática de conhecimentos teóricos, permitindo um aprendizado mais dinâmico e alinhado às exigências do mercado.

6.2 Editora acadêmica

O IFCE conta com uma editora acadêmica que tem como objetivo disseminar a produção acadêmica da instituição, por meio da publicação de obras que envolvam conhecimento técnico, científico, cultural e didático.

A submissão de obras à Editora do IFCE (EDIFCE) ocorre de maneira contínua, podendo ser realizada tanto por demanda espontânea dos autores quanto em resposta a editais publicados.

A EDIFCE é encarregada de publicar obras de reconhecida importância científica, tecnológica, literária, artística, cultural e didática, reforçando seu compromisso com a disseminação de contribuições significativas. Além disso, a EDIFCE é responsável por receber e avaliar propostas de publicações, seja de autoria individual, coletiva ou institucional. As atividades de editoração são conduzidas de acordo com a disponibilidade orçamentária do IFCE, assegurando uma gestão financeira responsável.

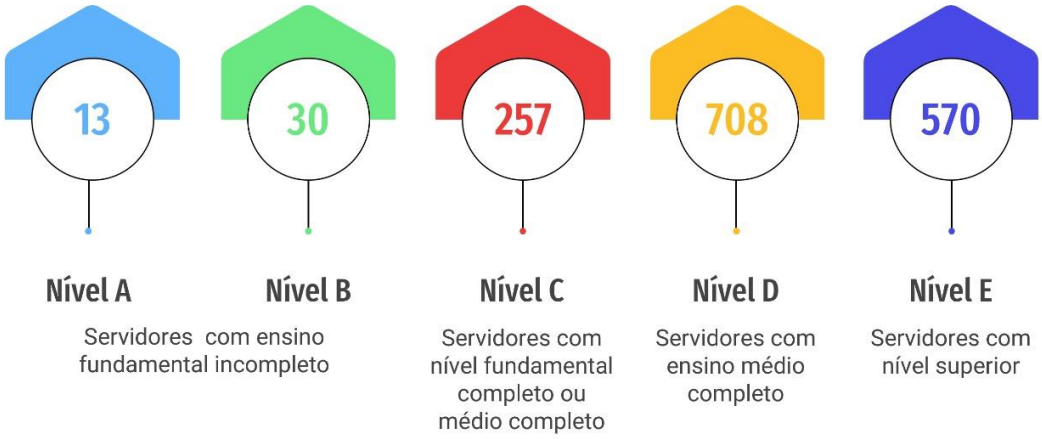
Para fortalecer sua presença no cenário editorial, a editora desenvolve ações promocionais, participando ativamente de eventos, bienais literárias e congressos. Adicionalmente, a EDIFCE tem a prerrogativa de propor ou coordenar contratos, convênios e parcerias, tanto públicas quanto privadas, com o objetivo de concretizar projetos no campo editorial. O funcionamento da EDIFCE está disciplinado pela Resolução Consup/IFCE N° 52, de 23 de agosto de 2021.

6.3 Corpo técnico-administrativo

O IFCE conta com um quadro de servidores técnico-administrativos essenciais para alicerçar as ações acadêmicas e para garantir um ambiente de apoio abrangente aos estudantes. Esses profissionais desempenham funções cruciais, incluindo a gestão de recursos humanos e financeiros, além de coordenar processos administrativos fundamentais, em ações que envolvem administradores, contadores, jornalistas, bibliotecários, técnicos em várias áreas, entre outras profissões.

Destaca-se, especialmente, o compromisso desses técnicos em fornecer apoio direto aos estudantes, abrangendo profissionais como pedagogos, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, odontólogos, médicos, técnicos em assuntos educacionais, entre muitos outros profissionais de fundamental importância para a instituição.

Os cargos da carreira técnico-administrativa são classificados em níveis que diferem em relação a requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

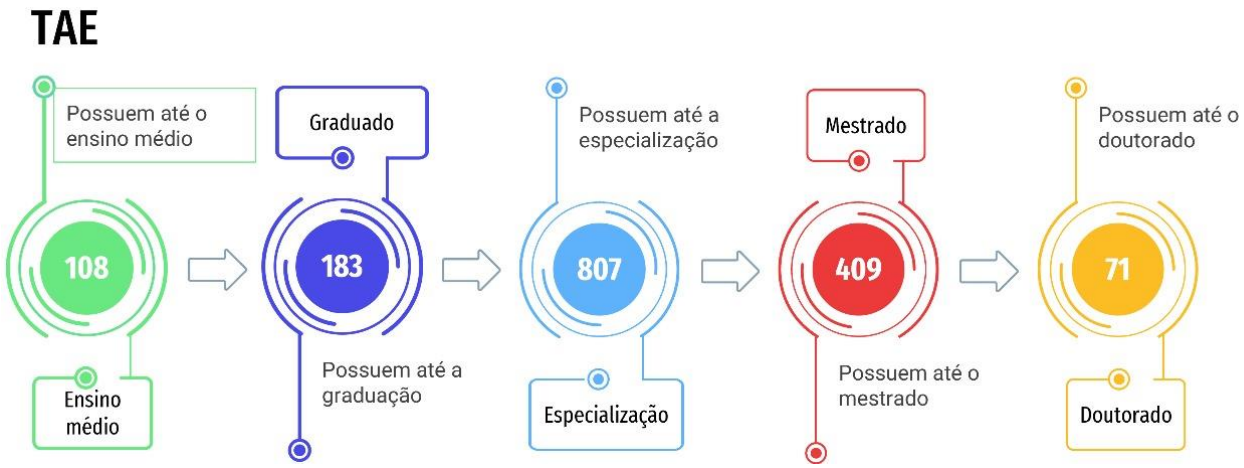


No IFCE, dos 1.578 técnicos-administrativos existentes na instituição, com dados de dezembro de 2023, aproximadamente, apenas 3% dos servidores técnico-administrativos ocupam cargos de nível A e B, 16% ocupam cargo nível C, e 45% ocupam cargo nível D e 36% ocupantes de cargo nível E, conforme números absolutos ilustrados na imagem acima.

Em relação ao regime de trabalho dos técnicos-administrativos do IFCE, a Lei Nº 11.091/2005 estabelece o regime de trabalho dessa categoria de servidores em 40

horas, 30 horas, 25 horas e 20 horas semanais, a depender da necessidade da instituição e das leis específicas que regulamentam cada carreira.

Quanto à titulação, cerca de 93% dos técnico-administrativos são graduados em nível superior. Desses, 30% possuem titulação *stricto sensu*, sendo 26% mestres e 4% doutores. Os demais servidores possuem escolaridade até o nível médio, conforme pode ser observado nos números absolutos ilustrados na imagem a seguir.



6.4 Corpo docente

O corpo docente da instituição desempenha um papel fundamental no cumprimento da missão educacional da instituição. Composto por profissionais qualificados e dedicados, o corpo docente do IFCE reflete a diversidade de conhecimentos e experiências necessárias para oferecer uma educação de qualidade em diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento.

A carreira docente no IFCE é regida por princípios que buscam promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Os professores do instituto participam de concursos públicos e são selecionados com base em critérios rigorosos que avaliam não apenas sua formação acadêmica, mas também sua experiência profissional e habilidades pedagógicas. Os docentes ingressam no IFCE na carreira Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) que está regulamentada pela Lei Nº 12.772/2012.

A seleção dos docentes é realizada por meio de provas objetivas, dissertativa de conhecimentos específicos, conhecimentos pedagógicos, prova de títulos e ainda uma prova de desempenho didático. Para participar destas seleções, é necessário que o candidato possua formação superior em áreas específicas discriminadas no edital de abertura. Após a homologação do concurso, os candidatos são convocados para posse e contratação segundo o Regime Jurídico Único (RJU).

Além da sólida formação acadêmica, os docentes do IFCE têm o compromisso de contribuir para o desenvolvimento institucional por meio de atividades de pesquisa e extensão, enriquecendo assim a vivência acadêmica dos estudantes. A busca contínua por atualização e aprimoramento profissional fazem parte da cultura da carreira docente no IFCE, garantindo que os professores estejam sempre atualizados nas tendências e inovações em suas áreas de atuação.

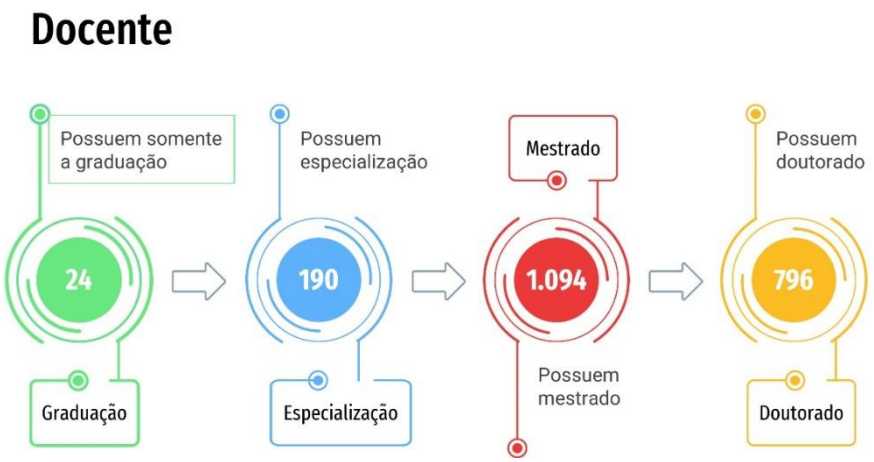
A valorização do corpo docente é um aspecto fundamental na política institucional do IFCE, refletindo-se não apenas em aspectos salariais, mas também em oportunidades de formação continuada. Em uma política perene de capacitação, com grande frequência docentes se afastam de suas funções para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* no país ou no exterior, sendo substituídos durante seus afastamentos por docentes substitutos contratados, por tempo determinado, de acordo com o que disciplina a Lei Nº 8.745/1993.

A Lei N° 12.772/2012 estabelece um regime de trabalho de 20 horas semanais ou 40 horas semanais com dedicação exclusiva, sendo possível, excepcionalmente, a contratação de docente em regime de 40 horas sem dedicação exclusiva. A imagem acima apresenta o número de docentes existentes no IFCE e seus respectivos regimes de trabalho.

O IFCE possui quase a totalidade dos seus docentes em regime de dedicação exclusiva, viabilizando a dedicação integral destes profissionais às atividades acadêmicas, como

planejamento de aulas, orientação de estudantes, participação em projetos de pesquisa e extensão, entre outros.

A imagem a seguir apresenta os números absolutos de docentes, de acordo com sua titulação máxima.



Quanto à titulação, cerca de 90% dos docentes possuem titulação *stricto sensu*, sendo 52% mestres e 38% doutores. Os demais docentes possuem no mínimo o título de graduação[8], visto ser requisito mínimo para ingresso na carreira de acordo com a Lei Nº 12.772/2012.

7 Considerações finais

Ao longo do processo de elaboração deste documento, deixamos evidente que a nossa prioridade é clara: aprimorar de forma contundente os macroprocessos finalísticos que sustentam a missão do IFCE – ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Como resultado, reconhecemos a importância de enfrentar de frente os desafios que se apresentam, particularmente, no que diz respeito à área do ensino, cujo um bom desempenho é vital para o desenvolvimento dos nossos discentes. Isso implica na adoção de estratégias que transcendam a tradicional sala de aula, de maneira a

[8] Estão incluídos nestes números os docentes que possuem certificações de cursos de especialização ou aperfeiçoamento. São apenas 26 os docentes com título de graduado, que não tem título de pós-graduação *stricto sensu* e nenhuma certificação adicional.

proporcionar uma formação integral, fortalecendo a base acadêmica e desenvolvendo habilidades essenciais nos estudantes.

Paralelamente, reafirmamos o compromisso com a pesquisa, extensão e inovação. De modo que, nos propomos a intensificar os esforços para fomentar um ambiente propício à pesquisa interdisciplinar, ampliar as parcerias estratégicas e à aplicação prática do conhecimento gerado, buscando, assim, a contribuição efetiva para o progresso científico e social.

Nesse contexto, vale destacar que, a construção deste planejamento, envolveu um processo participativo e inclusivo, no qual a voz da comunidade acadêmica foi não apenas ouvida, mas colocada como prioridade para a gestão. A realização dos encontros regionais presenciais e a disponibilização da consulta pública permitiu-nos compreender as necessidades, anseios e expectativas de todos os envolvidos no processo educacional do IFCE.

Dessa forma, este plano não é apenas um documento formal, mas um compromisso tangível com a melhoria contínua da instituição. Porém, a responsabilidade pela implementação e acompanhamento sistemático das metas aqui delineadas recai não apenas sobre as instâncias de governança do IFCE, mas também sobre toda a comunidade acadêmica.

Nessa direção, cabe aqui registrar que, a cultura do monitoramento e avaliação dos resultados é consagrada como um elemento fundamental para a eficácia do planejamento. A tomada de decisões embasada na análise criteriosa de indicadores de desempenho estabelece uma abordagem mais assertiva diante dos desafios, possibilitando ajustes e correções de rota conforme necessário. Para isso, é imperativo avançarmos na transparência e responsabilização dos gestores em relação aos resultados obtidos, reforçando o compromisso com a excelência educativa.

Ademais, reconhecemos a importância do diálogo constante entre a Reitoria e os *campi*, promovendo a construção colaborativa de projetos que preservem as particularidades locais, ao mesmo tempo em que contribuem para o alcance das metas institucionais. O IFCE é uma rede que se fortalece na diversidade, e é com esse espírito colaborativo que vislumbramos um futuro promissor.

Portanto, este PDI é, sem dúvida, fruto de um desafio enfrentado com determinação. Contudo, cientes das dinâmicas em constante mudança, reconhecemos a necessidade de revisões anuais para ajustes condizentes com os cenários que se apresentam, pois a dinâmica do ambiente educacional e socioeconômico exige uma constante adaptação. Consequentemente, a capacidade de revisar e ajustar o plano anualmente, mantendo-o alinhado às demandas emergentes, confere à instituição uma postura ágil e resiliente diante dos desafios inesperados.

Por fim, agradecemos a todos que contribuíram para a elaboração deste PDI, e confiamos que, juntos, faremos do IFCE uma referência de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação. Este é o nosso compromisso, esta é a nossa missão, e com trabalho conjunto, alcançaremos nossos objetivos e contribuiremos efetivamente para o progresso da nossa instituição e da sociedade que servimos.

Por fim, o IFCE reafirma o seu compromisso inabalável com a excelência educacional, a inovação e o desenvolvimento sustentável. Ao implementar as estratégias delineadas, a instituição visa não apenas alcançar, mas superar as expectativas, consolidando sua posição como referência no cenário educacional brasileiro.

Que este documento seja não apenas um guia, mas uma bússola que oriente efetivamente o desenvolvimento e a evolução do IFCE nos próximos cinco anos.

8

Referências

8 Referências

BRASIL. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, DF, p. 6975, 26 set. 1909.

_____. Decreto-Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Seção 1, Brasília, DF, p. 12019, 23 ago. 1946.

_____. Decreto Nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947. Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1017, 23 jan. 1947.

_____. Lei Federal Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 3009, 17 fev. 1959.

_____. Decreto Nº 52.666, de 11 de outubro de 1963. Aprova o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 9009, 25 out. 1963.

_____. Decreto Nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 5543, 22 mai. 1967.

_____. Decreto Nº 83.935, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 12890, 5 set. 1979.

_____. Lei n º 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 8269, 22 jun. 1993.

_____. Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 18937, 10 dez. 1993.

_____. Lei Federal Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 18882, 9 dez. 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Gabinete do Ministro. Portaria Ministerial nº 526, de 10 de maio de 1995. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 6819, 12 mai. 1995.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

_____. Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo: seção 1, Brasília, DF, Página 3, 20 fev. 1998.

_____. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

_____. Lei Federal Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 15 abr. 2004.

_____. Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 13 jan. 2005.

_____. Decreto Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 24 fev. 2006.

_____. Lei Nº 11.645, 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 687, de 8 de junho de 2008. Instalação e o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED em Limoeiro do Norte.

_____. Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 17 jul. 2008.

_____. Lei Nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 set. 2008.

_____. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

_____. Decreto Nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 30 abr. 2009.

_____. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, Página 5.

_____. Decreto Nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e altera o Decreto Nº 7.232, de 19 de julho de 2010. Decreto Nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 11, 23 set. 2010.

_____. Decreto Nº 7.312, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 23 set. 2010.

_____. Portaria Interministerial Nº 149, de 13 de junho de 2011. Autoriza a contratação por tempo determinado, com fundamento no art. 2º, inciso X, da Lei Nº 8.745, de 1993, de 3.315 (três mil, trezentos e quinze) professores, no âmbito do Ministério da Educação, para atender demandas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFETMG, bem como do Colégio Pedro II. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 77, 13 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.287, de 21 de setembro de 2011. Política do Professor Substituto.

_____. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, edição extra, Página 1, 18 nov. 2011.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 130, de 23 de fevereiro de 2012. Política do Professor Substituto.

_____. Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 31 dez. 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Portaria Normativa Nº 3, de 25 de março de 2013. Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p.77, 27 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 330, de 23 de abril de 2013. Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ed. 78, p. 14, 24 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 331, de 23 de abril de 2013. Dispõe sobre os campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. publicado em 24/04/2013.

_____. Controladoria-Geral da União. Ouvidoria-Geral da União. Instrução Normativa Nº 1, de 5 de novembro de 2014. Regula o funcionamento das ouvidorias públicas, classifica as manifestações e orienta sobre o tratamento a ser adotado.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 246, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ed. 89, p. 30, 11 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 378, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ed. 88, p. 19, 10 mai. 2016.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Portaria Nº 17, de 11 de maio de 2016. Estabelecer diretrizes gerais para a

regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ed. 91, p. 50, 13 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 1 nov. 2017.

_____. Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 18 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 5 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. Conselho Superior. Resolução nº 26, de 25 de outubro de 2013. Altera o artigo 6° do Regimento Geral do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 11, de 23 de março de 2015. Aprova a alteração no artigo 6º do Regimento Geral do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 24, de 22 de junho de 2015. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 33, de 22 de junho de 2015. Aprova o Projeto Político Institucional.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 35, de 22 de junho de 2015. Aprova o Regulamento da Organização Didática (ROD).

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 50, de 22 de junho de 2015. Aprova o Regulamento dos Napnes do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 40, de 14 de setembro de 2015. Aprova as alterações no Estatuto do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 7, de 4 de março de 2016. Aprova o Regimento Geral do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 52, de 24 de outubro de 2016. Aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 71, de 31 de julho de 2017. Aprova o Regimento Interno dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas no Instituto Federal do Ceará.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 100, de 27 de setembro de 2017. Aprova o Regulamento para Criação, Suspensão de Oferta de Novas Turmas, Reabertura e Extinção de Cursos do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 5, de 29 de janeiro de 2018. Aprova as alterações nos artigos 10A, 10B e 10C do regimento geral.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 46, de 28 de maio de 2018. Aprova o Projeto Político Pedagógico Institucional do IFCE.

_____. Conselho Superior. Resolução Nº 56, de 28 de maio de 2018. Aprova o programa de alimentação e nutrição do IFCE.

9

Anexos

9 Anexos

9.1 Anexo I – Portaria da comissão temática mista

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Reitoria

PORTARIA Nº 7151/GABR/REITORIA, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023

O **Reitor** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, nomeado pelo Decreto Presidencial de 1º de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais e o que consta no Processo nº **23255.007658/2023-51**, resolve:

Art. 1º - Instituir o(a) **Comissão Mista** de Ensino, Pesquisa e Extensão responsável pelos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, composto(a) pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Função	Representação
JOELIA MARQUES DE CARVALHO	1674768	Presidente	Reitoria
ANA CAROLINE CABRAL CRISTINO	1953737	Membro	Reitoria
CRISTIANE BORGES BRAGA	1794770	Membro	Reitoria
ANA CLAUDIA UCHOA ARAUJO	1544822	Membro	Reitoria
GERMANA MARIA MARINHO SILVA	1352895	Membro	Maracanaú
ENOS FEITOSA DE ARAUJO	3065501	Membro	Umirim
LUIS JOSE SILVEIRA DE SOUSA	1794399	Membro	Maracanaú
JOAO VICTOR ALVES PINHEIRO	1076270	Membro	Canindé
CESAR AUGUSTUS DINIZ SILVA	1224194	Membro	Crateús
MAYARA SALGADO SILVA	1841821	Membro	Limoeiro do Norte
REINALDO FONTES CAVALCANTE	1667165	Membro	Quixadá
SANDRA MARIA COSTA LIMA	2279454	Membro	Aracati

Criado no SIPPAG, Impresso em: quarta, 27 de setembro de 2023 as 10:42. Página 1 de 3.

RAFAEL VITOR E SILVA	1675052	Membro	Sobral
RUBENS GALDINO FEIJO	2418460	Membro	Acaraú
PHYLIPPE GOMES DE LIMA SANTOS	2164215	Membro	Ubajara
ALZEIR MACHADO RODRIGUES	1415592	Membro	Acopiara
CARLOS NEWDMAR VIEIRA FERNANDES	1155053	Membro	Iguatu
VIVIANE BRITO VIANA	2773846	Membro	Juazeiro do Norte

Art. 2º - Compete à Comissão Mista de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I. Contribuir com as áreas estratégicas para a definição dos objetivos, indicadores e metas para o período 2024-2028;

II. Articular-se com os gestores dos *campi* para propor as metas individuais dos indicadores de desempenho;

III. Articular-se com as áreas estratégicas e os gestores dos *campi* para definição de projetos estratégicos;

IV. Atuar em parceria com a Comissão Executiva na publicidade e divulgação das atividades de elaboração do PDI;

V. Atuar em parceria com a Comissão Executiva no planejamento de ações de sensibilização da comunidade acadêmica a participar da elaboração do PDI;

VI. Prestar apoio à Comissão Executiva e as unidades estratégicas no planejamento e execução das atividades necessárias à realização dos encontros regionais;

VII. Avaliar, conjuntamente com as unidades estratégicas, a exequibilidade das propostas de projeto estratégico oriundas da comunidade acadêmica;

VIII. Participar das reuniões de planejamento com a Comissão Executiva e unidades estratégicas, quando convocada.

Art. 3º Determinar que a Comissão terá o prazo de até 31 de dezembro de 2023 para a conclusão dos trabalhos.

Criado no SIPPAG, Impresso em: quarta, 27 de setembro de 2023 as 10:42. Página 2 de 3.

9.2 Anexo II – Portaria da comissão temática de administração

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Reitoria

PORTARIA Nº 7157/GABR/REITORIA, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023

O **Reitor** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, nomeado pelo Decreto Presidencial de 1º de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais e o que consta no Processo nº **23255.007658/2023-51**, resolve:

Art. 1º - Instituir o(a) **Comissão de Administração** e Planejamento responsável pelos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, composto(a) pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Função	Representação
REUBER SARAIVA DE SANTIAGO	1378591	Presidente	Reitoria
ROSANGELA CAMPOS DOS ANJOS	2809160	Membro	Maracanaú
ADRIANO MONTEIRO DA SILVA	1678075	Membro	Fortaleza
CLAUTHENYS LARA PRATA MACHADO	2179741	Membro	Guaramiranga
MARCELO DE SOUSA SARAIVA	1920365	Membro	Limoeiro do Norte
SILMARA NOGUEIRA LIMA	2279528	Membro	Jaguaruana
FELIPE GOMES PINHEIRO	2326599	Membro	Acaraú
FRANCISCO GLAUBER DE MOURA	1673559	Membro	Cedro
ALCIVANIA CARLA CAMPOS NASCIMENTO	2187312	Membro	Juazeiro do Norte

Criado no SIPPAG, Impresso em: quarta, 27 de setembro de 2023 as 10:45. Página 1 de 2.

Art. 2º Compete à Comissão de Administração e Planejamento:
I. Contribuir com as áreas estratégicas para a definição dos objetivos, indicadores e metas para o período 2024-28;

II. Articular-se com os gestores dos *campi* para propor as metas individuais dos indicadores de desempenho;

III. Articular-se com as áreas estratégicas e os gestores dos *campi* para definição de projetos estratégicos;

IV. Atuar em parceria com a Comissão Executiva na publicidade e divulgação das atividades de elaboração do PDI;

V. Atuar em parceria com a Comissão Executiva no planejamento de ações de sensibilização da comunidade acadêmica a participar da elaboração do PDI;

VI. Prestar apoio à Comissão Executiva e as unidades estratégicas no planejamento e execução das atividades necessárias à realização dos encontros regionais;

VII. Avaliar, conjuntamente com as unidades estratégicas, a exequibilidade das propostas de projeto estratégico oriundas da comunidade acadêmica;

VIII. Participar das reuniões de planejamento com a Comissão Executiva e unidades estratégicas, quando convocada.

Art. 3º Determinar que a Comissão terá o prazo de até 31 de dezembro de 2023 para a conclusão dos trabalhos.

Publicação: Transparência Ativa em 27 de setembro de 2023
Documento assinado eletronicamente sob fundamentação, por:
IVAM HOLANDA DE SOUZA | Reitor substituto
Data da Assinatura: 27 de setembro de 2023 as 09:21
Tipo de Documento: Portaria
Autenticidade

9.3 Anexo III – Portaria da comissão temática de gestão de pessoas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Reitoria

PORTARIA Nº 7158/GABR/REITORIA, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023

O **Reitor** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, nomeado pelo Decreto Presidencial de 1º de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais e o que consta no Processo nº **23255.007658/2023-51**, resolve:

Art. 1º - Instituir o(a) **Comissão de Gestão** de Pessoas, responsável pelos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, composto(a) pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Função	Representação
MARCEL RIBEIRO MENDONCA	1841008	Presidente	Reitoria
LORENA DE MENEZES BRANDAO	2104813	Membro	Umirim
MARCIO OLIVEIRA ALBUQUERQUE	1099974	Membro	Fortaleza
STEPHANIE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	3135905	Membro	Tauá
ELIZETE FREITAS DE SOUSA	2107214	Membro	Limoeiro do Norte
LUIZ CARLOS SOARES BRITO	2418188	Membro	Tianguá
FRANCISCA LIONELLE DE LAVOR ALVES	1891316	Membro	Acopiara
MARIA FLAVIA AZEVEDO DA PENHA	2124111	Membro	Baturité

Criado no SIPPAG, Impresso em: quarta, 27 de setembro de 2023 as 10:46.

Página 1 de 2.

Art. 2º Compete à Comissão de Gestão de Pessoas:

I. Contribuir com as áreas estratégicas para a definição dos objetivos, indicadores e metas para o período 2024-28;

II. Articular-se com os gestores dos *campi* para propor as metas individuais dos indicadores de desempenho;

III. Articular-se com as áreas estratégicas e os gestores dos *campi* para definição de projetos estratégicos;

IV. Atuar em parceria com a Comissão Executiva na publicidade e divulgação das atividades de elaboração do PDI;

V. Atuar em parceria com a Comissão Executiva no planejamento de ações de sensibilização da comunidade acadêmica a participar da elaboração do PDI;

VI. Prestar apoio à Comissão Executiva e as unidades estratégicas no planejamento e execução das atividades necessárias à realização dos encontros regionais;

VII. Avaliar, conjuntamente com as unidades estratégicas, a exequibilidade das propostas de projeto estratégico oriundas da comunidade acadêmica;

VIII. Participar das reuniões de planejamento com a Comissão Executiva e unidades estratégicas, quando convocada.

Art. 3º Determinar que a Comissão terá o prazo de até 31 de dezembro de 2023 para a conclusão dos trabalhos.

Publicação: Transparência Ativa em 27 de setembro de 2023

Documento assinado eletronicamente sob fundamentação, por:
IVAM HOLANDA DE SOUZA | Reitor substituto

Data da Assinatura:
27 de setembro de 2023 as 09:22

Tipo de Documento:
Portaria

Autenticidade

9.4 Anexo IV – Portaria da comissão executiva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Reitoria

PORTARIA Nº 7159/GABR/REITORIA, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023

O **Reitor** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, nomeado pelo Decreto Presidencial de 1º de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais e o que consta no Processo nº **23255.007658/2023-51**, resolve:

Art. 1º - Instituir o(a) **Comissão Executiva** , responsável pelos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, composto(a) pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Função	Representação
STENIO WAGNER PEREIRA DE QUEIROZ	1795134	Presidente	Reitoria
ERICA DE LIMA GALLINDO	2543245	Membro	Reitoria
GLAUTER DOS SANTOS GUIMARAES	1812523	Membro	Reitoria
HELOISA HELENA MEDEIROS DA FONSECA	3690698	Membro	Reitoria
FRANCISCO DE ASSIS SIMOES NETO	1160235	Membro	Reitoria
RICARDO CASTELO BRANCO ANDRADE E SILVA	3000860	Membro	Reitoria
ERICA GOMES BEZERRA	2980906	Membro	Reitoria
JORDANA TORRES COSTA	2842786	Membro	Reitoria

Criado no SIPPAG, Impresso em: quarta, 27 de setembro de 2023 as 10:46.

Página 1 de 2.

Art. 2º Compete à Comissão Executiva:

I. Organizar reuniões com as Unidades Estratégicas e Comissões Temáticas para tratar do planejamento das ações do processo de elaboração do PDI;

II. Elaborar as atas das reuniões com as Unidades Estratégicas e Comissões Temáticas;

III. Propor instrumentos para auxiliar os trabalhos das Unidades Estratégicas e Comissões Temáticas;

IV. Assessorar às Comissões Temáticas nas suas atividades;

V. Elaborar o relatório das atividades e entregas ao final de cada etapa do processo de elaboração do PDI;

VI. Atualizar o site do planejamento com o andamento das etapas de elaboração do PDI;

VII. Atuar em parceria com as Comissões Temáticas na publicidade e divulgação das atividades de elaboração do PDI;

VIII. Atualizar a plataforma digital com vistas a proporcionar a participação da comunidades na proposição de projetos estratégicos;

IX. Elaborar a versão final do Plano de Desenvolvimento Institucional;

Art. 3º Determinar que a Comissão terá o prazo de até 31 de dezembro de 2023 para a conclusão dos trabalhos.

Publicação: Transparência Ativa em 27 de setembro de 2023

Documento assinado eletronicamente sob fundamentação, por:
IVAM HOLANDA DE SOUZA | Reitor substituto

Data da Assinatura:
27 de setembro de 2023 as 09:22

Tipo de Documento:
Portaria

Autenticidade

9.5 Anexo V – Sistemas estruturadores gerenciais e de suporte

Macroprocesso	Classificação	Referência Legal	Órgão Central Órgão Responsável
Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação	Gerencial	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.739/2019; Decreto nº 9.203/2017; Decreto nº 9.094/2017; Decreto de 07/03/2017; Decreto nº 8.638/2016; ISO 37000:2021; ISO 37002:2021; ISO 37001:2016;	SEGES/MGI; STN/MF;
Gestão do planejamento e orçamento organizacional	Gerencial	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 10.180/2001;	MPO; SOF/MPO;
Gestão da informação corporativa	Gerencial	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 10.148/2019; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 4.073/2002; Decreto nº 7.724/2011; Decreto nº 8.539/2015; Decreto nº 8.777/2016; Decreto nº 9.637/2018.	Arquivo Nacional/MGI;
Gestão de comunicação institucional	Gerencial	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 7.379/2011.	SECOM/PR;
Gestão de controles e segurança institucionais	Gerencial	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 10.180/2001; Decreto nº 3.591/2000; Decreto nº 5.480/2005; Decretos nº 6.029/2007; Decreto nº 1.171/1994; Lei nº 9.883/1999; Decreto nº 11.693/2023; Lei nº 13.460/2017; Decreto nº 9.492/2018.	CGU; GSI/PR;
Gestão de pessoas	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 67.326/1970.	SGP/MF;
Gestão de logística pública	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 1.094/1994; IN/MP nº 05/2017; IN/MP nº 04/2014.	SEGES/MGI;
Gestão do patrimônio imobiliário	Suporte	CF 1988;	SPU/ME;

		Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 1.094/1994;	
Gestão das transferências da União	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 6.170/2007;	DETRU/SEGES/ME;
Gestão financeira	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 10.180/2001; Decreto nº 3.590/2000; Decreto nº 6.976/2009.	STN/MF;
Gestão de contabilidade	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 10.180/2001; Decreto nº 3.590/2000; Decreto nº 6.976/2009.	STN/MF;
Gestão de tecnologia da informação	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 7.579/2011; ISO/IEC 38500:2015; ISO/IEC 38505; ISO/IEC 38507;	SGD/ME;
Gestão jurídica institucional	Suporte	CF 1988; Decreto-Lei nº 200/1967;	AGU;

9.6 Anexo VI – Objetivos do Programa 5112 do Governo Federal

Indicador	Descrição
OE-1	Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.
OE-2	Expandir a oferta da educação profissional e tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais e, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.
OE-3	Qualificar a educação profissional e tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.
OE-4	Realizar estudos e pesquisas educacionais sobre a educação profissional e tecnológica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.
OE-5	Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação.

9.7 Anexo VII – Objetivos estratégicos da Rede Federal de EPT

Indicador	Descrição
RF-1	Promover a educação profissional, científica e tecnológica, numa perspectiva inclusiva, alinhada à formação cidadã e às demandas do mundo do trabalho.
RF-2	Fortalecer as políticas de acesso, permanência e êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
RF-3	Fortalecer a execução das políticas nacionais de assistência estudantil, transporte e alimentação escolar.
RF-4	Fortalecer a pesquisa e a pós-graduação para o desenvolvimento social, cultural, territorial e ambiental, contemplando a sustentabilidade, a inclusão e acessibilidade, e qualificando a produção intelectual das nossas instituições.
RF-5	Incentivar a inovação e o empreendedorismo institucionalmente e em cooperação com parceiros, contribuindo para o sistema nacional de CT&I, para superação de desafios sociais e tecnológicos, ampliando a capacidade de inovação do país.
RF-6	Fortalecer a extensão por meio da consolidação de políticas articuladas com as demandas da sociedade, considerando as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais.
RF-7	Impulsionar a atuação em rede integrando ações, projetos e programas que promovam o desenvolvimento institucional.
RF-8	Qualificar o ensino agrícola e a educação do campo da Rede Federal alicerçados na concepção de território como espaço de vida, sustento e produção.
RF-9	Defender recursos para a melhoria da infraestrutura e o provimento de pessoal necessários para os campi agrícolas e para a educação do campo.
RF-10	Consolidar a internacionalização como estratégia para o desenvolvimento e a projeção da Rede Federal enquanto referência em educação profissional, científica e tecnológica.
RF-11	Articular a Rede Federal no fortalecimento da gestão de pessoas em suas dimensões da gestão dos processos, desenvolvimento, carreiras, retenção de talentos, saúde e qualidade de vida no trabalho.
RF-12	Articular a Rede Federal, de forma sistêmica e contínua, para construir, implementar e sustentar soluções em tecnologia da Informação, segurança e privacidade de dados.
RF-13	Integrar o orçamento ao planejamento estratégico da Rede Federal.
RF-14	Articular ações estratégicas para recomposição e ampliação do orçamento da Rede Federal vinculados a indicadores sociais e acadêmicos e índices econômicos.
RF-15	Realizar estudos e pesquisas educacionais que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas e a construção de atos normativos para a educação profissional, científica e tecnológica.
RF-16	Elevar o nível de maturidade em segurança da informação e privacidade de dados, governança, compliance e sustentabilidade da Rede Federal.
RF-17	Fortalecer a articulação da rede federal com os órgãos centrais e de controle da Administração Pública Federal.

RF-18	Fortalecer a identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

9.8 Anexo VIII – Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU

Indicador	Descrição
ODS-1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS -2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS -3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS -4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS -5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS -6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
ODS -7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
ODS -8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
ODS -9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS -10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
ODS -11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
ODS -12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
ODS -13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
ODS -14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS -15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
ODS -16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS -17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

9.9 Anexo IX – Iniciativas

TEMA	INICIATIVA
T1 - MAXIMIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS	Padronizar uma identidade visual para os processos seletivos.
	No processo seletivos dos cursos técnicos considerar outros critérios além do desempenho na prova, tipo: análise do histórico escolar e recebimento de medalhas em olímpiadas de conhecimento.
	Possibilitar o aproveitamento de vagas *intercampi* nos processos seletivos dos campi com cursos afins.
	Publicar editais de seleção simplificados para facilitar o entendimento dos estudantes.
	Simplificar o processo seletivo.
	Criar comissões locais e temporárias para atuarem nos processos seletivos.
	Descentralizar o processo seletivo dos cursos técnicos, tendo como base a particularidade das macrorregiões.
	Realizar visitas periódicas nas escolas e instituições, para a promoção e divulgação institucional dos processos seletivos.
	Estabelecer parcerias com escolas públicas e privadas, para o desenvolvimento de projetos e ações que se reflitam numa maior aproximação com a comunidade.
	Implementar o processo seletivo mistos (SISU/Vestibular) para ingresso nos cursos superiores.
	Implementar uma estratégia de marketing para promover os cursos, os serviços oferecidos e a imagem do IFCE nos munícipios.
	Criar um aplicativo para o processo seletivo.
T2 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	Criar plataforma de acompanhamento de egressos.
	Fortalecer os encontros anuais de egressos nos campi.
	Fortalecer as ações de acompanhamento e avaliação da inserção e atuação de egressos.
	Destacar histórias de sucesso dos egressos por meio de publicações, vídeos ou entrevistas.
	Solicitar feedback dos egressos sobre a relevância de seus currículos em relação ao mercado de trabalho.
	Convidar egressos de destaque para palestras.
	Criar uma plataforma online onde os egressos possam atualizar seus perfis, compartilhar suas conquistas e conectar-se com outros ex-alunos.

T3 - MELHORIA DOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA	Articular parcerias com as prefeituras para viabilizar o transporte escolar.
	Ampliar a oferta de cursos noturnos.
	Ampliar os investimentos em infraestrutura de ambientes acadêmicos (restaurantes acadêmicos, salas de aula, espaço de vivência, espaço para as entidades estudantis, entre outros).
	Reformular o Regulamento de Organização Didática (ROD).
	Implantar núcleos regionais de professores de libras e intérpretes.
	Criar um programa de educação socioemocional para servidores e estudantes.
	Ampliar as bolsas de ensino, pesquisa e extensão para os estudantes.
	Criar a figura do professor coordenador de turma, contabilizando na carga horária docente.
	Criar tutorias nos cursos para o desenvolvimento acadêmico dos discentes.
	Estabelecer cronograma de revisão periódica dos PPCs.
	Fortalecer as ações de formação continuada dos docentes para atuação na educação básica, técnica e superior.
	Fortalecer os canais de comunicação com os estudantes, ampliando o diálogo com a comunidade estudantil.
	Estimular a participação do IFCE em programas governamentais de formação de professores.
	Fortalecer o atendimento docente para os estudantes com dificuldades de aprendizagem.
T4 - ATENDIMENTO AOS PERCENTUAIS LEGAIS DE OFERTA DE VAGAS	Ampliar a oferta de cursos técnicos na modalidade EAD.
	Ampliar a oferta de cursos técnicos integrados.
	Estabelecer a obrigatoriedade de todos os campi possuir no mínimo um curso EJA.
	Estabelecer a obrigatoriedade de todos os campi possuir no mínimo um curso técnico integrado.
	Fortalecer a oferta de cursos de licenciaturas.
	Fortalecer a Educação a Distância no âmbito da instituição.
T5 - MELHORIA DO DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO DOS CURSOS	Ampliar o acesso às bibliotecas virtuais.
	Implantar um programa institucional de preparação dos alunos para o ENADE.
	Instalar projetor e ar condicionador na totalidade das salas de aulas.
	Ampliar o acervo das bibliotecas físicas.

	Ampliar convênios que promovam a integração com as redes públicas de ensino, viabilizando o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégicas didático-pedagógicas para os discentes das licenciaturas.
	Ampliar os laboratórios didáticos de formação específica dos cursos.
	Aprimorar um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões dos colegiados de curso.
	Disponibilizar espaço de trabalho para docentes em tempo integral, de forma a viabilizar as ações acadêmicas como o planejamento didático-pedagógico.
	Elaborar e disponibilizar, de forma pública, indicadores de desempenho para a coordenação dos cursos.
	Dotar os campi de ambientes acadêmicos que permitam a flexibilidade de configurações espaciais, com móveis inovadores que viabilizem distintas situações de ensino-aprendizagem.
T6 - PROMOÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO DA OFERTA	Consolidar e expandir a pós-graduação no IFCE.
	Ampliar a oferta de cursos de especialização técnica.
	Oferta de cursos de especialização na modalidade EAD.
	Expandir a oferta de cursos de graduação tecnológicas alinhadas aos cursos técnicos existentes nos campi.
	Promover a integração entre os diferentes níveis de ensino por meio de projetos de pesquisa e inovação, incentivando a participação de estudantes de diferentes níveis em atividades conjuntas.
	Oferecer programas de capacitação para os docentes e técnicos, visando a preparação para uma abordagem pedagógica integrada e alinhada às especificidades de cada nível educacional.
T7 - EFICIÊNCIA OPERACIONAL DOS MACROPROCESSOS DE SUPORTE E GERENCIAIS	Desenvolver um programa de liderança e capacitação de gestores.
	Realizar estudos técnicos para solucionar desafios institucionais.
	Articular com o Governo Federal novas vagas para concurso público.
	Realizar a lotação de Técnicos Administrativo em Educação nos departamentos voltados ao apoio às atividades administrativas das coordenações de cursos.
	Consolidar a infraestrutura dos campi, conforme os critérios legais de avalição.
	Diversificar as fontes de receitas orçamentárias.
	Tornar os processos organizacionais mais ágeis e efetivos.

	Fomentar a cooperação técnica intercampi.
	Implementar novos canais de comunicação institucional.
	Estimular ações de bem estar psicológico dos servidores.
	Qualificar professores e técnicos na área de desenvolvimento das competências sociais e emocionais.
	Realizar seminários na temática PDI com os servidores novatos.
	Estabelecer um modelo de planejamento e avaliação de curto e médio prazo baseado em OKRs.
	Criar incentivos para a participação dos TAEs em comissões e projetos institucionais.
	Fortalecer as diretrizes internas para a formação continuada de servidores.
	Implantar núcleos regionais de atendimento de saúde.
	Fortalecer a integração dos fóruns das áreas meio e finalísticas do IFCE.
	Implantar uma gestão por competências.
	Nos processos seletivos dos docentes considerar como critérios de seleção a experiência profissional na docência.
	Emitir os diplomas no formato digital.
	Retornar com a Reitoria Itinerante nos campi.
	Instituir uma comissão itinerante para auxiliar os campi na formalização de convênios e parcerias.
	Implantar redundância de link de internet nos campi.
	Realizar pesquisa de clima organizacional.
T8 - FORTALECIMENTO DA PESQUISA INSTITUCIONAL	Articular parcerias públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.
	Ampliar os investimentos em laboratórios.
	Adotar critérios mais equitativos nos editais de pesquisa e inovação.
	Realizar encontros regionais de pesquisa, ensino e extensão por área (Ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e códigos, matemáticas, por áreas técnicas de acordo com as vocações de cada campus.
	Incentivar a pesquisa institucional com colaboração em rede dentro do IFCE.
	Implantar cursos de pós-graduação intercampi com mobilidade de discentes de docentes.
	Ampliar os recursos para ações da pós-graduação.
	Fortalecer a integração dos fóruns das áreas meio e finalísticas do IFCE.

	Fortalecer a publicação editorial e acadêmica do IFCE.
	Fortalecer a iniciação científica e tecnológica.
	Fortalecer e expandir os editais de apoio à pesquisa, pós-graduação e inovação.
	Promover ações de divulgação científica.
	Criar laboratórios de pesquisa multicampi e multiusuário.
	Implantar uma solução tecnológica capaz de integrar os diversos sistemas existentes.
	Desenvolver um repositório de boas práticas e soluções de pontos críticos institucionais com potencial de serem expandidas para todo o IFCE.
	Fornecer uma internet de qualidade em todos os campi.
	Utilizar tecnologias educacionais e assistivas para os processos de ensino.
	Promover concurso para premiar ideias inovadoras.
	Utilizar Inteligência Artificial na tomada de decisão.
	Atualizar ou substituir o sistema Q-acadêmico, com intuito de implementar uma plataforma mais dinâmica e moderna com impacto positivo nas atividades acadêmicas.
	Criar programa de inclusão digital para estudantes.
	Melhorar a relação da pós-graduação com o Polo de Inovação.
	Ampliar o relacionamento do NIT à comunidade acadêmica.
	Fortalecimento da política de inovação do IFCE.
	Estruturar os ambientes de inovação nos campi.
	Promover ações de estímulo a inovação para os estudantes.
T10 - FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Estabelecer parcerias com organizações e comunidades externas para ampliar as oportunidades de envolvimento dos estudantes em atividades de extensão, enriquecendo sua formação e contribuindo para o desenvolvimento local.
	Fortalecer as ações de curricularização da extensão intercursos, intercampi e interinstitucionais.
	Institucionalizar recurso orçamentário permanente para viabilizar atividades de extensão curricularizadas nos PPCs.
	Oferecer programas de capacitação para docentes, visando o desenvolvimento de competências específicas para a condução de atividades de extensão e a integração dessas práticas ao currículo.
	Desenvolver ações voltadas para o cooperativismo visando à geração de renda para as comunidades.

T11 - FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	Fortalecer as Feiras de Ciências, Extensão, Mostras Tecnológicas e Feiras de Profissões.
	Promover eventos no âmbito das Políticas Públicas.
	Estimular a participação/organização de eventos com foco no empreendedorismo, economia solidária, economia circular e desenvolvimento sustentável regional/local.
	Estruturar a oferta de prestação de serviços tecnológicos pelos laboratórios do IFCE.
	Fortalecer as incubadoras e aceleradoras de negócios que envolvam estudantes, professores e empreendedores locais, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento de startups e projetos inovadores que podem contribuir para o crescimento econômico da região.
	Firmar parcerias com organizações privadas, governamentais e não governamentais para colaborações em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que possam resultar em soluções práticas para desafios locais.
	Fomentar eventos de extensão com foco em fortalecer as áreas temáticas e aproximar a comunidade externa.
T12 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DAS AÇÕES DA EXTENSÃO	Articular parcerias para viabilizar participação da comunidade acadêmica e externa nas atividades de extensão nas unidades do IFCE.
	Atualizar a plataforma de registro e acompanhamento das atividades de extensão.
	Fortalecer as equipes de extensão nos campi.
	Fomentar ações intercampi, que sejam interdisciplinares e transdisciplinares.
T13 - AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS COM O MUNDO DO TRABALHO	Articular parcerias para viabilizar oportunidades para inserção no mundo do trabalho.
	Organizar eventos regulares, como feiras de carreiras e oportunidades profissionais, para aproximar os estudantes das empresas.
	Oferecer cursos e workshops específicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais, como comunicação eficaz, trabalho em equipe, pensamento crítico, resolução de problemas e habilidades técnicas relevantes para cada área de estudo.
	Fomentar parcerias que viabilizem novas práticas e oportunidades para os alunos.

T14 - FOMENTO À CULTURA EMPREENDEDORA	Implantar programas de capacitação e treinamento em empreendedorismo, abertos a estudantes, professores e membros da comunidade.
	Promover uma educação empreendedora.
	Promover eventos, como feiras de inovação, economia criativa e solidária, para expor e divulgar os projetos e iniciativas empreendedoras desenvolvidas na instituição.
	Criar espaços físicos dedicados à inovação e empreendedorismo, como incubadoras de empresas, coworkings e laboratórios de prototipagem.
	Fortalecer o Programa de Incubadoras com estratégias continuadas, a exemplo de editais de fluxo contínuo.
	Inclui a matéria de empreendedorismo nos cursos de ensino técnico integrado.
T15 - MELHORIA DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES	Desenvolver programas de educação continuada, oferecendo cursos de curta duração, workshops e treinamentos específicos para atender às necessidades de atualização e aprimoramento das habilidades dos trabalhadores, alinhados às demandas do mercado.
	Realizar diagnósticos periódicos para identificar as competências mais demandadas pelo mercado de trabalho, para adaptação ágil dos programas de qualificação oferecidos pelo IFCE.
	Estabelecer parcerias com empresas e setores industriais para desenvolver programas de qualificação customizados.
	Implementação de sistemas de avaliação contínua para medir a eficácia dos programas de qualificação profissional oferecidos.
	Oferta de cursos de formação inicial e continuada de acordo com os arranjos produtivos locais e regionais.
T16 - ARTICULAÇÃO COM OS DIFERENTES AGENTES DA ECONOMIA	Contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.
	Criar cursos de qualificação profissional voltados para temas relacionados às economias alternativas, como agroecologia, energias renováveis, empreendedorismo social e gestão de cooperativas
	Desenvolver projetos pesquisa e inovação que foquem em soluções para desafios específicos relacionados às economias alternativas.
	Organizar eventos regulares, como fóruns, seminários, feiras, que promovam o diálogo entre acadêmicos, empreendedores locais e membros da comunidade interessados.

	Oferecer programas de capacitação e treinamento para a comunidade local, compartilhando conhecimentos sobre práticas econômicas e promovendo a educação para a sustentabilidade.
TT-1 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Publicar editais simplificados na assistência estudantil.
	Aprimorar a gestão da alimentação escolar nos campi.
	Estudar formas de ampliação dos recursos destinados para alimentação e auxílios.
	Viabilizar formas de manutenção do estudante no programa de auxílios do início ao fim do curso, desde que sejam cumpridos os critérios exigidos.
	Promover e incentivar a cantina saudável, comercializando alimentos mais saudáveis no interior do IFCE.
	Fortalecer projetos relacionados à saúde mental dos estudantes.
TT-2 - FORTALECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	Fortalecer as ações de acolhimento aos estudantes com necessidades especiais.
	Relacionar dados institucionais sobre ensino, pesquisa e extensão com perfil social, étnico-racial, da pessoa com deficiência para fins de análise dos indicadores de eficiência e acompanhamento de egressos cotistas.
	Qualificar os servidores no tratamento das pessoas nas esferas da diversidade e inclusão.
	Adaptar os transportes do IFCE para atender as Pessoas com Necessidades Especiais.
	Ampliar os investimentos em acessibilidade.
	Fortalecer os núcleos Neabis, Napnes e Nugeds.
	Elaborar um regulamento para acessibilidade física da infraestrutura dos campi.
	Fortalecer a Política de Acessibilidade do IFCE, a fim de garantir ingresso, permanência e êxito dos estudantes com deficiência, bem como a inclusão dos servidores com deficiência pertencentes ao quadro efetivo da instituição.
	Implementar formações continuadas sobre Acessibilidade e Inclusão no IFCE.
	Potencializar a aquisição/produção de tecnologias assistivas para os NAPNES do IFCE.
	Destinar aporte financeiro específico para apoiar eventos e editais institucionais continuados relacionados a ações afirmativas.
	Conhecer o perfil social dos servidores por meio de dados e estabelecer políticas de ação afirmativa.

	Criar editais específicos de ensino, pesquisa e extensão voltados para o público-alvo das ações afirmativas (pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA, quilombolas e indígenas).
	Criar um programa de atenção à saúde mental de servidores que são público-alvo das políticas de ações afirmativas.
	Fomentar a articulação de processos formativos para servidores no que diz respeito às pautas das ações afirmativas.
	Fortalecer e consolidar a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos PPCs dos cursos ofertados pelo IFCE.
TT-3 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Avaliar o ciclo de vida dos materiais nas aquisições e demandas relacionadas aos macroprocessos finalísticos dos campi, priorizando a realização de compras sustentáveis.
	Incentivar a coleta seletiva cidadã nos campi.
	Integrar práticas de sustentabilidade em todos os aspectos da gestão institucional.
	Fortalecer a Política Ambiental do IFCE como promoção das ações articuladas promotoras de desenvolvimento sustentável local e regional.
	Implantar metas para a racionalização do uso de recursos como energia, água, bem como implantar em todos os campi uma política de sustentabilidade.
	Certificar o IFCE com o Selo ESG.
	Instalar sensores de presença para controle automático da iluminação.
	Incentivar práticas de uso consciente de água e energia pela comunidade acadêmica.
	Desenvolver campanhas educativas sobre sustentabilidade e conservação ambiental.
	Realizar eventos, palestras e workshops sobre questões ambientais.
TT-4 - INTERNACIONALIZAÇÃO	Consolidar a infraestrutura organizacional necessária ao desenvolvimento das Relações Internacionais no IFCE e assim fortalecer e expandir as ações de internacionalização.
	Implantar um Comitê de Relações Internacionais do IFCE.
	Implantar Centros de Línguas Estrangeiras, inicialmente nos campi com a oferta do Curso de Licenciatura em Letras, visando a capacitação da comunidade acadêmica em idiomas (modalidade presencial e EaD).

	Ampliar a oferta do Curso de “Português como Língua de Acolhimento” nos campi.
	Criar espaços de convivência nos campi para práticas comunicativas em línguas estrangeiras.
	Internacionalizar os currículos com a oferta de disciplinas optativas ministradas em outras línguas.
	Estabelecimento de acordos específicos de cooperação internacional visando à criação de programas de capacitação, qualificação e boa governança para servidores.
	Ampliar o Programa de Bolsas IFCE Internacional “Técnico e Graduação” com financiamento da ARINTER.
	Implementar o Programa IFCE Internacional “Pós-Graduação”.
	Ampliar o Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) por meio da ARINTER.
	Aderir ao Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).
	Ampliar o Programa Capes/Brafitec por meio da ARINTER.
	Adesão ao Programa Capes/Brafagri (Brasil-França Agricultura) por meio da ARINTER.
TT-5 - FORTALECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA ARTE E CULTURA	Incentivar iniciativas culturais e artísticas no IFCE.
	Articular parcerias públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de cultura e artes.
	Fortalecer a RICA - Rede IFCE de Cultura e Arte.
	Destinar aporte financeiro específico para apoiar eventos e editais institucionais continuados às ações de cultura e artes.
	Criar os Núcleos de Cultura e Artes - Nucas.
	Continuar, fortalecer e consolidar a Bienal de Artes do IFCE - Paulo Abel do Nascimento.
	Continuar e fortalecer o Edital de Apoio a Eventos de Cultura e Arte compreendendo premiação a todos os campi.
	Continuar e fortalecer o Edital Prêmio Acervo Artístico do Memorial do IFCE.
	Implementar a Política de Arte e Cultura do IFCE (Portaria Reitoria Nº 2853/2023).
	Implementar a Política de Patrimônio Cultural e Memória do IFCE (Portaria Reitoria Nº 2899/2023).
	Implementar a Resolução do Notório Saber em Artes, Fazeres, Saberes e Cosmologias das Culturas Tradicionais Populares.
TT-6 - GOVERNANÇA	Aprimorar o planejamento e transparência na gestão, governança e integridade do IFCE.

	Melhorar a transparência das ações e indicadores de desempenho principalmente relacionado à equidade de distribuição do orçamento
	Realizar avaliações periódicas de desempenho institucional e prestar contas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.
	Promover uma cultura de integridade por meio de campanhas educativas e treinamentos.
	Intensificar as auditorias internas para identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades.
	Disponibilizar informações relevantes sobre orçamento, gastos e decisões estratégicas de forma acessível ao público.
	Incentivar a participação ativa dos líderes na implementação e promoção de práticas de governança.
	Fomentar uma liderança ética e inspiradora que promova os valores da instituição.

9.10 Anexo X – Endereços dos polos UAB do IFCE

Polo UAB	Endereço
Caucaia (Araturi)	Rua Santa Marta, nº35 - CEP: 61.654- 170, Araturi, Caucaia/CE - CEP: 61.654-170
Caucaia (Novo Pabussu)	Rua da Consolação, 465 Novo Pabussu - CEP: 61600-310 ü POLO: CAMOCIM - Endereço: Rua: Antônio Zeferino Veras, s/n Bairro: São Francisco - CEP: 62400000
Limoeiro do Norte	Rua José Hamilton de Oliveira 160 - Bairro Santa Luzia - CEP: 62930-000
Jaguaribe	Av. Gil Teixeira Bastos, 1420 (Escola Professor Gutenberg Barbosa Silva) - CEP: 63475-000; Bairro: Nova Brasília
UAB Madalena	Maria Armênia Barbosa Nº 299 Bairro Santa Terezinha Madalena – Ceará - CEP: 63860-000
Quixeramobim	Rua Dr. Joaquim Fernandes,382 - Centro- Quixeramobim-Ce - CEP: 63800-000
Tauá	Rua Isaias Setubal da Paixão, nº 10 - CEP: 63660000
Padre Dvaldo Bezerra de Alencar Orós	Travessa Dr. Rosivaldo S/N - CEP: 63520 - 000
Lavras da Mangabeira	Rua do Rosário - CEP: 63.300-000
Itapipoca	Rua João Cordeiro, s/n. Bairro: Coqueiro - CEP: 62.508-090
São Gonçalo do Amarante	Rua Estrada da Liberdade, SN, Liberdade, CEP: 62670000
Polo Itarema	Av. João Batista Rios, 1880, centro - CEP: 62.590-000
Ubajara	Rua José Cunha soares, 800 – Bairro Cesário Ferreira da Costa - CEP: 62350.000
Meruoca	Praça Caetano Marques, S/Nº/Antigo Patronato Dom José Centro - CEP: 62.130-000
Aracoiaba	Av. Manoel Batista da Silva s/n - Conj. Sólon Lima Verde - CEP: 62750- 000
Beberibe	Rua José Bessa, 299 - CEP: 62840-000

9.11 Anexo XI - Cronograma de abertura de novos cursos

Modalidade de Ensino	Nível de Ensino	Modalidade do Curso	Curso	Turmas Previstas						Previsão de início
				Diurno	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	NSA	
ACARAÚ										
Presencial	Técnico	Subsequente	Informática					✓		2024
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia de Pesca					✓		2025
Presencial	Graduação	Tecnológico	Gestão em Turismo	✓						2025
Presencial	Graduação	Licenciatura	Licenciatura em Letras - Português	✓						2026
Presencial	Graduação	Bacharelado	Administração			✓				2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Gestão Escolar					✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Ensino de Ciências					✓		2027
ACOPIARA										
Presencial	Técnico	Integrado	Biotecnologia		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Tradução e Interpretação em Libras		✓					2026
Presencial	Técnico	Integrado	Instrumento Musical		✓					2027
Presencial	Técnico	Subsequente	Logística					✓		2026
Presencial	Técnico	Subsequente	Rede de Computadores					✓		2026
Presencial	Técnico	Subsequente	Instrumento Musical					✓		2027
Presencial	Técnico	Subsequente	Sistemas de Energias Renováveis					✓		2028
Presencial	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas					✓		2026
Presencial	Graduação	Tecnológico	Logística					✓		2027
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia de Software					✓		2025
Presencial	Graduação	Bacharelado	Tradução e Interpretação em Libras					✓		2025
Presencial	Graduação	Bacharelado	Ciências Biológicas				✓			2027
Presencial	Graduação	Licenciatura	Educação Física					✓		2026
Presencial	Graduação	Licenciatura	Música					✓		2028
ARACATI										
Presencial	Técnico	Integrado	Gastronomia		✓					2025
BATURITÉ										
Presencial	Técnico	Subsequente	Panificação					✓		2024
Presencial	Técnico	Subsequente	Confeitaria	✓				✓		2025
Presencial	Técnico	Integrado	Alimentos		✓					2026

Presencial	Técnico	Integrado	Eventos		✓					2026
Presencial	Técnico	Integrado	Meios de Hospedagem		✓					2025
A Distância	Técnico	Subsequente	Eventos					✓		2024
A Distância	Técnico	Subsequente	Cafeicultura					✓		2025
A Distância	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas							2027
A Distância	Pós-graduação	Especialização	Gestão da Hospitalidade	✓				✓		2025
A Distância	Pós-graduação	Especialização	Gestão Escolar					✓		2027
A Distância	Pós-graduação	Especialização	Desenvolvimento Web					✓		2028
Presencial	Técnico	Subsequente	Qualidade				✓	✓		2024
Presencial	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas				✓	✓		2024
CAUCAIA										
Presencial	Técnico	Integrado	Administração		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Logística		✓					2026
Presencial	Técnico	Subsequente	Eletromecânica					✓		2025
Presencial	Graduação	Licenciatura	Educação Física					✓		2026
CEDRO										
Presencial	Técnico	Integrado	Energias Renováveis	✓		✓	✓			2025
Presencial	Técnico	Integrado	Segurança do Trabalho	✓		✓	✓			2027
Presencial	Graduação	Licenciatura	Letras/Língua Portuguesa			✓		✓		2025
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Ensino de Ciências e Matemática	✓				✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Mestrado	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva			✓	✓			2027
FORTALEZA										
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado em Ciência da Computação		✓					2026
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado em Educação Profissional e Tecnológica				✓	✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado em Engenharia de Telecomunicações		✓					2026
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática		✓					2026
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação				✓	✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado em Tecnologia e Gestão Ambiental		✓					2026
Presencial	Pós-graduação	Doutorado	Doutorado Profissional em Artes				✓	✓		2026

Presencial	Pós-graduação	Mestrado	Mestrado em Turismo Sustentável				✓	✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Mestrado	Mestrado em Ensino de Línguas Estrangeiras				✓	✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Tecnologias da Indústria 4.0					✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Educação Física Escolar					✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Ensino de Astronomia					✓		2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Direitos Humanos					✓		2026
A Distância	Técnico	Subsequente	Meio Ambiente						✓	2024
Presencial	Técnico	Subsequente	Soldagem					✓		2024
Presencial	Técnico	Integrado	Libras					✓		2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Restaurante e Bar					✓		2024
Presencial	Técnico	Integrado	Saneamento		✓					2024
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia Ambiental e Sanitária		✓					2024
Presencial	Graduação	Licenciatura	Música			✓				2024
Presencial	Graduação	Licenciatura	Educação Física		✓					2024
HORIZONTE										
Presencial	Técnico	Subsequente	Qualidade				✓	✓		2024
Presencial	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas				✓	✓		2024
Presencial	Técnico	Integrado	Logística		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Informática		✓					2025
ITAPIPOCA										
Presencial	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas				✓			2024
Presencial	Graduação	Tecnológico	Mecatrônica					✓		2024
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia Mecânica				✓			2025
JAGUARUANA										
Presencial	Técnico	Subsequente	Eletrotécnica					✓		2025
Presencial	Técnico	Integrado	Energias Renováveis		✓					2026
Presencial	Técnico	Integrado	Programação para Jogos Digitais		✓					2026
JUAZEIRO DO NORTE										
A Distância	Técnico	Subsequente	Desenho de Construção Civil						✓	2024
LIMOEIRO DO NORTE										
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia Ambiental e Sanitária	✓						2026
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia Elétrica			✓				2026
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização Profissional em Agricultura Irrigada			✓	✓			2027

Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Nutrição					✓		2027
Presencial	Técnico	Subsequente	Agroecologia			✓				2027
Presencial	Técnico	Integrado	Agroindústria		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Meio Ambiente		✓					2025
Presencial	Pós-Técnico	Especialização técnica	Especialização Técnica em Gado Leiteiro			✓	✓			2024
MARACANAÚ										
Presencial	Técnico	Subsequente	Administração de Sistemas	✓		✓				2024
Presencial	Técnico	Subsequente	Meio Ambiente					✓		2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Automação Industrial				✓			2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Informática				✓			2025
Presencial	Técnico	Proeja	Energias Fotovoltaicas			✓				2026
Presencial	Técnico	Integrado	Biotecnologia		✓					2026
A Distância	Técnico	Subsequente	Administração						✓	2025
A Distância	Técnico	Subsequente	Informática para Internet						✓	2025
A Distância	Pós-graduação	Especialização	Gestão Ambiental						✓	2024
MARANGUAPE										
Presencial	Graduação	Licenciatura	Pedagogia					✓		2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Alimentos					✓		2025
Presencial	Técnico	Integrado	Eletrotécnica		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Eletrônica		✓					2025
A Distância	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas						✓	2024
A Distância	Técnico	Subsequente	Eletrotécnica						✓	2025
A Distância	Técnico	Subsequente	Eletrônica						✓	2025
A Distância	Técnico	Subsequente	Alimentos						✓	2025
MORADA NOVA										
Presencial	Técnico	Integrado	Aquicultura		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Informática para Internet		✓					2027
Presencial	Técnico	Integrado	Técnico em Segurança do Trabalho		✓					2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Informática para Internet					✓		2024
Presencial	Técnico	Subsequente	Agrimensura					✓		2024
Presencial	Técnico	Subsequente	Trânsito					✓		2024
Presencial	Técnico	Subsequente	Agropecuária					✓		2025
A Distância	Técnico	Subsequente	Meio Ambiente						✓	2024
A Distância	Técnico	Subsequente	Informática para Internet						✓	2025
Presencial	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas				✓			2024
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Segurança do Trabalho						✓	2025

PARACURU										
Presencial	Técnico	Integrado	Redes de computadores		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Aquicultura		✓					2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Segurança do Trabalho					✓		2026
Presencial	Técnico	Subsequente	Sistema de Energias Renováveis					✓		2027
Presencial	Técnico	Subsequente	Hospedagem					✓		2027
Presencial	Graduação	Tecnológico	Segurança da Informação				✓	✓		2027
Presencial	Graduação	Licenciatura	Geografia				✓	✓		2028
PECÉM										
Presencial	Graduação	Tecnológico	Mecatrônica Industrial			✓	✓			2024
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Hidrogênio Verde						✓	2024
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho						✓	2025
Presencial	Pós-graduação	Especialização	Especialização em Engenharia de Pás Eólicas		✓					2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Mecânica			✓	✓			2026
Presencial	Graduação	Licenciatura	Física ou Letras/Inglês					✓		2027
Presencial	Graduação	Bacharelado	Química Tecnológica e Industrial			✓	✓			2028
QUIXADÁ										
A Distância	Pós-graduação	Especialização	Engenharia de Segurança do Trabalho						✓	2024
SOBRAL										
Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia Ambiental e Sanitária		✓					2025
TAUÁ										
Presencial	Técnico	Proeja	Agroindústria					✓		2024
Presencial	Técnico	Integrado	Alimentos ou Agroindústria		✓					2026
Presencial	Graduação	Bacharelado	Nutrição					✓		2027
Presencial	Pós-graduação	Mestrado	Mestrado Profissional em Letras					✓		2025
TIANGUÁ										
Presencial	Técnico	Integrado	Edificações		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Meio Ambiente		✓					2025
Presencial	Técnico	Subsequente	Desenho e Construção Civil					✓		2025

Presencial	Graduação	Bacharelado	Engenharia Civil					✓		2026
UBAJARA										
Presencial	Técnico	Integrado	Alimentos		✓					2025
Presencial	Técnico	Integrado	Gastronomia		✓					2025
UMIRIM										
Presencial	Graduação	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas			✓	✓			2024
Presencial	Graduação	Bacharelado	Zootecnia			✓	✓			2024